

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

Tatiana da Conceição Gonçalves

**Planos de texto e sequências textuais no gênero manifesto:
perspectivas para o ensino da escrita argumentativa no Instituto Federal de
Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá**

Doutorado em Língua Portuguesa

**SÃO PAULO
2022**

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

Tatiana da Conceição Gonçalves

**Planos de texto e sequências textuais no gênero manifesto:
perspectivas para o ensino da escrita argumentativa no Instituto Federal de
Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá**

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutora em Língua Portuguesa, sob orientação da Professora Doutora Sueli Cristina Marquesi.

Doutorado em Língua Portuguesa

**SÃO PAULO
2022**

BANCA EXAMINADORA

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, **José Borges Gonçalves** e **Maria Meriam da Conceição Gonçalves** que sempre me apoiaram, vendo na realização dos meus sonhos **acadêmicos**, a projeção dos sonhos que não puderam realizar. Essa conquista, de todo modo, é nossa, tendo em vista que, em todo o trajeto dela, contei sempre com o apoio de vocês, tanto nos momentos bons quanto nos ruins. Diante disso, divido minha alegria com vocês. Agradeço-lhes, também, a paciência e a compreensão pela minha ausência, nos momentos em que, para vocês e para mim, minha presença era imperiosa.

Aos meus queridos irmãos, Gerson da Conceição Gonçalves, Luciana da Conceição Gonçalves e Marcela da Conceição Gonçalves.

Aos meus amados sobrinhos, Ana Júlia Gonçalves Guimarães, José Pedro de Matos Gonçalves, Kamylle de Matos Gonçalves, Matheus de Matos Gonçalves.

À minha avó, **Cléa Souza Rodrigues** (*in memoriam*), que, neste momento especial de minha vida, estaria muito orgulhosa da neta.

À minha tia **Ivone Rodrigues da Silva** (*in memoriam*), que, também, certamente, estaria orgulhosa da sobrinha.

Às minhas queridas colegas de trabalho e amigas, **Marilda Leite Pereira** e **Michelle Yokono Sousa** (*in memoriam*), pessoas fantásticas que me ensinaram que a vida pode ser vivida, com sorrisos contagiantes e lutas, até o último momento.

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CNPq) – Código de Financiamento 140084/2018-5.

This work was carried out with the support of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel - Brasil (CNPq) – Financing Code. 140084/2018-5.

MANIFESTO DE AGRADECIMENTO

O doutorado é um curso destinado a quem intenciona o aprofundamento científico em determinada área, desta forma, requer dedicação, diligência, determinação e apoio, os três primeiros substantivos são relacionados ao pesquisador em si, o quarto substantivo é que será o ponto de partida para as declarações e manifestações de reconhecimento, voltadas para o bem que pessoas e instituições me ofereceram.

Assim sendo, meus agradecimentos especiais ao(s)/à (s)

Energia soberana, universal e divina que nos faz acreditar em nossa capacidade, impulsionados pelo maior de todos os sentimentos, o AMOR INCONDICIONAL.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Amapá (IFAP) – *Campus* Macapá, em especial, à reitora Marialva do Socorro Ramalho de Oliveira de Almeida, pela autorização ao afastamento, ao diretor geral, Márcio Getúlio Prado de Castro, aos diretores de ensino, pesquisa e extensão Dejildo Roque Brito (em exercício no período de minha saída) e Marcus V. S. Buraslan (atual diretor) pela ratificação ao deferimento de afastamento, que me propiciou realizar os estudos e a pesquisa final do curso de doutorado.

Diretora da Escola Estadual Maria de Nazaré Pereira Vasconcelos, Maria Rita Mendes Duarte e aos colegas de trabalho, por todo o apoio e a consideração dispensados, especialmente, à Lurdileia Furtado da Silva, por todas as palavras e mensagens de incentivo.

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, que me possibilitou ampliar os saberes, por meio de aulas, cursos e eventos em geral, desenvolvidos por profissionais que, além da competência técnica e acadêmica, possuem humanidade no gerenciamento do ato de ensinar.

Professora doutora Sueli Cristina Marquesi, pelo profissionalismo exímio e diligente, e pela pessoa majestosa que é, naquilo em que se dedica, atua e se compromete, pois foi exemplo de persistência, de altruísmo e de credibilidade nos momentos em que eu mais precisei, porquanto tenha demonstrado sua firmeza, entrelaçada ao afeto e à gentileza, no orientar para os estudos e para a vida.

Professores João Hilton Sayeg de Siqueira e Sandro Luis da Silva, pelas contribuições fundamentais no meu Exame de Qualificação, objetivando a proficiência e a aprimoração da pesquisa.

Ao professor doutor Luiz Antonio Ferreira pelos ensinamentos retóricos e pelo carisma de demonstrar, a partir dos princípios de análise retórica, que as palavras encantam e se revestem de nuances paradoxais, sob as vestes de uma simplicidade particular e de uma profundidade arrebatadora, as quais seduzem, logo persuadem.

Ao professor doutor João Hilton Sayeg de Siqueira, meu primeiro orientador, o qual com a expertise didática tratava, por meio de aulas que encantavam pelo poetar expresso na riqueza de um poema com linguagem modernista, de aspectos relacionados à escrita acadêmica.

Todos os professores do Programa de Estudos Pós-Graduados de Língua Portuguesa, pelos ensinamentos, que foram motivação para reflexões e fundamento para o desenvolvimento de minha pesquisa e para minha atuação profissional.

Professores doutores João Hilton Sayeg de Siqueira, Maria das Graças Soares Rodrigues, Neusa Maria Oliveira Barbosa e Sandro Luis da Silva, que, para minha honra e satisfação, aceitaram fazer parte da banca desta tese.

Professoras doutoras Ana Lúcia Tinoco Cabral e Ana Rosa Ferreira Dias, por aceitarem compor a banca de defesa como suplentes.

Andrea Pisan Soares Aguiar, por todo o empenho, dicas, orientação, conselhos, zelo e generosidade ao realizar a revisão de minha pesquisa, auxiliando-me no aperfeiçoamento da escrita acadêmica.

Colegas do Colegiado de Letras Português do IFAP, sobretudo, aos professores de Língua Portuguesa André Adriano Brun, Ângela Miranda, Chrissie Castro do Carmo, Mônica do Socorro de Jesus Chucre, Tiago Aquino Silva e Vandicleia Souza, os quais votaram sempre a meu favor para o afastamento, agradeço-lhes, também, o apoio, o incentivo e, acima de tudo, as oportunidades de troca de experiências e de saberes.

Coordenadores de Curso que, após meu retorno, tiveram a paciência e a presteza de oferecer informações, de orientar, de compreender os atrasos na entrega de diários e de planos de ensino, em especial, ao Jairo Barreto (Redes de Computadores), ao Joadson Freitas (Alimentos), à Luciana Carlena Guimarães (Letras), ao Marcos Alex (Mineração) e ao Salvador Rodrigues (Química).

Meus queridos alunos que sempre, sempre foram uma das minhas maiores motivação para a busca pelo conhecimento e, certamente, a causa da satisfação e do amor que eu possuo pelo ato de ensinar e de aprender, pois essa sinergia resulta em uma bela história de aprendizados indelévels.

Colegas de turma de doutorado, com os quais compartilhei vários momentos de aprendizado que representam encantadoras e amistosas memórias de afeto, em especial, à Débora Matos Alauk, à Lidiane Pedroso Gonçalves e à Luanny Maria Almeida Vidal (as três pelo carinho e pelo cuidado dispensados sempre recíprocos; esta última, minha conterrânea amapaense), à Maria Isabel Soares Oliveira (pela particular admiração por sua determinação e sua força “fenixianas”, à Micheline Tacia de Brito Pandovani (pela simpatia e pelo

companheirismo) e ao Tiago Monteiro de Messias (pela parceira e pelas conversas filosóficas, relacionadas a assuntos diversos).

Grupo de Pesquisa **Texto, Escrita e Leitura**, em especial às professoras doutoras Ana Lúcia Tinoco Cabral e Vanda Maria Elias (Profissionais, colegas e mulheres muito afáveis e com uma humanidade admirável), ademais, estendo o apreço e a consideração aos colegas do grupo, pelas fabulosas contribuições e trocas relacionadas a saberes diversos, sobretudo, aqueles voltados para esta pesquisa e para a minha atuação profissional.

Toda a minha família pelo apoio, torcida, confiança e amor incondicional e pelos momentos em que não estávamos juntos fisicamente, mas que, em energia, éramos implacáveis, posto que as sensações nas conversas telefônicas eram tocantes, sublimes e supremas.

Minha psicoterapeuta Cláudia Mazur Lopes, por todo zelo, orientação, escuta e diálogos indispensáveis nesta trajetória de estudos e de vida.

Um ser especial que, talvez, não tenha dimensão de sua importância em minha vida, Luciane de Almeida Jabur, pessoa encantadora, que encontrei no ambiente que mais visitei na PUC-SP, durante este curso, a biblioteca, a partir desse encontro, ela foi e é, para mim, exemplo de força, generosidade, simplicidade e delicadeza.

Queridos amigos que sempre me apoiaram com entusiasmo, afago e parcerias: André Adriano, Cláudia, Chrissie, Deusimara, Deusana, Fabrício, Paula, Sandra (Comadre e, claro, não me esquecendo de minha afilhada Ana Júlia) e Mônica.

Aos proprietários da pensão em que estabeleci morada, durante todo o curso, às pessoas com quem convivi e me relacionei (especialmente, Celso, Dalila, Jaci, Jéssica, Mayara, Sheila e Guiomar), pois acredito no dizer de que nada é por acaso e sempre traz aprendizados, levando em consideração que as diferenças ensinam bastante.

Todos que, direta ou indiretamente, contribuíram na elaboração e na organização deste trabalho ou que participaram de minha vida, neste percurso que conduziu a esta conquista, em especial, à Elisete Pereira Pantoja, pessoa muito querida por mim.

Feitas as manifestações de gratidão, desejo a todos e a todas que não deixem de alimentar sentimentos de esperança em seus corações, tendo em vista que elas abrem perspectivas para que ousemos crer naquilo que parece ser impossível.

*“Chega um momento em sua vida, que você sabe:
quem é imprescindível para você, quem nunca foi, quem não é mais, quem será para sempre!”*
Charles Chaplin

“Esta é uma confissão de amor: amo a língua portuguesa. Ela não é fácil. Não é maleável. E, como não foi profundamente trabalhada pelo pensamento, a sua tendência é a de não ter sutilezas e de reagir, às vezes, com um verdadeiro pontapé contra os que temerariamente ousam transformá-la numa linguagem de sentimento e de ‘alerteza’. E de amor. A língua portuguesa é um verdadeiro desafio para quem escreve. [...] Às vezes, ela reage diante de um pensamento mais complicado. Às vezes se assusta com o imprevisível de uma frase. Eu gosto de manejá-la – como gostava de estar montada num cavalo e guiá-lo pelas rédeas, às vezes lentamente, às vezes a galope. Eu queria que a língua portuguesa chegasse ao máximo nas minhas mãos. E este desejo todos os que escrevem têm. Um Camões e outros iguais não bastaram para nos dar para sempre uma herança de língua já feita. Todos nós que escrevemos estamos fazendo do túbulo do pensamento alguma coisa que lhe dê vida. [...]”

Clarice Lispector

RESUMO

Este estudo insere-se na linha de pesquisa *Leitura, texto e discurso nas modalidades oral e escrita*, do Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, e seu tema é o estudo do manifesto como perspectiva para o ensino da escrita argumentativa, em particular, na 3ª série do ensino médio técnico integrado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá (IFAP). Admitimos como hipótese que o estudo do plano de texto e das sequências textuais que compõem o gênero manifesto abre perspectivas para o ensino da escrita argumentativa no ensino médio. Tendo em vista essa proposição, definimos as seguintes perguntas de pesquisa: 1) Como se organizam os planos de textos e as sequências textuais no gênero manifesto? 2) Quais perspectivas o estudo desse gênero, no que se refere ao plano de texto e às sequências textuais, abre para o ensino da escrita argumentativa? A fim de verificarmos a hipótese e respondermos aos questionamentos, estabelecemos como objetivo geral analisar planos de texto e sequências textuais no gênero manifesto e refletir sobre seu uso no ensino do texto argumentativo no ensino médio. Os objetivos específicos são: 1) identificar, descrever e analisar planos de texto e sequências textuais no gênero manifesto e 2) refletir sobre como os planos de texto do gênero manifesto, em seus diferentes imbricamentos de sequências textuais, podem se constituir em importante estratégia para a abordagem da escrita argumentativa no ensino médio. Do ponto de vista teórico, fundamentamo-nos no aporte da Linguística Textual (FÁVERO; KOCH, 2012; KOCH, 2015; MARCUSCHI, 2008, 2012; MARQUESI, 2004) e da Análise Textual dos Discursos (ADAM, 2011, 2019; MARQUESI, 2017; MARQUESI; CABRAL, 2017; MARQUESI; ELIAS; CABRAL, 2017; MARQUESI; CABRAL; RODRIGUES, 2020; AGUIAR; MARQUESI, 2019; CABRAL, 2013, 2017). De forma a aprofundar nossa abordagem, tratamos da argumentação (ABREU, 2009; AMOSSY, 2018; CABRAL, 2017, 2018; FIORIN, 2015; MARQUESI; CABRAL; RODRIGUES, 2020; MEYER, 2008; KOCH; ELIAS, 2016; PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2014; PLANTIN, 2008). Relativamente ao gênero manifesto, adotamos o que orienta a BNCC (2017), no que diz respeito ao estudo de textos reivindicatórios e de denúncia de desrespeito a direitos, e discorremos sobre suas características (BORTULUCCE, 2015; MARX; ENGELS 2011; PÊGO, 2009; SANTOS, 2009). Os resultados obtidos por meio da análise do *corpus* permitem-nos considerar que a sequência descritiva, imbricada à sequência argumentativa, revela ser um apoio à argumentação, assim como os planos de texto que, com suas variações na estrutura composicional, favorecem a ordenação do movimento argumentativo, fazendo com que o estudo desses elementos se constitua em importante estratégia para o ensino da escrita argumentativa no ensino médio.

Palavras-chave: Planos de texto. Sequências textuais. Manifesto. Ensino. Escrita argumentativa.

ABSTRACT

This study is part of the research line of Reading, text, and discourse in oral and writing modalities of the Post-Graduate Studies Program in the Portuguese Language at the Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, and its theme is the study of the manifesto as a perspective for teaching in argumentative writing, in particular, in the 3rd grade of integrated technical high school at the Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Amapá. We assume as a hypothesis that the study of the text plan and the textual sequences that make up the manifesto genre opens perspectives for the teaching of argumentative writing in high school. Regarding this assumption, we defined the following research questions: 1) How are the text planes and text sequences organized in the manifesto genre? 2) What perspectives does the study of the manifesto, with regard to the textual plane and textual sequences, enable the teaching of argumentative writing? In order to answer these questions, we established as the main objective to analyze text plans and textual sequences in the manifesto genre and to reflect on their use in the teaching of argumentative text in high school. The specific objectives are: 1) identify, describe and analyze text plans and textual sequences in the manifesto genre and 2) reflect on how the text plans of the manifesto genre, in their different imbrications of textual sequences, can constitute an important strategy for the approach of argumentative writing in high school. From a theoretical point of view, we are based on the contribution of Textual Linguistics (FÁVERO; KOCH, 2012; KOCH, 2014, 2015; MARCUSCHI, 2012; MARQUESI, 2004; CAVALCANTE, 2014) and Textual Analysis of Discourses (ADAM, 2011, 2019; MARQUESI, 2017, 2018; MARQUESI; CABRAL, 2017; MARQUESI; ELIAS; CABRAL, 2017; MARQUESI; CABRAL; RODRIGUES, 2020; AGUIAR; MARQUESI, 2019; CABRAL, 2013, 2017). To deepen our approach, we deal with the arguments (ABREU, 2009; AMOSSY, 2018; CABRAL, 2017; 2018; FIORIN, 2015; MARQUESI; CABRAL; RODRIGUES, 2020; MEYER, 2008; KOCH; ELIAS, 2016; PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2014; PLANTIN, 2008), as well as we present some of the studies on the text (FÁVERO; KOCH, 2012; MARCUSCHI, 2008; MARQUESI; ELIAS; CABRAL, 2017). Regarding the manifest genre, we appealed to what guides the BNCC (2017), with regard to the study of texts claiming and denouncing disrespect for rights, and we discuss its characteristics (BORTULUCCE, 2015; MARX and ENGELS 2011; PÊGO, 2009; SANTOS, 2009). The corpus consists of five manifests, presented as examples. The results allow us to consider that the study of the compositional organization of the manifesto genre constitutes an important strategy for teaching argumentative writing, taking into account that when we identify, describe and analyze the text plans and the variations in the compositional structure of the manifesto, perceptible, especially, by the occurrence of textual sequences, we noticed that these elements favor the ordering of the argumentative movement, as well as the coherence inherent to the discursive purpose of this genre, which ins consolidated to its illocutionary aim.

KEYWORDS: Text Plan; Textual Sequences; Manifesto; Teaching; Argumentative Writing.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Plano de ensino de Língua Portuguesa do IFAP	22
Figura 2 –	Tarefas e objetos da linguística textual e da análise dos discursos	43
Figura 3 –	Níveis ou planos da análise de discurso e da análise textual	44
Figura 4 –	Estruturação sequencial	49
Figura 5 –	Sequência explicativa de Grize	56
Figura 6 –	Estrutura da sequência explicativa	57
Figura 7 –	Superestrutura do texto argumentativo	59
Figura 8 –	Esquema de Toulmin	61
Figura 9 –	Esquema de Toulmin revisado por Grize	62
Figura 10 –	Fórmulas de encadeamento dos enunciados	62
Figura 11 –	Estrutura da sequência argumentativa	65

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Itens constantes no plano de ensino de Língua Portuguesa	24
Quadro 2 –	Procedimentos metodológicos	26
Quadro 3 –	Manifestos selecionados em conjunto com os professores de Língua Portuguesa da 3ª série do ensino médio do IFAP	29
Quadro 4 –	Perspectivas de incorporação da pragmática ao estudo do texto	37
Quadro 5 –	Características dos sistemas de conhecimento	39
Quadro 6 –	Identificação das sequências e respectivos esquemas prototípicos.	73
Quadro 7 –	Sequências textuais e esquemas prototípicos correspondentes	74
Quadro 8 –	Organização do plano de texto e das sequências textuais prototípica.	74
Quadro 9 –	Quantidade de ocorrências de sequências textuais por parágrafo	75
Quadro 10 –	Organização do plano de texto e das sequências textuais	76
Quadro 11 –	Organização do plano de texto e das sequências textuais prototípicas	83
Quadro 12 –	Organização do plano de texto e das sequências textuais	95
Quadro 13 –	Organização do plano de texto e das sequências textuais	99
Quadro 14 –	Organização do plano de texto e das sequências textuais	107
Quadro 15 –	Quantidade de ocorrências de sequências textuais por parágrafos - Manifesto 1	113
Quadro 16 –	Quantidade de ocorrências de sequências textuais por parágrafos – Manifesto 2	113
Quadro 17 –	Quantidade de ocorrências de sequências textuais por parágrafos – Manifesto 3	114
Quadro 18 –	Quantidade de ocorrências de sequências textuais por parágrafos – Manifesto 6	115
Quadro 19 –	Quantidade de ocorrências de sequências textuais por parágrafos – Manifesto 9	116

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	15
CAPÍTULO I – CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA E CONSTITUIÇÃO DO <i>CORPUS</i>	19
1.1 O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá	19
1.2 Ensino de Língua Portuguesa no IFAP: princípios da BNCC do Ensino Médio para a escrita argumentativa	20
1.3 Constituição do <i>corpus</i>	28
1.4 Sobre o manifesto	30
CAPÍTULO 2 – PERCURSO DA LINGUÍSTICA TEXTUAL À ANÁLISE TEXTUAL DOS DISCURSOS	33
2.1 Os períodos da Linguística Textual	33
2.2 Análise textual dos discursos	42
2.3 Plano de texto	46
2.4 Sequências textuais	48
2.4.1 Sequência textual narrativa	50
2.4.2 Sequência textual descritiva	52
2.4.3 Sequência textual explicativa	54
2.4.4 Sequência textual argumentativa	58
2.5 Argumentação	66
CAPÍTULO 3 – ANÁLISE DO <i>CORPUS</i> E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	72
3.1 Categorias e procedimentos de análise	72
3.2 Análise do <i>corpus</i>	75
3.3 Discussão dos resultados	112
CONSIDERAÇÕES FINAIS	125
REFERÊNCIAS	129
APÊNDICES	133
ANEXOS	149

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Esta tese integra-se à linha de pesquisa *Texto e discurso nas modalidades oral e escrita*, do Programa de Estudos Pós-graduados em Língua Portuguesa da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, e tem como tema o estudo do manifesto como perspectiva para o ensino da escrita argumentativa, sobretudo, na 3ª série do ensino médio técnico integrado, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá (IFAP).

A opção por esse tema de investigação deu-se 1) pelo fato de atuarmos como professora de Língua Portuguesa nessa instituição, o que nos permitiu observar as dificuldades, por parte dos professores, de tratar da escrita argumentativa, e, por parte dos alunos, de desenvolver a proficiência na produção de textos da ordem do argumentar, e 2) em razão de o IFAP ter como um de seus objetivos desenvolver um trabalho pedagógico, especificamente, na 3ª série do ensino médio, voltado ao aprimoramento da escrita argumentativa.

Entendemos que o estudo do texto visando à produção escrita oferece subsídios para que o estudante aprofunde seus conhecimentos sobre o ato de escrever e desenvolva sua proficiência escritora para atuar tanto no ambiente escolar quanto nas esferas profissional e cotidiana. Esses contextos demandam a elaboração de projetos de dizer que se valem de diferentes formas de expressão linguística, entre as quais a escrita, que constitui uma atividade interativa, situada e negociada, envolvendo sujeitos com papéis determinados, a depender da situação, com objetivos e saberes que formam uma espécie de base comum (KOCH; ELIAS, 2016).

Uma vez que o texto é lugar de interação, o estudante necessita dispor de conhecimentos acerca de estratégias linguístico-discursivas que lhe permitam produzir textos que veiculem os sentidos pretendidos tendo em vista o interlocutor e a situação comunicativa, articuladas a reflexões que conduzam à produção de textos condizentes com o propósito comunicativo de determinado gênero. Nesse sentido, Koch e Elias (2016) observam que

[...] o texto é um objeto multifacetado que revela em sua superfície o que sabemos da língua, mas não só. O que sabemos sobre o mundo em que vivemos, os textos que lemos, os nossos interlocutores, as formas de comunicação e de interação e, ainda, o que queremos e como conduzimos as nossas intenções são ingredientes do texto. (KOCH; ELIAS, 2016, p. 10).

Assim, nosso objetivo, ao desenvolvermos o tema expresso anteriormente é, pautados na abordagem sociocognitivo-interacional da língua, combinada ao estudo do gênero manifesto, seu plano de texto e sequências textuais, possibilitar o desenvolvimento de competências e de habilidades expressivo-argumentativas para o estudante participar na vida pública de forma

proficiente e autoral, por meio de textos da ordem do argumentar, imanentes aos diferentes contextos sociais, sejam eles, profissionais ou acadêmicos.

Levando em consideração as exigências de uso oral e escrito da língua no ensino, desde a década final do século XX, os documentos norteadores da educação no Brasil direcionam atenção para reflexões que envolvem práticas sociais de linguagem que possibilitam ampliar as formas de participação social. Entre esses documentos, temos a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que destaca ser importante para os jovens “ampliar suas possibilidades de aprender, de atuar socialmente, de explicar e de interpretar criticamente os atos de linguagem” (BNCC, 2017, p. 483).

Ao refletirmos sobre possibilidades de aprendizagem que compreendam o agir pela linguagem, é necessário que, no âmbito escolar, consideremos estratégias de ensino que se concentrem no estudo e na compreensão de textos de natureza argumentativa. Essa abordagem motivou-nos a empreender esta pesquisa, cujo foco são o plano de texto e as sequências textuais como suportes à orientação argumentativa dos textos, como defendem Marquesi, Elias e Cabral (2017, p. 28), para quem “[...] a organização da textualidade no plano textual por meio de sequências pode constituir uma ferramenta da qual tanto o produtor quanto o leitor podem valer-se na hora de planejar e executar a tarefa de redigir ou ler/compreender um texto”.

Com base nesse entendimento, nossa **hipótese** é de que o estudo do plano de texto e das sequências textuais que compõem o gênero manifesto abre perspectivas para o ensino da escrita argumentativa no ensino médio.

Considerando essa hipótese, buscamos responder às seguintes **perguntas de pesquisa**:

- Como se organizam os planos de texto e as sequências textuais no gênero manifesto?
- Quais perspectivas o estudo desse gênero, no que se refere ao plano de texto e às sequências textuais, abre para o ensino da escrita argumentativa?
- De modo a verificarmos a hipótese e respondermos às questões que norteiam esta tese, definimos como **objetivo geral** analisar planos de texto e sequências textuais no gênero manifesto e refletir sobre seu uso no ensino do texto argumentativo no ensino médio.
- Para alcançarmos esse objetivo, estabelecemos os seguintes **objetivos específicos**:
- Identificar, descrever e analisar planos de texto e sequências textuais no gênero manifesto;

- Refletir sobre como os planos de texto do gênero manifesto, em seus diferentes imbricamentos de sequências textuais, podem se constituir em importante estratégia para a abordagem da escrita argumentativa no ensino médio.

Para desenvolvermos esta pesquisa, fundamentamo-nos em princípios da Linguística Textual, notadamente, nos estudos de Fávero e Koch (2012), Koch (2015), Marcuschi (2008, 2012), Marquesi (2004). No âmbito da Análise Textual dos Discursos, adotamos Adam (2011, 2019), Marquesi (2017), Marquesi e Cabral (2017), Marquesi, Elias e Cabral (2017), Marquesi, Cabral e Rodrigues (2020), Aguiar e Marquesi (2019) e Cabral (2013, 2017).

A fim de discorrermos sobre a argumentação, baseamo-nos nos postulados de Abreu (2009), Amossy (2018), Cabral (2017, 2018), Fiorin (2015), Marquesi, Cabral e Rodrigues (2020), Meyer (2008), Koch e Elias (2016), Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014) e Plantin (2008).

Na abordagem do gênero manifesto, adotamos o que orienta a BNCC (2017), no que diz respeito ao estudo de textos reivindicatórios e de denúncia de desrespeito a direitos, e os pressupostos teóricos defendidos por Bortolucce (2015), Marx e Engels (2011), Pêgo (2009) e Santos (2009).

O *corpus* é formado por dez manifestos, selecionados de um conjunto de vinte textos coletados de *sites* diversos. Desses dez textos, escolhidos em razão da semelhança temática, apresentamos cinco análises, empreendidas conforme as categorias analíticas por nós contempladas, quais sejam, plano de texto e sequências textuais.

Esta pesquisa estrutura-se em três capítulos, além das Considerações iniciais, das Considerações finais e das Referências.

No capítulo 1, **Contextualização da pesquisa e constituição do *corpus***, apresentamos, inicialmente, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, seus princípios pedagógicos e metas institucionais para a Educação Básica, Técnica e Tecnológica; em seguida, explicitamos aspectos relacionados ao ensino de Língua Portuguesa nessa instituição, particularmente em relação ao desenvolvimento da escrita argumentativa, posteriormente, tratamos da constituição do *corpus* e discorremos sobre o gênero manifesto.

No capítulo 2, **Percorso da Linguística Textual à Análise Textual dos Discursos**, apresentamos a Linguística Textual e a Análise Textual dos Discursos, esta que nos oferece a base teórica para abordarmos o plano de texto e as sequências textuais narrativa, descritiva, explicativa e argumentativa. Além disso, tratamos da argumentação, de modo a compreendermos de forma mais ampla seus princípios.

No capítulo 3, **Análise do *corpus* e discussão dos resultados**, analisamos os manifestos selecionados e procedemos à discussão dos resultados.

Nas **Considerações finais**, discutimos as respostas encontradas às perguntas de pesquisa e apresentamos perspectivas para o ensino da escrita argumentativa no ensino médio.

CAPÍTULO I – CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA E CONSTITUIÇÃO DO CORPUS

Neste capítulo, com o propósito de compreendermos o contexto de ensino de Língua Portuguesa no âmbito da Educação Básica, Técnica e Tecnológica (EBTT), particularmente da 3ª série do ensino médio integrado profissionalizante, tratamos, de início, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, *campus* Macapá, bem como do funcionamento e da organização do ensino de Língua Portuguesa nessa instituição. Posteriormente, expomos o percurso relacionado à constituição do *corpus* e abordamos o gênero manifesto, que norteia o ensino da escrita argumentativa como defendemos neste estudo.

1.1 O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá

Especificamente em relação à 3ª série do ensino médio, área de linguagens, o foco da ação pedagógica no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá (IFAP) é o aprendizado da argumentação, tendo em vista a necessidade de se desenvolver o protagonismo e a autonomia do aluno para que ele se torne capaz de atuar nas mais variadas esferas de comunicação, incluindo aquelas pertinentes ao universo profissional. Dessa forma, o IFAP oferece ao estudante uma formação que visa não só a atender demandas sociais e características regionais, mas também a mobilizar os vários saberes para que ele possa interagir socialmente de forma crítica e reflexiva.

Essa visão, que perpassa a organização do ensino no IFAP, é um dos aspectos que nos motivou tanto a analisar os planos de ensino da 3ª série do ensino médio integrado profissionalizante, concernentes à disciplina de Língua Portuguesa, componente de base comum curricular para todos os cursos do ensino médio dessa instituição, como a selecionar o gênero manifesto, entre os gêneros que constituem o ementário do curso, com o propósito de verificarmos se o estudo do plano de texto e das sequências textuais que o estruturam pode orientar o ensino da escrita argumentativa.

Vale ressaltar que o IFAP considera que cada instituição de ensino está inserida em um contexto socio-histórico, logo, o respectivo currículo deve contemplar as particularidades de determinada localidade, sua cultura, seus costumes e valores. Assim, as normas educacionais gerais fixam-se em um tipo curricular estabelecido para todo o território, em suas dimensões

nacional, estadual e municipal, com adaptações que devem ser observadas, tendo-se em vista a filosofia educacional subjacente à realidade de cada instituição.

Nesse sentido, o IFAP, como consta no seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) (BRASIL, 2013), sustenta sua filosofia educacional em quatro pilares: Aprender a conhecer, Aprender a fazer, Aprender a viver e Aprender a ser. No caso específico da disciplina de Língua Portuguesa, a organização do ensino, embasada nesses quatro pilares, é perpassada por procedimentos e métodos didáticos que contemplam as inteligências e especificidades (ou individualidades) dos aprendizes, sem que haja o predomínio de uma sobre as demais.

1.2 Ensino de Língua Portuguesa no IFAP: princípios da BNCC do Ensino Médio para a escrita argumentativa

O ensino de Língua Portuguesa proposto pelo IFAP fundamenta-se nos princípios teórico-metodológicos orientados, notadamente, pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Desse modo, sua proposta didática privilegia conhecimentos que propiciam tanto a formação cidadã como a formação técnico-profissional, vinculadas às dimensões física, cognitiva, social, cultural, emocional, moral e espiritual, por meio do desenvolvimento de competências que propiciam o uso funcional da língua para a leitura e para a produção de distintos gêneros, constituídos por diferentes arranjos estruturais e de linguagem, situados em contextos de produção, de interação e de troca entre várias áreas do conhecimento, as quais, interligadas, mobilizam diferentes formas de pensar e de agir.

É importante pontuar que a BNCC alinha-se ao conceito de educação integral e constitui referência nacional para as redes de ensino de estados e municípios, assim, reconhece que a educação básica deve abranger o desenvolvimento humano global, o que implica vivenciar complexidades e problemas que demandam atos autônomos e reflexivos que tragam em seu bojo as necessidades, possibilidades e interesses do aluno, como expresso no texto do documento:

Independentemente da duração da jornada escolar, o conceito de educação integral com o qual a BNCC está comprometida se refere à construção intencional de processos educativos que promovam aprendizagens sintonizadas com as necessidades, as possibilidades e os interesses dos estudantes e, também, com os desafios da sociedade contemporânea. Isso supõe considerar as diferentes infâncias e juventudes, as diversas culturas juvenis e seu potencial de criar novas formas de existir (BRASIL, 2017, p. 14).

Esse excerto reitera a relevância que o contexto deve ter na significação e no sentido circunscritos ao processo de ensino, que deve assegurar não só o aprendizado, mas também o protagonismo e a autonomia do estudante, cujo projeto de vida abarca singularidades e diversidades, considerando-se que as realidades e as necessidades discentes são as mais diversas.

Tendo isso em consideração, o IFAP, no que diz respeito à área de linguagens, busca desenvolver estratégias de ensino que capacitem o aluno não só a produzir textos na modalidade escrita, adequados aos objetivos, à situação comunicativa e ao destinatário, como também a alcançar um nível de desempenho escrito e oral que abranja formas complexas de produção textual, as quais contribuam tanto para o prosseguimento nos estudos quanto para o ingresso na vida profissional.

Para alcançar esse propósito, o Instituto considera alguns objetivos orientados pela BNCC, na Competência 3, especificamente, no que diz respeito às seguintes habilidades:

(EM13LGG302) Compreender e posicionar-se criticamente diante de diversas visões de mundo presentes nos discursos em diferentes linguagens, levando em conta seus contextos de produção e de circulação.

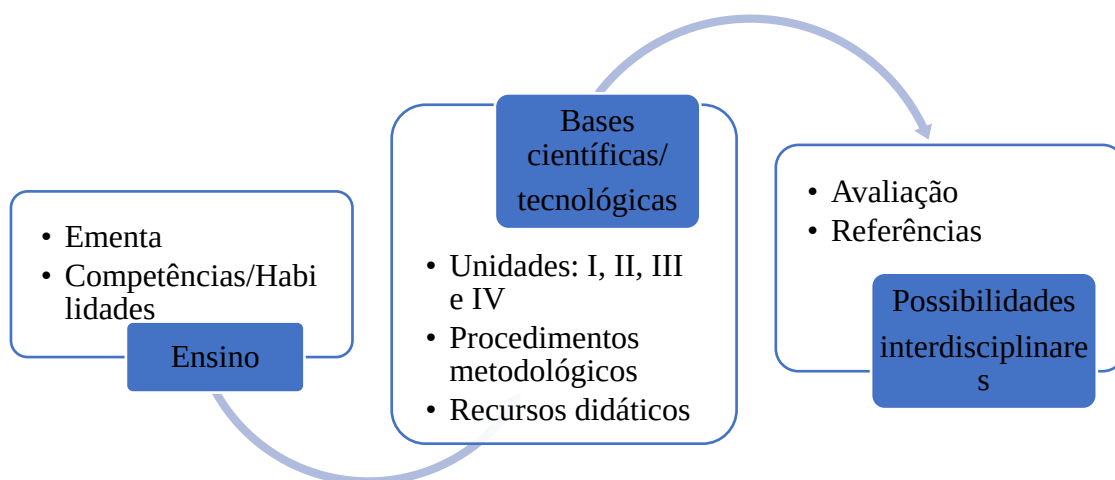
(EM13LGG303) Defender questões polêmicas de relevância social, analisando diferentes argumentos e opiniões manifestados, para negociar e sustentar posições, formular propostas, e intervir e tomar decisões democraticamente sustentadas, que levem em conta o bem comum e os Direitos Humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global (BRASIL, 2017, p. 485).

O desenvolvimento dessas habilidades, certamente, leva o estudante a participar de forma autônoma, cooperativa e crítica, de momentos de produção escrita em que possa expressar seu posicionamento acerca de fatos, acontecimentos, questões sociais, políticas e artísticas, e propor, em alguns casos, soluções para problemas e situações complexas, aprendizado que favorece o protagonismo e o exercício da cidadania, considerando-se o contexto mais amplo além da escola.

Diante do exposto, passamos a tratar do plano de ensino de Língua Portuguesa do IFAP, um instrumento de sistematização e de planejamento do trabalho docente. No que concerne ao ensino médio, o plano de ensino tem uma estrutura geral para todos os cursos¹, como ilustrado na Figura 1.

¹ Os cursos do ensino médio ofertados pelo IFAP são: técnico em alimentos, técnico em edificações, técnico em estradas, técnico em mineração, técnico em química e técnico em redes de computadores.

Figura 1 – Plano de ensino de Língua Portuguesa do IFAP



Fonte: elaborada pela autora.

Como mostra a figura, o plano de ensino apresenta três eixos norteadores, os quais são descritos, a seguir:

- **Ensino:** constituído pela ementa, que registra e destaca os pontos essenciais sobre os assuntos correspondentes ao conteúdo programático de cada disciplina e pelas competências e habilidades. As competências podem ser desenvolvidas por meio do processo de ensino e aprendizagem de cada curso e possibilitam a atuação efetiva em um trabalho ou situação apresentados; as habilidades referem-se às qualidades que o aluno tem para realizar as atividades e que o IFAP considera na elaboração do plano de ensino;
- **Bases científicas/tecnológicas:** correspondem não só à especificação, por unidade, dos temas, conceitos e assuntos tratados na disciplina, de acordo com a ementa, como também ao detalhamento das estratégias pedagógicas que o professor utilizará para facilitar a aprendizagem e dos recursos aplicados nesse processo, os quais devem estar articulados aos conteúdos de ensino e ao tempo disponível;
- **Possibilidades interdisciplinares:** referem-se às possibilidades de aproveitamento dos alunos, ou seja, trata-se de medidas de aprendizagem relacionadas às disciplinas. As formas de avaliação dos estudantes podem ocorrer ou não entre duas ou mais disciplinas. Os alunos podem desenvolver uma visão mais abrangente das temáticas apresentadas, que leve a análises críticas sobre as diferentes perspectivas de um mesmo assunto, aspecto que implica assegurar condições para superarem as dificuldades de aprendizagem, diagnosticadas durante o processo educacional.

- Neste estudo, atemo-nos aos dois primeiros eixos desse plano: ensino e bases científicas/tecnológicas, tendo em vista que circunscrevem os conteúdos e os gêneros propostos para estudo por disciplina, aspecto determinante para termos optado pelo gênero manifesto.

Selecionamos e tabulamos alguns dos tópicos, abaixo elencados, correspondentes ao plano de ensino da 3ª série do ensino médio, cujo modelo (Anexo A) consta no PDI do IFAP (BRASIL, 2013).

- Etapa/Série;
- Conteúdos de língua portuguesa (conforme ementa);
- Gêneros e tipos propostos para estudo e produção (conforme ementa);
- Conteúdos de literatura (conforme ementa);
- Objetivos de ensino/aprendizagem.

Esses tópicos, que pertencem aos dois eixos mencionados, nos serviram de apoio para compreendermos a organização do ensino de Língua Portuguesa, sobretudo, na 3ª série do ensino médio técnico integrado. No Quadro 1, temos a descrição de cada um deles.

Quadro 1 – Itens constantes no plano de ensino de Língua Portuguesa

Etapa/Série	Conteúdos de Língua Portuguesa	Gêneros e Tipos Propostos Para Estudo e Produção	Conteúdos de Literatura	Objetivos de Ensino/Aprendizagem
Ensino Médio (EM)/ 3ª série	Sintaxe: Frase, oração, período Termos essenciais da oração Termos integrantes da oração Termos acessórios da oração Vocativo. Educação alimentar e nutricional: leitura/recepção e produção de textos	O artigo de opinião A carta argumentativa O manifesto A dissertação escolar expositiva A dissertação escolar argumentativa	O pré-modernismo. As vanguardas europeias. A Semana de Arte Moderna. O primeiro e o segundo momentos modernistas na poesia.	Elencar, justificar e produzir gêneros discursivos/textuais concernentes aos estudos literários e linguísticos; Conhecer e refletir para dominar, com destreza, os fundamentos da norma culta da Língua Portuguesa no que concerne ao estudo introdutório da sintaxe. Identificar, ainda, a existência de uma sintaxe que foge à norma padrão, sendo própria da oralidade e de determinadas circunstâncias informais, com vistas a não fomentar a estigmatização das variantes linguísticas; Exercitar linguística e discursivamente a capacidade de formular e emitir a sua opinião publicamente, seja concordando, seja discordando do ponto de vista de outrem, argumentando em prol do seu ponto de vista; Exercitar, também, a capacidade de discorrer expositivamente sobre pontos de vista distintos, sem necessariamente posicionar-se, fazendo uso da linguagem referencial; Ler e compreender o contexto sociopolítico-cultural da literatura luso-brasileira vanguardista, pré-modernista e do primeiro e segundo tempo modernista; Reconhecer os efeitos de sentido criados por um uso específico da linguagem; Reconhecer de que modo o trabalho literário contribui para configurar uma determinada visão de mundo, expressar opiniões, pontos de vista.

Fonte: elaborado pela autora.

Como podemos notar, o IFAP dispõe na organização curricular pertinente à 3ª série do ensino médio técnico integrado, na área de linguagens e suas tecnologias, conteúdos relacionados a aspectos gramaticais, ao estudo e à produção dos gêneros, bem como à arte literária.

Desse modo, os professores de Língua Portuguesa buscam, na constituição do plano de ensino, relativamente aos tópicos evidenciados, um alinhamento à filosofia educacional da instituição, fundamentada na BNCC. Assim, a definição dos conteúdos baseia-se em conceitos, concepções, características e exemplificações que objetivam não só a reflexão sobre o uso funcional da língua(gem), abrangendo noções e fundamentos de textualidade voltados ao estudo dos gêneros discursivos/textuais, mas também a ampliação de mecanismos que favoreçam a

leitura, a análise, a interpretação, a produção oral e escrita de textos selecionados para compor a base tecnológica referente à 3ª série.

Os princípios de conhecimento técnico-científico do componente de língua materna levam ao desenvolvimento de competências, que, integradas à pesquisa e à extensão, visam a uma formação linguístico-discursiva confluyente com o contexto social emergente, no qual são atualizadas distintas formas textuais de comunicação. Essas formas mobilizam saberes, linguagens e recursos didáticos multissemióticos cujos efeitos de sentido e finalidades são diversificados.

Na 3ª série do ensino médio do IFAP, desenvolve-se o estudo detalhado da sintaxe, especificamente dos períodos simples e composto, assim como da sintaxe de concordância, regência e pontuação, e da crase, elementos que têm papel importante na estruturação e organização de textos argumentativos, entre eles, o manifesto. Essa abordagem reflete a preocupação com a proficiência escrita do aluno, em especial em relação à produção de textos argumentativos, que demandam conhecimento de estratégias para convencer e persuadir o destinatário.

É preciso considerar que o aluno dessa série deve desenvolver e aprimorar seus posicionamentos e ideias, no sentido de fundamentá-los adequadamente, de modo que sejam consistentes na defesa de opiniões, em práticas de interação cotidianas simples e complexas, mediante o uso de estratégias linguístico-discursivas que favoreçam o protagonismo juvenil nos distintos contextos sociais implicados em intervenções e manifestações em favor do individual e do coletivo.

Dessa forma, por meio da leitura e da análise de variados gêneros que apresentam determinada orientação argumentativa, sejam eles literários ou não, o aluno é levado a expressar e justificar seus pontos de vista acerca de assuntos de teor polêmico ou crítico, fazendo uso dos recursos linguístico-discursivos disponíveis, os quais também auxiliam na estruturação e organização do texto.

Em relação à literatura, por exemplo, busca-se integrar os conteúdos da área de linguagens às distintas áreas de conhecimento gerais e específicas, com análise dos recursos discursivos, linguístico-gramaticais e expressivos presentes em obras literárias, e dos períodos literários, seus aspectos culturais e sociais, empregando materiais e métodos de ensino contextualizados, tendo em vista os âmbitos nacional, regional e local.

O desenvolvimento desse conhecimento se dá na ação didática direcionada à preparação tanto para processos seletivos de universidades públicas e particulares, como para concursos públicos e provas de seleção adotados por órgãos públicos e empresas privadas, considerando-

se a formação básica técnico-profissional ofertada ou não. Assim, teoria e prática articulam-se à dimensão técnico-científica por meio dos procedimentos metodológicos descritos no Quadro 2.

Quadro 2 - Procedimentos metodológicos

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS
• Os métodos adotados ao longo do ano letivo dispõem de ações variadas, objetivando contemplar todas as inteligências, particularidades (ou individualidades) dos alunos, sem o predomínio de um método ou de uma técnica de aprendizagem sobre os/as demais. • Por conseguinte, apresentamos as seguintes atividades: aulas expositivas, exposição escrita, exposições orais e dialogadas, seminários, pesquisas, trabalhos e atividades escritos e orais, individuais e/ou em grupo, com a respectiva socialização dos resultados e conclusões obtidos, conversação didática, dinâmicas em grupo, atividades assistivas, apresentações teatrais, apresentações com estilos variados, rodas de leitura com livros paradidáticos ou outros recursos de leitura e de produção textual, exposição em murais ou em ambientes virtuais (fóruns de discussão síncronos e assíncronos).

Fonte: elaborado pela autora.

A fim de que ocorram as ações elencadas no quadro anterior, os professores de Língua Portuguesa apropriam-se de metodologias de ensino centradas no estudo de gêneros com orientação argumentativa, selecionados com base nas orientações da BNCC para o ensino médio, as quais podem ser seguidas e implementadas por meio da proposta pedagógica institucional, segundo a realidade e a demanda regional e local.

Uma vez que no ensino médio o estudante precisa desenvolver sua capacidade de argumentação, é importante que ele se aproprie da escrita argumentativa, a fim de que aprenda a assumir e a defender visões de mundo, valores e crenças, de forma reflexiva, crítica e consciente, sustentados por argumentos sólidos, éticos e democráticos.

A esse respeito, a BNCC propõe o que segue:

Essas demandas exigem que as escolas de Ensino Médio ampliem as situações nas quais os jovens aprendam a tomar e sustentar decisões, fazer escolhas e assumir posições conscientes e reflexivas, balizados pelos valores da sociedade democrática e do estado de direito. Exigem ainda possibilitar aos estudantes condições tanto para o adensamento de seus conhecimentos, alcançando maior nível de teorização e análise crítica, quanto para o exercício contínuo de práticas discursivas em diversas linguagens. Essas práticas visam à participação qualificada no mundo, por meio da argumentação, formulação e avaliação de propostas e tomada de decisões orientadas pela ética e o bem comum (BRASIL, 2017, p. 477).

Assim, é imprescindível que sejam oferecidas aos alunos experiências de escrita direcionadas não só ao acesso a gêneros emergentes ou que estejam em processo de transformação, mas também a ações inovadoras de e com linguagens, articuladas a procedimentos que desenvolvam distintas competências, considerando-se o potencial de recursos expressivos para a construção de sentidos convergentes aos propósitos comunicativos.

Esses aspectos de aprendizagem da escrita requerem o desenvolvimento de habilidades que devem ser contempladas pelos currículos. Diante disso, o papel dos professores de Língua Portuguesa é selecionar e organizar estratégias de ensino que possibilitem o aperfeiçoamento de conhecimentos sobre o uso da língua, de modo que sejam alcançados os objetivos de ensino-aprendizagem desse componente curricular.

Nessa direção, o estudo do manifesto abre perspectivas para que o aluno seja levado a compreender a estrutura composicional e a orientação argumentativa próprias desse gênero, bem como os elementos linguístico-gramaticais que subjazem à sua textualização. Assim, entendemos que cabe ao professor propor atividades de acordo com a habilidade EM13LP05 constante da BNCC, qual seja:

Analisar, em textos argumentativos, os posicionamentos assumidos, os movimentos argumentativos e os argumentos utilizados para sustentá-los, para avaliar sua força e sua eficácia, e posicionar-se diante da questão discutida e/ou dos argumentos utilizados, recorrendo aos mecanismos linguísticos necessários (BRASIL, 2017, p. 498).

O estudo de textos, sobretudo de natureza argumentativa, contribui para a ampliação dos saberes dos estudantes acerca das estratégias de produção e de compreensão, a fim de que se tornem capazes de identificar, por meio da análise textual, os recursos linguístico-discursivos que concorrem para sua materialização verbal e para sua dimensão argumentativa. Essa perspectiva, que se alinha à visão de língua e de linguagem como atividades cognitivas, dinâmicas e de interação social, traz importantes contribuições para a aprendizagem da escrita no âmbito escolar.

Levando em consideração tal abordagem, a proposta de ensino de Língua Portuguesa adotada pelo IFAP para a 3ª série do ensino médio estabelece perspectivas para a continuidade e progressão das aprendizagens, posto que, por meio do desenvolvimento de competências, busca-se articular os seguintes princípios, no que diz respeito às habilidades:

- A consolidação do domínio de gêneros do discurso/gêneros textuais já contemplados anteriormente e a ampliação do repertório de gêneros, sobretudo dos que supõem um grau maior de análise e reflexão.

- O aumento da complexidade dos textos lidos e produzidos em termos de temática, estruturação sintática, vocabulário, recursos estilísticos, orquestração de vozes e semioses.
- O foco maior nas habilidades envolvidas na reflexão sobre os textos e práticas (análises, avaliação, apreciação ética, estética e política, valoração, validação crítica, demonstração etc.), já que as habilidades requeridas por processos de recuperação de informação (identificação, reconhecimento, organização) e por processos de compreensão (comparação, distinção, estabelecimento de relações e inferência) já foram desenvolvidas no Ensino Fundamental (BRASIL, 2017, p. 491).

Dessa forma, o Instituto busca promover uma prática pedagógica voltada para o ensino de Língua Portuguesa fundamentado no estudo de gêneros discursivos/textuais que requeiram, por parte do aluno, análise e reflexão condizentes com a complexidade de cada texto, especialmente em se tratando de textos argumentativos, como é o manifesto.

Em continuidade à exposição, apresentamos, a seguir, a constituição do *corpus*.

1.3 Constituição do *corpus*

De modo a contribuirmos para o desenvolvimento da proficiência escrita de alunos da 3ª série do ensino médio do IFAP, selecionamos o gênero manifesto como objeto de ensino da escrita argumentativa e, em particular, dos planos de texto e das sequências textuais que o compõem.

Para constituirmos o *corpus*, inicialmente, realizamos uma busca por manifestos na Internet, por meio do Google, tendo como critério temas que fossem atuais e atraentes para jovens do ensino médio. Esse procedimento permitiu-nos coletar vinte textos, quantidade que acreditamos ser adequada para selecionarmos os exemplares que seriam analisados posteriormente. Essa seleção deu-se em conjunto com os cinco professores que atuavam na 3ª série do ensino médio do IFAP.

Em reunião previamente marcada com esses docentes, ocorrida em 29/01/2021, apresentamos os vinte manifestos, entre os quais foram escolhidos dez, que passariam a ser nosso objeto de estudo. Durante o encontro, discutimos sobre as vantagens de se estudar o gênero manifesto como subsídio para a compreensão da escrita argumentativa e para o desenvolvimento da proficiência escritora dos alunos. Tratamos de aspectos relacionados às características desse gênero, como estrutura composicional, temática e recursos linguístico-discursivos que contribuem para a orientação argumentativa e possibilitam que o aluno expresse seu posicionamento diante de assuntos que envolvem o âmbito social e político. Os dez manifestos selecionados são elencados no Quadro 3, apresentado a seguir.

Quadro 3 – Manifestos selecionados em conjunto com os professores de Língua Portuguesa da 3ª série do ensino médio do IFAP

IDENTIFICAÇÃO/ Nº	TÍTULO	FONTE
(Texto 1)	Manifesto Intolerável e criminoso: o racismo mata e precisa ser punido e combatido	https://www.abcdbr.org/nota-dia-da-conscincia-negra
(Texto 2)	Manifesto A desigualdade mata: chamado à ação	https://www.abcdbr.org/manifesto
(Texto 3)	Manifesto em defesa dos animais	http://www.amigosdosacores.pt/noticias/manifesto-em-defesa-dos-animais
(Texto 4)	Manifesto brasileiro de apoio ao acesso livre à informação científica	https://livroaberto.ibict.br/Manifesto.pdf
(Texto 5)	Manifesto contra o retorno das aulas presenciais na pandemia	https://eshoje.com.br/wp-content/uploads/2020/07/Manifesto-contr-a-reabertura-das-escolas-ASSINADA.pdf
(Texto 6)	Manifesto em Defesa de moradia digna para pessoas em situação de rua	https://www.nossasaopaulo.org.br/tag/moradia-digna/
(Texto 7)	Manifesto em repúdio ao bullying e cyberbullying	https://projetoedacaonota1000.com.br/manifesto-em-repudio-contr-o-bullying-e-cyberbullying-t16367.html
(Texto 8)	Manifesto Desvalorizar o meio ambiente é um risco para todo brasileiro	https://www.wwf.org.br/informacoes/noticias_meio_ambiente_e_natureza/?67982/WWF-Brasil-e-outras-28-entidades-lancam-carta-sobre-debate-socioambiental-nas-eleicoes
(Texto 9)	Manifesto Democracia se constrói com informação de qualidade, sem censura e sem fake News	https://www.cut.org.br/noticias/jornalistas-veiculos-e-entidades-assinam-manifesto-contr-a-censura-e-fake-news-a508
(Texto 10)	Manifesto Violência contra as mulheres	https://docplayer.com.br/189228763-Colegio-dinamico-redacao-2o-a-b-c-profa-adriane-genero-textual-manifesto-livro-novo-capitulo-7-pag-572.html

Fonte: elaborado pela autora.

Em momento posterior, dispondo desses dez manifestos, realizamos a análise de cada texto. Para tanto, dividimos os textos em parágrafos, a fim de verificarmos a estrutura composicional de cada exemplar e identificarmos, em seguida, os planos de texto e as sequências textuais neles presentes.

A análise das similaridades em relação à estrutura composicional desses manifestos resultou em cinco textos, semelhantes em sua estrutura:

- Texto 1: “Manifesto Intolerável e criminoso: o racismo mata e precisa ser punido e combatido”;
- Texto 2: “Manifesto A desigualdade mata: chamado à ação”;
- Texto 3: “Manifesto em defesa dos animais”;

- Texto 6: “Manifesto em defesa de moradia digna para pessoas em situação de rua”;
- Texto 9: “Manifesto Democracia se constrói com informação de qualidade, sem censura e sem fake news”.

Cada um desses textos, que compõem o *corpus* deste estudo, é apresentado no Capítulo 3, dedicado à análise, no qual também explicitamos os procedimentos e as categorias analíticas.

1.4 Sobre o manifesto

Faz parte das sociedades democráticas, conforme observa Santos (2009), o debate aberto e a livre organização de seus membros em movimentos populares constituídos por distintas representações, entidades de classe e agremiações, as quais dão forma a suas aspirações e reivindicações. Estas, por sua vez, são expressas por meio de gêneros como carta de leitor, carta aberta, manifesto e abaixo-assinado, cujo propósito comunicativo é fazer com que as demandas da sociedade sejam conhecidas e atendidas, constituindo-se, assim, como mecanismos de exercício da cidadania apropriados à execução de ações que levam a mudanças.

De acordo com Pêgo (2009, p. 57), o manifesto é um gênero discursivo/textual de cunho político e polêmico, por isso é comumente de interesse público. Suas características principais são a comunicação, a declaração e a divulgação de determinadas ideias e pontos de vista defendidos por um representante de um grupo e mesmo por um grupo inteiro.

Tais características estão presentes, por exemplo, no *Manifesto do Partido Comunista*, escrito por Karl Marx e Friedrich Engels e que tem servido de base para a elaboração de manifestos ainda na atualidade. Para os autores, “o manifesto é o desdobramento útil e necessário da crítica dialética [...]” (MARX; ENGELS, 2011, p. 7), fruto da articulação de seus escritos para formar um partido. Com efeito, o objetivo desse texto era, segundo esses pensadores, arregimentar simpatizantes e fazer atuar a classe operária como agente da história.

A natureza desse manifesto, de acordo com Bortolucce (2015, p. 6), perdurou do século XVII até a primeira metade do século XIX, posto que o referido texto, durante esse período, situou-se no campo da política, figurando como “uma declaração ou proclamação feita por líderes, por um estado ou por um partido”, constituindo, assim, uma comunicação de interesse público. De modo mais geral, essa pesquisadora define o manifesto como um gênero de caráter persuasivo, cuja proposta é “declarar publicamente princípios específicos, chamando atenção do público, incitando à ação e alertando para a necessidade de realização de algum tipo de mudança” (BORTOLUCCE, 2015, p. 6).

Santos (2009, p. 62), por sua vez, assevera que o manifesto, como a própria denominação indica, “é a manifestação do pensamento de uma pessoa ou de um grupo de pessoas a respeito de um assunto de qualquer natureza: social, política, cultural, religiosa, dentre outros”, ideia que se alinha, invariavelmente, a ideais políticos.

O autor explica que esse gênero é produzido quando há a intenção de chamar a atenção do interlocutor ou alertar para uma adversidade iminente ou para a existência de um problema ainda desconhecido da população, por meio de uma denúncia-afirmação relativa a um problema ou a uma situação de interesse geral que esteja afligindo a todos.

Assim, o manifesto possibilita a expressão verbal de tensões ideológicas e de relações polêmicas da sociedade, funcionando como “uma arma ideológica”, “um gênero de combate” (SANTOS, 2009, p. 62). Efetivamente, esse gênero pertence ao grupo de gêneros argumentativos, aqueles que têm determinada finalidade persuasiva em relação ao interlocutor.

No que diz respeito à forma, o manifesto apresenta organização composicional que depende do veículo de comunicação ou divulgação em que é materializado (SANTOS, 2009; PÊGO, 2009) e, embora não apresente estrutura composicional rígida, deve trazer alguns elementos essenciais, a saber:

- Título;
- Identificação do problema;
- Análise do problema;
- Argumentos que justificam o ponto de vista do(s) autor(res);
- Local e data;
- Assinatura do(s) autor(res) ou simpatizantes da causa.

Em relação a esses elementos, Santos (2009, p. 65) defende que, em muitos casos, a omissão de um deles não descaracteriza o gênero, pois ele já é “conhecido e divulgado amplamente na população”. Tanto Santos (2009) quanto Pêgo (2009) salientam que o título invoca a atenção do público e, ao mesmo tempo, informa de que trata o texto; a identificação do problema está relacionada à centralização da situação exposta no âmbito temático. Essa centralização é possível mediante estudo pormenorizado, realizado por meio da análise do problema para se conhecer melhor sua natureza, suas relações, suas causas e identificar os argumentos que justificam o ponto de vista do(s) autor(res) para, enfim, chegar ao fecho composicional do texto, que envolve os seguintes elementos: onde (local), quando (data) e quem (assinatura/autores).

Marx e Engels (2011), em relação ao *Manifesto do Partido Comunista*, explicam as partes específicas que o compõem, apresentadas na seguinte ordem:

- Prefácio, parte do texto em que é apresentado o ponto de vista dos autores;
- Capítulos, partes em que estão distribuídos a descrição concernente à evolução histórica da humanidade e o conflito das lutas de classes entre dirigentes e exploradores;
- O *grand finale*, no qual se evidencia o apelo “Proletários de todo o mundo, unidos” (MARX; ENGELS, 2011, p. 9).

Para Bortolucce (2015), a estrutura composicional do manifesto é relativamente livre, contudo, algumas características são recorrentes: a extensão do texto não deve ser nem muito curta nem muito longa, a organização é típica de uma dissertação (introdução, desenvolvimento e conclusão) e o tom é de convocação, indicado pela presença de vocativos. Essa última propriedade, segundo a estudiosa, relacionada à solicitação de adesão ao construto textual, é um elemento estrutural que determina o caráter de manifesto.

A autora acrescenta que o manifesto

[...] é um texto que se tornou um arquétipo do gênero, ao consagrar uma estrutura redacional que apresenta, em primeiro lugar, uma análise do panorama da situação, para, em seguida, divulgar, de modo programático, as intenções de mudança. (BORTOLUCCE, 2015, p. 7).

Esse gênero, como observa, dispõe de elementos estruturais frequentes: local, data e signatários. Além disso, a linguagem utilizada, dependendo do destinatário, é formal.

Pêgo (2009) e Santos (2009) observam que a linguagem do manifesto apresenta variações de estilo, a depender do autor, dos interlocutores e do veículo de divulgação. Assim, pode apresentar o padrão culto formal ou ter um caráter mais informal. Esse dinamismo, segundo os estudiosos, vai ao encontro do pensamento de que as nossas ações de linguagem cotidianas são orientadas por princípios gerenciados por um contexto situacional, o que permite o estabelecimento de uma relação entre a forma de comunicação e o meio.

Ao se propor ao aluno a produção desse gênero, como salienta Pêgo (2009), exige-se dele muito mais do que uma escrita circunscrita a modelos esquemáticos, posto que lhe será solicitada a articulação entre o ato de escrever, o tema, os efeitos de sentido e a finalidade discursiva do texto, engajamento que o conduz à consolidação de sua cidadania no que se refere a sugestões de intervenção em seu espaço social para transformá-lo.

Após contextualizarmos esta pesquisa, apresentando o IFAP e a organização do ensino de Língua Portuguesa nessa instituição, bem como explicitarmos a constituição do *corpus* e as características do gênero manifesto, passamos, no próximo capítulo, à fundamentação teórica que nos embasa na análise que desenvolvemos adiante.

CAPÍTULO 2 – PERCURSO DA LINGUÍSTICA TEXTUAL À ANÁLISE TEXTUAL DOS DISCURSOS

Neste capítulo, expomos os pressupostos teóricos da Linguística Textual, com foco em uma de suas abordagens, a Análise Textual dos Discursos, a qual nos subsidia no tratamento do plano de texto e das sequências textuais, elementos que nos permitem analisar o gênero manifesto, tendo em vista perspectivas para o ensino da escrita argumentativa, sobretudo, a alunos da 3ª série do ensino médio técnico integrado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá.

Apresentamos, de início, o percurso histórico da Linguística Textual, com foco nos fundamentos de Fávero e Koch (2012), Koch (2015), Marcuschi (2008, 2012) e Marquesi (2004), em seguida, com base nos estudos de Adam (2011, 2019), Marquesi (2017), Marquesi e Cabral (2017), Marquesi, Elias e Cabral (2017), Marquesi, Cabral e Rodrigues (2020), Aguiar e Marquesi (2019) e Cabral (2013, 2017), discorreremos sobre os pressupostos da Análise Textual dos Discursos, com especial atenção às concepções de plano de texto e de sequências textuais, em particular, à sequência argumentativa. A fim de aprofundarmos nosso entendimento acerca da argumentação, valemo-nos das abordagens de Abreu (2009), Amossy (2018), Cabral (2017; 2018), Fiorin (2015), Marquesi, Cabral e Rodrigues (2020), Meyer (2008), Koch e Elias (2016), Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014) e Plantin (2008).

2.1 Os períodos da Linguística Textual

A Linguística Textual (LT), considerada um ramo da Linguística, conforme observam Fávero e Koch (2012), surgiu e se desenvolveu na década de 1960, na Europa, especialmente, na Alemanha. Seu objeto de investigação e de análise é o texto, visto como forma específica de manifestação da linguagem e tomado como unidade de análise, concepção que representou uma nova perspectiva de estudos, tanto em relação ao objeto quanto em relação ao método de trabalho (MARQUESI, 2004, p. 19). De caráter constitutivamente interdisciplinar, a LT exige métodos e categorias variados para tratar de processos e regularidades gerais e específicos, que concorrem para a produção, constituição, compreensão e descrição de determinado fenômeno linguístico (MARCUSCHI, 2008).

Ao longo do desenvolvimento da LT, os estudos linguísticos sofreram uma expansão, ou seja, passou-se do nível da frase para o nível do texto, isso porque se notou a existência de regras gerais combinatórias para fenômenos ou fatos linguísticos que ultrapassavam o âmbito da frase (MARCUSCHI, 2012). Assim, uma gramática de frase não dava conta do texto, que, por alguma motivação interna, poderia ultrapassar e até violar regras dessa gramática.

Pode-se dividir a LT em três momentos, o momento da análise transfrástica, o das gramáticas textuais e o das teorias de texto, nos quais a concepção do objeto texto sofreu variações. No primeiro, priorizou-se o trabalho voltado aos elementos relacionados à organização de microestruturas; foram desenvolvidas análises circunscritas a segmentos frasais, buscando atribuir-lhes o estatuto de texto. Com base em um parâmetro configuracional, estabelecia-se a articulação entre cada um dos termos constituintes dessas estruturas, bem como entre cada um dos segmentos e/ou períodos frasais.

Surgiram estudos dos processos anafóricos e catafóricos, mas sem se abordar fenômenos de natureza mais abrangente, como a correferenciação, as anáforas associativas e indiretas e a dêixis textual, que, no âmbito de pesquisas mais recentes, ganharam espaço considerável entre os objetos de estudo.

No segundo momento, como esclarece Marquesi (2004), os fenômenos linguísticos inexplicáveis pelo viés prescritivo de uma gramática do enunciado tornaram-se foco de atenção. Surgiu, então, a necessidade de se elaborar gramáticas textuais, tendo-se por base a gramática de frase.

Transpondo-se o nível do enunciado e das relações estabelecidas entre seus constituintes estruturais, de acordo com Koch (2015), defendeu-se a existência de uma competência textual análoga à competência chomskyana, tendo em vista que todo falante de uma língua natural dispõe da capacidade de distinguir um texto coerente, como unidade de sentido, de um aglomerado de enunciados incoerentes.

Apoiada em Conte (1977), Marquesi (2004) elenca as tarefas da gramática textual:

1. determinar o que faz de um texto um texto, quais são os seus princípios de constituição, em que consiste a coerência textual, o que produz a textualidade específica de um texto;
2. determinar critérios para a delimitação de textos;
3. diferenciar os diferentes tipos de texto. (CONTE, 1977 apud MARQUESI, 2004, p. 21).

Os principais idealistas da gramática textual, conforme destaca a autora, foram van Dijk, Rieser e Petöfi, precursores de importantes modelos, baseados em três características: um quadro teórico gerativo, instrumentos conceituais e operativos lógicos e a gramática dos

enunciados integrada à gramática textual. Van Dijk diferenciou estrutura profunda de estrutura superficial e introduziu a noção de micro e macroestruturas textuais. Rieser, por sua vez, defendeu um modelo centrado na concepção de gramática textual modelada pela gramática gerativa, no entanto, acabou por abandoná-lo e passou a contribuir para o desenvolvimento do modelo de Petöfi, segundo ele, mais promissor que o seu, em virtude de ter maior poder explicativo.

A proposta de Petöfi estava vinculada à gramática textual de base não linear. Na teoria de texto por ele desenhada, em que estabelece a distinção entre um componente cotextual e um componente contextual, a gramática textual é apenas um dos elementos. Marquesi (2004) observa que o estudo de Petöfi, ao transpor o nível da abordagem interna, viabilizou o surgimento do terceiro momento da LT, o qual, segundo Conte, é voltado à teoria de texto em uso, ou seja, focado em aspectos de produção, recepção e interpretação de textos em um contexto pragmático.

Assim, no terceiro momento da LT, o foco em relação ao tratamento do texto passou a ser o aspecto pragmático. Essa perspectiva, segundo Marquesi (2004), trouxe para a teoria do texto o ato de comunicação com toda a complexidade que o circunscreve, relacionada a pressupostos de ordem psicológica e social. Fávero e Koch (2012, p. 20) frisam que, nesse momento, o ambiente das pesquisas e das investigações relacionadas ao estudo do texto estendeu-se ao contexto, compreendido como “conjunto de condições – externas ao texto – da produção, da recepção e da interpretação do texto”.

Ao lançarmos um olhar retrospectivo sobre os três momentos que constituem a história da LT, percebemos, como pontua Koch (2015), que, na passagem do segundo para o terceiro momento, dois movimentos, a virada pragmática e a virada cognitivista, articularam dimensões mais abrangentes e complexas, quais sejam, o processamento do texto e a interação.

Esses movimentos, mais adiante, circunscrevem processos e procedimentos de comunicação relacionados à atividade verbal, em que a língua passou a ser vista “como uma forma específica de comunicação social, da atividade verbal humana, interconectada com outras atividades (não linguísticas) do ser humano” (KOCH, 2015, p. 27), concepção que revela a incorporação da pragmática ao campo da LT e traz à tona a perspectiva sociocognitivo-interacionista.

De modo mais específico, Koch (2015) observa que a virada pragmática tem relação com a necessidade que os linguistas de texto sentiam de transpor, nas pesquisas voltadas ao estudo do texto, os limites de uma abordagem sintático-semântica, haja vista ser o texto a base de qualquer ato de comunicação/interação humana.

Essa transposição de limites ganhou força e espaço pela adoção da perspectiva pragmática, que, aos poucos, foi sendo imposta nas pesquisas sobre o texto. Diante desse quadro, surgiram as teorias de base comunicativa, as quais, primeiramente, procuravam integrar, de forma sistemática, fatores contextuais na descrição dos textos.

É nesse panorama que a LT, conforme expõem Heinemann e Viehweger (1991 apud KOCH, 2015, p. 27), adota padrões descritivos para operar a análise textual, os quais são determinados por regras de uso da língua, que estabelecem relações com o contexto comunicativo-situacional. Dessa forma, os estudos no campo da LT tomaram novos rumos, pois não se tratava mais de “pesquisar a língua como sistema autônomo, mas sim, o seu funcionamento nos processos de comunicação de uma sociedade concreta” (KOCH, 2015, p. 27).

Passou-se, assim, a um novo modelo de compreensão da língua, advindo de uma perspectiva articulada à comunicação social, em que a atividade verbal é perpassada por outras atividades que atuam em dimensões fora do âmbito linguístico (KOCH, 2015).

No âmbito da teoria do texto, essa nova orientação ganhou impulso e vigor a partir do momento em que a LT reconheceu que tanto os princípios da psicologia da linguagem como os da filosofia da linguagem, sobretudo, esta última, no que concerne à teoria dos atos de fala, poderiam ser aplicados ao estudo do texto, relativamente, às ações de produção/recepção, de forma a “atribuir aos textos a qualidade de formas de ação verbal” (KOCH, 2015, p. 28).

Para se chegar ao entendimento dessa nova forma de estudo do texto, Koch (2015) observa que vários teóricos desenvolveram pesquisas nesse campo, como Wunderlich (1976), Schmidt (1973), Motsch (1983), Motsch e Pasch (1987) e van Dijk (1980), cujas reflexões acerca de modelos de estudo do texto voltados a procedimentos de produção, de interpretação e de análise levavam em conta o plano geral do texto como fator determinante de ações verbais pragmáticas, assentadas em aspectos sintáticos e semânticos.

Considerando o pensamento desses estudiosos, com vistas a sistematizar os pressupostos por eles defendidos, elaboramos um quadro sintético (Quadro 4) em que elencamos os autores, o ano e a visão de cada um sobre o novo paradigma de compreensão da língua, com foco na abordagem pragmática.

Quadro 4 – Perspectivas de incorporação da pragmática ao estudo do texto

AUTOR/ANO	VISÃO TEÓRICA
Wunderlich (1976)	Adota a abordagem de questões de ordem enunciativa, entre as quais, dêixis (espacial), atos de fala, interação face a face.
Isenberg (1976)	Ressalta a importância do aspecto pragmático como motivador do caráter sintático e semântico: o plano geral do texto define as funções comunicativas que o constituem e tais funções determinam, de todo modo, suas estruturas superficiais. Diante disso, cabe ao receptor reconstruir os propósitos comunicativos instituídos pelo emissor ao estruturar o texto, descobrindo o “para quê” dessa forma de comunicação.
Schmidt (1973)	Destaca uma visão de cunho sociológico ancorada em uma perspectiva ampla de comunicação linguística, em que o texto é visto como ato comunicativo análogo a um “jogo de atuação comunicativa”, organizado em torno de uma temática, realizando, desse modo, um potencial ilocutório determinado.
Motsch (1986)	Propõe a seguinte hipótese: se os objetivos da ação verbal podem ser alcançados com a ajuda da enunciação de expressões verbais, é necessário que haja a representação desse ato nos enunciados do texto.
Motsch e Pasch (1987)	Concebem o texto como uma sequência hierarquicamente organizada de atividades linguísticas realizadas pelos interlocutores, as quais seguem o seguinte esquema: Al = e (enunciação) + int. (intenção do enunciador de atingir determinado objetivo) + Cond. (condições para que o objetivo seja alcançado) + Cons. (consequências resultantes de se atingir o objetivo).
Van Dijk (1980) ²	Defende que, ao lado da macroestrutura semântica do texto, relacionada à sua coerência semântica, há uma macroestrutura pragmática, responsável pela coerência pragmática. Tais macroestruturas referem-se a um macroato de fala ao qual, de forma hierárquica, são subordinados todos os atos de fala realizados por subpartes ou enunciados do texto, originando um construto fundamental para o seu processamento.

Fonte: elaborado pela autora com base em Koch (2015, p. 28-32).

Diante desses postulados, o conceito de coerência, segundo Koch (2015, p. 32), assume, ao lado de fatores sintático-semânticos, a existência de uma série de aspectos de ordem pragmática e contextual.

A respeito desses aspectos, a autora esclarece que a combinação entre elementos estruturais e elementos linguístico-gramaticais do texto é estabelecida conforme o plano de texto e a intenção do falante, fatores que indicam caminhos para que o interlocutor operacionalize ações cognitivas, com vistas ao entendimento do texto em sua unidade constitutiva. Ao não se restringir apenas às informações referenciais, o interlocutor busca reconstruir todo o processo comunicativo circunscrito ao que o falante se propôs dizer, aspecto relacionado ao “para quê” do texto.

Essa estudiosa, citando Schmidt (1973, p. 9), pondera que a relação entre o falante e o ouvinte funciona como um “jogo de atuação comunicativa”, no qual há regras fechadas com operações racionalmente ordenadas, cujo intuito é possibilitar estabelecimento de contato, automanifestação, expressão e (per)formação de atividade. Para que isso ocorra, o enunciador

² O autor foi um dos grandes responsáveis pela “virada pragmática” e um dos pioneiros da introdução de questões de ordem cognitiva no estudo da produção, da compreensão e do funcionamento dos textos.

efetiva ações linguístico-cognitivas com o propósito de estimular e garantir para o enunciatário o processamento e a compreensão dos efeitos de sentido do texto, abrindo caminhos para a aceitação do que lhe é proposto na enunciação em termos de intenção e de objetivos comunicativos.

Em alusão aos postulados de van Dijk, Koch (2015) afirma que, paralelamente à macroestrutura semântica do texto, que converge para sua coerência semântica, há uma macroestrutura pragmática indicando sua coerência pragmática. Para ela, esse movimento constitui um macroato de fala que engloba relações hierárquicas e subordinadas entre vários e/ou todos os atos de fala estruturados por enunciados ou subpartes do texto; é, com efeito, um construto necessário para seu processamento.

Essa pesquisadora ressalta, ainda, que, para o teórico citado, a compreensão de um texto segue regras de interpretação tanto semânticas quanto pragmáticas, de maneira que a coerência não é estabelecida sem se levar em conta certos aspectos pragmático-contextuais, voltados aos interlocutores, como interação, crenças, desejos, preferências, normas e valores.

Na virada cognitivista, ocorrida na década de 1980, surgiu a noção de que todo fazer (ação) é, necessariamente, acompanhado de processos cognitivos, e de que aquele que age precisa acionar modelos mentais de operações e de tipos operacionais. Por conseguinte, o texto, meio pelo qual o sujeito age verbalmente, passou a ser compreendido como resultado de processos mentais.

Essa nova perspectiva, deu início à abordagem procedural, segundo a qual os participantes do ato comunicativo dispõem de conhecimentos acumulados, acionados em suas memórias, nas diversas atividades sociais situadas ocorridas em um dado espaço e tempo, a fim de que o momento de interação verbal tenha sucesso.

Um dos marcos desse momento é a obra *Introduction to text linguistics*, de Beaugrande e Dressler (1981). Nela, os autores enfatizam que o texto se manifesta a partir de uma multiplicidade de operações cognitivas interligadas, norteadas “procedimentos de decisão, seleção e combinação” (BEAUGRANDE; DRESSLER, 1981, p. 37, apud KOCH, 2015, p. 34).

Essa visão sobre o texto levou os estudiosos do campo da LT a desenvolverem modelos procedurais relativos à descrição textual, os quais deveriam explicar os processos cognitivos integradores dos variados conhecimentos que permitiam o desenvolvimento de estratégias de produção e compreensão textual por parte dos sujeitos (KOCH, 2015).

Os modelos aos quais a autora faz referência formam o aporte de conhecimentos determinados por aspectos socioculturais adquiridos por meio de experiências cotidianas, por

isso são particulares e definidos, segundo elementos espaço-temporais e, assim, armazenados na memória episódica.

Entendemos, desse modo, que o processamento textual é estratégico, por isso, para que ocorra, é preciso mobilizar diversos recursos e sistemas de conhecimento vinculados a estratégias cognitivas, sociointeracionais e textualizadoras.

Heinemann e Viehweger (1991 apud KOCH, 2015, p. 35) asseveram que, no processamento textual, quatro grandes sistemas de conhecimento são acionados: o conhecimento linguístico, o enciclopédico, o interacional e o relacionado a modelos textuais globais, cujas características explicitamos no Quadro 5.

Quadro 5 – Características dos sistemas de conhecimento

SISTEMAS DE CONHECIMENTO	CARACTERÍSTICAS
Linguístico	Compreende os conhecimentos gramatical e lexical que a língua põe à disposição dos usuários, estabelecendo a organização do material linguístico na superfície textual e levando em consideração o tema e/ou os modelos cognitivos ativados.
Enciclopédico	Está armazenado na memória de cada indivíduo, quer se trate de conhecimentos do tipo declarativo, constituídos por proposições relacionadas aos fatos do mundo, quer se trate de conhecimentos do tipo episódico, socioculturalmente determinados, adquiridos por meio da experiência.
Interacional	Relacionado a ações verbais, engloba três tipos de conhecimentos, a saber: <i>ilocucional</i> – direcionado aos objetivos ou propósitos que se pretende alcançar. <i>comunicacional</i> – articulado às normas comunicativas gerais, relativas à adequação dos tipos de textos às situações de comunicação. <i>metacomunicativo</i> – relacionado aos vários tipos de procedimentos linguísticos que propiciam ao locutor assegurar a compreensão do texto e, com efeito, a aceitação por parte do interlocutor.
Modelos textuais globais	Direciona o falante para o reconhecimento dos textos como exemplares de determinado gênero ou tipo, a partir da identificação dos objetivos e da forma de estruturação global dos textos.

Fonte: elaborado pela autora com base em Koch (2015, p. 35-37).

Os estudiosos salientam também que, a cada um desses sistemas, além dos aspectos descritos no quadro anterior, corresponde um tipo de conhecimento que revela como devem funcionar, considerando-se as particularidades concernentes ao momento, à situação de interação e ao meio sociocultural.

Levando-se em conta as características elencadas no Quadro 5, Koch (2015) esclarece que os sistemas de processamento textual estão relacionados ao uso do conhecimento pelo receptor diante do texto, fato que evidencia o que Dascal (1982), como por ela destacado, denomina de psicopragmática.

Tal uso, em cada situação, depende dos propósitos comunicativos do usuário, dos saberes, valores, pontos de vista e atitudes expressos na materialidade textual, os quais serão reformulados, gerando não só sentidos previstos, mas também não previstos, ou mesmo, não desejados pelo produtor.

Nesse sentido, percebemos que todo e qualquer procedimento que envolve a interpretação e a compreensão textual resultam de ações tanto do leitor quanto do produtor do texto e engloba atividades contínuas de (re)construção das ideias desenvolvidas entre as quais há a conexão de elementos que mobilizam conhecimentos extraídos de um paradigma global presente na memória.

De maneira a buscarmos compreender as estratégias de interpretação (psicopragmáticas), enumeramos, a seguir, as estratégias de processamento textual (KOCH, 2015):

1. estratégias cognitivas: estão envolvidas na execução de algum cálculo mental por parte dos interlocutores, em certo contexto situacional de comunicação, mediado por texto.

Ao dispor dessas estratégias, os leitores mobilizam meios para reconstruir representações mentais por intermédio de inferências e deduções que levam à articulação de elementos linguísticos, segmentos textuais e informações explícitas e implícitas arquitetadas pelo produtor, a fim de que o interlocutor concretize um mundo textual, resultante de um modelo global ativado e atualizado na memória.

No que diz respeito à ativação desses procedimentos, ressaltamos que, em relação a um texto, podem ocorrer distintas interpretações procedentes da base semântica e dos efeitos de sentido possíveis.

2. estratégias sociointeracionais: são socioculturalmente determinadas e buscam manter e levar a bom termo a interação verbal, assentada nos papéis sociais dos participantes; por isso, diante das normas culturais, visam a estabelecer ou resguardar a face, por meio de acordos e de negociações que possam evitar problemas e/ou conflitos.

3. estratégias textuais e/ou de textualização: dizem respeito ao processo de estabelecer escolhas no âmbito do texto. São realizadas pelos interlocutores e não deixam de ser também interacionais e cognitivas, dado estarem vinculadas a diferentes funções para que determinados sentidos sejam produzidos.

As estratégias de processamento textual listadas revelam que não é possível haver

[...] pensamento ou domínios cognitivos fora da linguagem, nem possibilidades de linguagem fora de processos interativos humanos. A linguagem é tida como principal mediador da interação entre referências do mundo biológico e as referências do mundo sociocultural (KOCH, 2015, p. 43).

A respeito desse pensamento, Koch (2015), apoiada em Morato (2001), reitera que a linguagem é o principal meio de interação entre as referências do mundo biológico e as referências do mundo sociocultural. Essa perspectiva amplia a noção de contexto, antes considerado apenas como cotexto e que passou, após a virada pragmática, a abranger a situação comunicativa e, depois, o entorno socio-histórico e cultural representado na memória por modelos cognitivos, interação e seus sujeitos.

Tais modelos cognitivos incorporam o ato comunicativo e seus participantes por meio de um construto que, presidido por circunstâncias espaço/temporais, estabelece uma relação de interação entre o produtor e o receptor, constituindo a vertente dialógica da língua, consolidada na produção de linguagem veiculada pelo texto.

De acordo com a autora, o ato de produzir linguagem envolve elementos linguísticos e estruturais que, organizados, produzem sentidos; trata-se de uma ação complexa, posto que, além de instituir mudanças nos participantes, mobiliza distintos saberes que sofrem reformulações no momento das trocas verbais.

Após a virada pragmática e a virada cognitivista, a LT ingressou em uma vertente de estudo do texto orientada para aspectos sociocognitivo-interacionais. Essa vertente focaliza a distinção entre fenômenos mentais e sociais, na tentativa de explicar como os conhecimentos dos indivíduos estão dispostos na mente e como são mobilizados na resolução de situações impostas pelas demandas sociais e pelo ambiente.

A cultura e a vida social, como partes desse ambiente, exigem dos indivíduos saberes relacionados à atuação física no mundo, incorporada a aspectos sociais, culturais e interacionais, haja vista que, dessa perspectiva, as ações verbais são vistas como atos coordenados com outros, e não como simples realizações autônomas de sujeitos livres e iguais; com efeito, são atividades que se desenvolvem “em contextos sociais, com finalidades sociais e com papéis distribuídos socialmente” (KOCH, 2015, p. 43). Nessa direção, essa estudiosa ressalta ser necessário relacionar cognição, cultura e sociedade, pois a percepção dessa relação conduz os indivíduos a adotar ações adequadas a seu meio social.

Neste trabalho, a concepção de texto que adotamos alinha-se aos princípios da perspectiva sociocognitivo-interacionista, tendo em vista que a ação linguística que norteia o estudo e a produção do manifesto envolve a interação e o compartilhar de conhecimentos e de procedimentos. Essa abordagem reforça não só o fato de que os eventos linguísticos são, como exposto, uma prática realizada com os outros, mas também a ideia de que o texto, em particular, é o próprio lugar da interação, no qual os sujeitos atuam, dialogicamente, construindo e reconstruindo realidades.

Em continuidade à nossa exposição, na seção seguinte, discorreremos sobre os pressupostos da Análise Textual dos Discursos, com destaque para os conceitos de plano de texto e de sequências textuais, especificamente, as sequências narrativa, descritiva, explicativa e argumentativa, aparato que nos subsidia tanto na análise do *corpus* quanto na discussão dos resultados que desenvolvemos no capítulo 3.

2.2 Análise Textual dos Discursos

A Análise Textual dos Discursos (ATD) é um procedimento teórico-metodológico concebido pelo linguista francês Jean-Michel Adam. Essa abordagem, em que convergem os pressupostos da LT e os princípios da Análise do Discurso Francesa (ADF), representa uma subárea da LT e constitui “um subdomínio do campo mais vasto da análise das práticas discursivas” (ADAM, 2011). Tanto a AD quanto a LT desenvolveram-se, desde sua origem, de forma autônoma, resultando em uma LT desprendida da gramática de texto e uma análise de discurso emancipada da ADF.

Fundamentada em Adam (2011), Marquesi (2017, p. 280) destaca que, diante da confluência entre a LT e a AD, o texto passou a ser visto como objeto concreto, empírico e complexo, passível de ser descrito e interpretado, tendo em vista níveis ou planos de análise (Figura 3), os quais colocam a produção co(n)textual de sentido em um domínio mais amplo do discurso.

Assim, de acordo com a estudiosa, todo texto, no que diz respeito à produção de sentidos, considerando-se o contexto socio-histórico de enunciação, é (re)construído pelos sujeitos, os quais, ao mesmo tempo em que são partícipes de determinada situação co(n)textual, trazem diferentes conhecimentos, seus pré-construídos culturais e os lugares comuns argumentativos.

Adam (2011) parte do pressuposto de que todo enunciado, por mais breve ou complexo que seja, envolve um co(n)texto. Em termos mais específicos, ao empregarmos o vocábulo co(n)texto, indicamos que

[...] a interpretação de enunciados isolados apoia-se tanto na (re)construção de enunciados à esquerda e/ou à direita (cotexto) como na operação de contextualização, que consiste em imaginar uma situação de enunciação que torne possível o enunciado considerado. Essa (re)construção de um co(n)texto pertinente parte, economicamente, do mais diretamente acessível: o cotexto verbal e/ou o contexto situacional de interação. Se, em uma interação oral, pode haver concorrência entre cotexto e contexto da enunciação, na escrita, o cotexto é o dado mais imediatamente acessível. Se o

cotexto está disponível e se ele se mostra suficiente, o interpretante não vai procurar em outro lugar. (ADAM, 2011, p. 53).

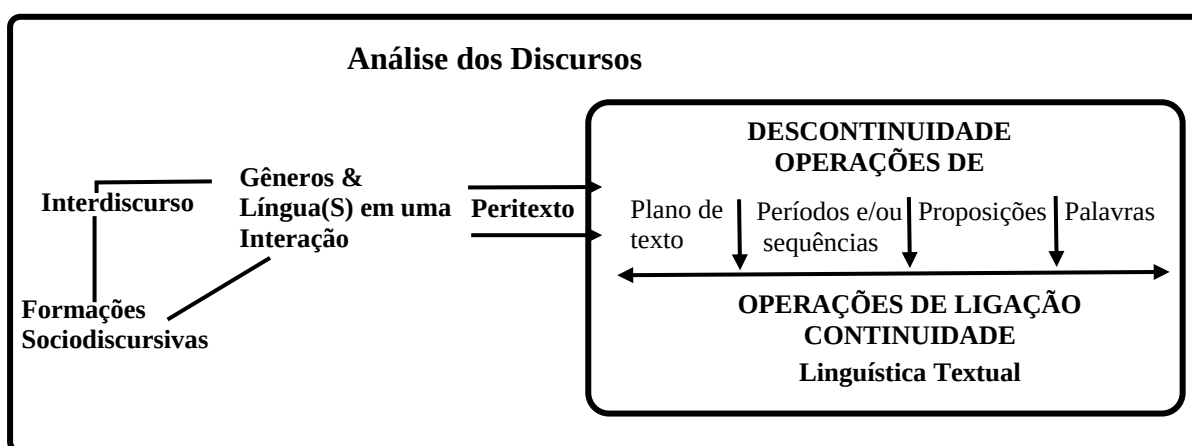
A operação de (re)construção de enunciados, mediante ajustes à esquerda ou à direita na materialidade textual ou externa a ela, revela aspectos congruentes ao processo de comunicação e, conseqüentemente, de interação, que busca não só alcançar a precisão, mas também a possibilidade de restabelecimento do sentido pretendido como “correto” dos enunciados (MOUNIN, 1966, p. 284, apud ADAM, 2011, p. 53).

De fato, os procedimentos de reconstrução aparentemente sistemáticos constituem uma forma de textualização recorrente na leitura de um texto, visto que mobilizam inter-relações entre enunciados adjacentes, atravessados por significados advindos do entrelaçamento e da contiguidade de contextos internos e externos ao texto e que, por conseguinte, levam à produção de determinados efeitos de sentido.

Uma vez que, no âmbito da ATD, há uma aproximação entre a análise textual e a análise discursiva, essa abordagem assume um papel descritivo e interpretativo no que se refere aos significados e sentidos advindos do texto, sem desconsiderar os aspectos e os elementos discursivos e textuais.

Adam (2011) defende que há uma separação e uma complementaridade concernentes às tarefas e aos objetos da Linguística Textual e da Análise dos discursos, princípio explicitado na Figura 2, a seguir.

Figura 2 – Tarefas e objetos da linguística textual e da análise dos discursos



Fonte: Adam (2011, p. 43).

Esse esquema apresenta a amplitude relacionada ao campo da análise dos discursos, destacando as formações discursivas perpassadas por interdiscursos que, por meio da(s) língua(s), estruturam e formalizam os gêneros que regulam a materialidade textual. Esta, de

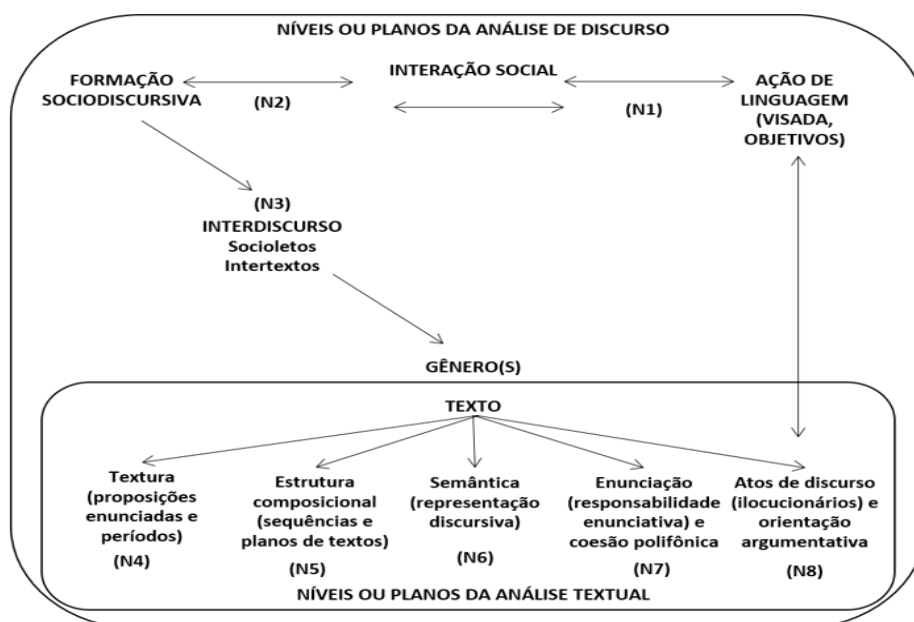
caráter complexo, é constituída por operações de encadeamentos que dão forma ao sistema que configura a unidade do texto.

Tal complexidade é resultante dos aspectos que envolvem a sua unidade estruturada por um plano de organização da textualidade e da discursividade que circunscreve planos de análise, por isso a necessidade de separação em distintos níveis com diferentes componentes.

Em decorrência dessa perspectiva, o texto é visto como uma prática discursiva interligada historicamente, pela interdiscursividade, a uma formação discursiva, daí ser situado em um contexto, constituído por um sistema de gêneros que atualizam os atos comunicativos consolidados em textos.

Dessa perspectiva, como observamos, há tanto uma particularidade como uma complementaridade discursiva e textual que suscitam planos de análise. Diante disso, segundo Marquesi (2017), Adam (2011, p. 61), com vistas não só a demonstrar que, no interior da análise dos discursos, a LT apresenta destacadas funções relacionadas a teorizar e a descrever os encadeamentos de enunciados elementares do texto, como também a detalhar as relações de interdependência que fazem do texto uma rede de determinações, apresenta um esquema que traz uma especificação do que é exposto na Figura 3 e, com isso, projeta oito níveis ou planos (N) que podem ser distribuídos, linguisticamente, da seguinte forma: três voltados à análise do discurso (parte superior) e cinco relacionados à análise textual (parte inferior), respectivamente, como ilustra a Figura 3.

Figura 3 – Níveis ou planos da análise de discurso e da análise textual



Fonte: Adam (2011, p. 61).

Na parte superior do esquema, temos os níveis ou planos de análise de discurso que evidenciam o componente interacional relacionado às práticas languageiras (N1), às condições de produção e recepção dos textos (N2) e à formação sociodiscursiva na qual circulam tais textos (N3); já na parte inferior, temos os níveis ou planos da análise textual, que abrangem a textura (N4), a estrutura composicional (N5), a representação discursiva (N6), a enunciação (N7) e a orientação argumentativa (N8). Esses componentes inter-relacionados conferem a textualização inscrita no quadro de um gênero.

Adam (2019) explica que nenhum dos níveis permite, isoladamente, aceder composicionalmente ao texto. Em relação aos patamares N4 a N8, observa que são complementares e não compõem, por si sós, uma base tipológica capaz de dar conta, de forma íntegra, de todos os aspectos da textualidade e de todos os tipos possíveis de texto.

Percebemos na composição de um texto a combinação de elementos que concorrem para sua textualização, sem que haja uma linearidade sistêmica. Desse modo, quando tomamos os níveis apresentados na parte inferior do esquema, notamos que tanto as proposições e períodos (N4) quanto as sequências textuais (N5), articulados, configuram o plano de texto (N5), base estrutural de qualquer gênero. Este, por sua vez, veicula uma voz ou vozes (N7) que direciona(m), textual e discursivamente (N8), a determinado sentido ou sentidos (N6), sejam eles intencionados ou não pelo produtor.

Para o autor, o quadro teórico que o esquema representa traz traços descendentes da organização da textualidade e da discursividade, movimento que vai do global (todos os níveis de análise) para o local, e ascendentes, movimento que vai do local (particularidade funcional de cada nível) para o global.

Relativamente a esses dois movimentos, há, em relação ao gerenciamento das informações do texto, tanto no processo de produção quanto no processo de interpretação, momentos de alternância entre esses polos, sobretudo, nas etapas de organização e de estruturação material do texto, tendo em vista não existir uma linearidade lógico-gramatical fixa. Assim, o funcionamento, ainda que sistêmico e complexo dos diferentes componentes articulados a cada nível, não leva, efetivamente, à definição de uma gramática de composição.

De modo a concluir seu raciocínio, o linguista observa que esse universo sistêmico e modular evidencia a impossibilidade de se atribuir a cada tipo de sequência uma distribuição categoricamente rigorosa de marcas morfossintáticas. Por essa razão, denomina de *protótipos* os elementos estruturais de um texto, considerando-se que “é precisamente a diversidade linguística das formas de textualização” (ADAM, 2019, p. 300) que está no centro de sua abordagem.

Levando-se em conta os processos que perpassam a organização e a estruturação textual, na próxima seção, discorreremos sobre o plano de texto.

2.3 Plano de texto

A composição de um texto é produto da organização de variados arranjos e esquemas textuais flexíveis que estabelecem a configuração de uma estrutura denominada plano de texto. O plano de texto é uma unidade, uma construção ou um todo constituído por propriedades fixas ou ocasionais preponderantes que dão forma e unificam a estrutura configuracional do texto, a fim de que ele cumpra os propósitos comunicativos do gênero.

No que diz respeito a essa estrutura, Adam (2011, p. 258) esclarece que “os planos de texto estão, juntamente com os gêneros, disponíveis no sistema de conhecimentos dos grupos sociais. Eles permitem construir (na produção) e reconstruir (na leitura ou na escuta) a organização global de um texto, prescrita por um gênero”, além de desempenharem um papel fundamental na composição macrotextual do sentido, de modo que, “o reconhecimento do texto como um todo passa pela percepção de um plano de texto” (ADAM, 2011, p. 256). Nesse sentido, segundo Marquesi (2017), de todo texto é possível depreender um plano, que nos permite identificar a organização textual condizente com os propósitos do produtor.

Esquemáticamente, o plano de texto apresenta uma ordenação em blocos, partes, parágrafos, períodos, segmentos simples e/ou complexos, como as sequências textuais. Tal organização, com suas partes articuladas entre si, materializa um todo, uma unidade composicional de sentido, isto é, um texto (ADAM, 2011).

Dois tipos de operação fazem com que um texto constitua um todo dotado de sentido: o estabelecimento de unidade temática global e a dominância de pelo menos um ato de discurso, ou seja, unidade temática e unidade ilocucionária, as quais determinam a coerência semântico-discursiva de um texto ou das partes que o compõem. Tais proposições refletem o plano de texto como um “fator unificador e obrigatório das estruturas composicionais” (ADAM, 2019, p. 58) e revelam que certos gêneros podem apresentar tanto planos de texto fixos, os quais apresentam uma forma de organização textual determinada pela propriedade histórica do gênero ou do subgênero de discurso, quanto planos de texto ocasionais, os quais são, segundo esse pesquisador, muito frequentes e não deixam de estruturar menos globalmente os textos.

Marquesi (2017), com base em Adam (2011), destaca que os planos de texto têm importância considerável na construção dos sentidos de um texto, visto que estão diretamente

relacionados não só ao modo como as informações estão ordenadas no texto, mas também à forma de sistematização das sequências, traços que se alinham às intenções do produtor.

Aguiar e Marquesi (2019) reconhecem, ao dialogarem com Cabral (2013), que a identificação do plano de texto e, conseqüentemente, da estrutura global do texto, pode fornecer os elementos necessários à compreensão e à produção textual, isso porque, para identificar a estrutura global do texto, o leitor lança mão de seus conhecimentos linguísticos e textuais. Como ensinam Marquesi, Elias e Cabral (2017), os saberes relativos a essa estrutura integram os conhecimentos prévios que auxiliam na compreensão de um texto e também propiciam a elaboração de um projeto de escrita.

De acordo com essas pesquisadoras, planejar um texto, tarefa anterior à produção escrita, é uma ação complexa que envolve duas etapas: a primeira fundamenta-se na concepção do plano de texto e está relacionada às etapas de planejamento e estruturação do texto, em que há busca e recuperação de ideias na memória ou em fontes impressas e digitais; a segunda diz respeito à organização do texto propriamente dita.

Esses procedimentos revelam a materialidade estrutural do plano de texto de determinado gênero ou subgênero e, ainda, refletem o modo como as informações são articuladas na superfície textual, segundo critérios hierárquicos de combinação dos elementos linguístico-gramaticais que fazem parte de sua configuração.

As autoras argumentam que, antes de um texto, pensamos na finalidade para a qual o organizamos e o escrevemos, conforme a intencionalidade subjacente à situação comunicativa. Elas reiteram que a qualidade de um texto está condicionada a uma boa organização das ideias, por isso é imprescindível pensar no plano de texto a ser adotado, o que requer planejamento, um processo constituído por etapas.

Um texto deve ser organizado também conforme o que o produtor deseja exprimir, aspecto que pressupõe certo nível de proficiência escrita, proporcional ao entendimento do conteúdo. Esse princípio alinha-se ao que Marquesi, Elias e Cabral (2017, p. 15) ponderam em relação à relevância do plano de texto na produção escrita: “o plano de texto pode servir de ferramenta para planejar um texto a ser produzido; sua utilização poderá garantir coerência entre o que o produtor deseja escrever e o que ele escreverá efetivamente”.

Em outros termos, a elaboração de um plano de texto permite ao produtor materializar a organização de seu texto por meio da seleção e da categorização das ideias. Essa ação lhe possibilita ter controle sobre a própria escrita, facilitando-lhe atingir o objetivo anteriormente estabelecido.

Após tratarmos do plano de texto, passamos à apresentação das sequências textuais e, mais especificamente, da sequência argumentativa, protótipo sequencial que sobressai na materialidade do gênero manifesto.

2.4 Sequências textuais

As sequências textuais são unidades textuais estruturadas com base em um conjunto de proposições-enunciados, as macroproposições. Estas, segundo Adam (2011), são uma espécie de segmento ou período cuja principal característica é a unidade, resultante da confluência de sentido(s) instituída por relações hierárquicas complexas, estabelecidas entre macroproposições dentro do todo ordenado que configura a sequência.

Como segmentos textuais inscritos na estrutura composicional global dos textos, as sequências são, geralmente, categorizadas por meio da dominante sequencial presente na superfície textual. Assim, observar que há no texto uma sequência dominante de um tipo ou de outro, não condiz com a hipótese generalizante da existência de *tipos de textos*.

A organização de um plano de texto pode apresentar um modo de composição estruturado por um número considerável de sequências, que dá lugar a dois tipos de construções (ADAM, 2011):

1. aquelas constituídas por *combinações de sequências*, que podem ser do mesmo tipo (idênticas) ou diferentes (caso mais comum) e/ou
2. aquelas em que há uma *sequência dominante*. Neste caso, o texto é predominantemente *narrativo*, predominantemente *descritivo*, predominantemente *argumentativo*, predominantemente *explicativo* ou predominantemente *dialogal*, ainda que haja a presença de outros tipos de sequências.

Considerando essas possibilidades de construção textual, notamos que as cinco unidades composicionais de base – narrativa, descritiva, argumentativa, explicativa e dialogal – estabelecem relações macrossemânticas que podem ser sistematizadas conforme ilustrado na Figura 4.

Figura 4 – Estruturação sequencial

1. Tipos de sequência na base dos agrupamentos	2. Combinações de sequências	3. Dominante (efeito de tipo de texto)
• agenciamento unissequencial (o mais simples e o mais raro); • agenciamento plurissequencial: • homogêneo (um único tipo de sequências combinadas); • heterogêneo (mistura de sequências diferentes).	• sequências coordenadas (sucessão); • sequências alternadas (montagem em paralelo); • sequências inseridas (encaixamento).	• pela sequência encaixante (que abre e fecha o texto); • pelo maior número de sequências de um mesmo tipo; • pela sequência pela qual o texto pode ser resumido.

Fonte: Adam (2011, p. 272).

Apesar da heterogeneidade, a caracterização do todo textual resulta de um efeito dominante, dado que, na sua globalidade ou nas suas partes constituintes, o texto terá um traço predominantemente narrativo, argumentativo, explicativo, descritivo ou dialogal, como já mencionamos. A esse respeito, Adam (2011, p. 277) esclarece que os “fatos de **dominante sequencial** estão ligados aos gêneros e subgêneros de discurso que mantêm relações hierárquicas instáveis e sempre suscetíveis de serem modificadas” (grifo do autor).

O linguista observa que, ao desenvolver o estudo propondo as cinco formas elementares de estruturação do plano de texto, considerou um prolongamento de base linguística para a teoria psicocognitiva dos esquemas impulsionada pelos trabalhos de Sir Frederic Bartlett (1932), Walter Kintsch e Teun A. van Dijk (1983), Fayol (1985, 1997) e Coirier et al. (1996).

De acordo com essa teoria, há dois níveis de agrupamentos das unidades textuais: em um primeiro nível, são atribuídas às proposições um sentido ou uma representação proposicional e um valor ilocucionário relativo a algo que é afirmado; em um segundo nível, esse conjunto de proposições, perpassado por ciclos de processamento, é articulado de forma condensada, com vistas à operação de armazenamento na memória de trabalho. Então, por um percurso contínuo, a construção de sentido é alcançada mediante a integração com enunciados subsequentes constituídos de agrupamentos semânticos. Os conceitos de plano de texto e de sequências textuais têm a função de revelar a natureza constitutiva desses dois níveis de agrupamentos das unidades textuais.

Salientamos que, em razão de não termos identificado a presença da sequência dialogal nem dos elementos do discurso procedural na organização dos manifestos analisados, não expomos conceitos e exemplificações relacionados a essas unidades textuais.

2.4.1 Sequência textual narrativa

No entendimento de Adam (2011), toda narrativa pode ser considerada a exposição de fatos, reais ou imaginários, que abrangem, de modo geral, a dualidade relativa a realidades distintas: eventos e ações. Explorando esse aspecto dual, o estudioso destaca que toda ação tem por base um agente, que, assumindo uma forma humana, provoca ou tenta evitar uma mudança. No que concerne ao evento, por acontecer sem interferência de um agente, trata-se de um fato que tem aspecto de fenômeno pelo efeito de causalidade.

As distintas formas de construção de uma narrativa são dependentes de seu grau de narrativização, vinculado à quantidade de fatos ou eventos presentes na trama. Essa explicação tem confluência com o modelo de descrição de estruturação da trama proposto por Tzvetan Todorov (1968, p. 82) e Paul Larivaille (1974), que defendem tal organização como correspondente ao mais alto grau de narrativização. A estrutura hierárquica dessa trama é constituída por cinco macroproposições (m) narrativas de base (Pn) relativas aos cinco momentos do aspecto:

1. Antes do processo (Orientação) Pn1 (m1)
2. O início do processo Pn2 (m2)
3. O curso do processo Pn3 (m3)
4. O fim do processo (Resolução) Pn4 (m4)
5. Depois do processo Pn5 (m5)

Esses cinco momentos apresentam os aspectos de um processo estruturado pelos limites representados por $(Pn1 - m1) + (Pn5 - m5)$, que trazem como centro $(Pn2-m1+Pn3-m2+Pn4-m4)$. Estes, articulados, irrompem a unidade complexa que pode ser atribuída à sequência narrativa ou a um texto com predominância narrativa.

Adam (2019, p. 112) afirma que toda narrativa tem, por definição mínima que pode ser dada à sua textualidade, “um conjunto de proposições articuladas progredindo em direção a um fim”. Diante dessa constatação, faz o seguinte questionamento: “como definir o que faz a especificidade desse tipo de textualização?” (p. 112); e segue estabelecendo uma definição baseada em dois posicionamentos de Claude Bremond.

O primeiro posicionamento envolve os seguintes elementos: um sujeito (animado ou inanimado) situado em um tempo (determinado instante) e interligado a predicados que o caracterizam no âmbito desse momento. O segundo sustenta que toda narrativa está associada a uma sucessão de acontecimentos de interesse humano, dado que, para Bremond, onde não

houver acontecimentos, efeitos causados por agentes e/ou por pacientes sociais, não pode existir narrativa(s), visto que é mediante a projeção de ações humanas encadeadas, dispostas em determinado período de tempo, que os eventos tomam forma e sentido.

Considerando a abordagem de Bremond, Adam (2019) elenca seis constituintes necessários ao reconhecimento de uma narrativa, quais sejam:

- I. sucessão de acontecimentos;
- II. unidade temática (ao menos um ator-sujeito S);
- III. predicados transformados;
- IV. unidade de um processo;
- V. causalidade narrativa (colocação em intriga);
- VI. avaliação final (explícita ou implícita).

Cada um desses itens tem seu papel na configuração da narrativa; sobre a sucessão de acontecimentos (I), o pesquisador ressalta ser ela necessária para situar e demonstrar a passagem do tempo. Esse aspecto define a unidade funcional relativa ao ato de narrar, caracterizado por uma situação inicial, por um processo e por uma situação final, constituintes que integram os distintos modos e gêneros narrativos. Todavia, esclarece que essa dinâmica temporal não é um traço definitivo dos textos narrativos, dado que outros tipos de textos comportam uma dimensão temporal, mas não são considerados narrativas unicamente por isso.

Ele explica, ainda, que a temporalidade característica da narrativa está vinculada a uma tensão (V), inquietação que conduz à situação final (VI), e esta leva à percepção do desenrolar cronológico dos eventos narrados. Esses eventos despontam na finalização do processo, formando um todo estruturado com começo, meio e fim.

Quanto à unidade temática (II), Adam (2019) afirma que esse elemento está relacionado à presença de um sujeito (definido como ator), animado ou não, situado em um tempo. Tais fatores não só dialogam com a visão antropomórfica de sujeito defendida pelo próprio Bremond (1966), segundo a qual, há “um sujeito qualquer (animado ou inanimado, agente ou paciente, não importa), situado ‘em um tempo t , depois $t + n$ ’”, como também a ampliam para a ideia de “implicação do interesse humano”, relacionada à dinâmica de acontecimentos e de ações que circunscrevem a vida desse indivíduo no âmbito da história (BREMOND, 1966 apud ADAM, 2019, p. 115).

Diante dessa abordagem, fica evidente que a presença de (ao menos) um ator, individual ou coletivo, agente ou paciente, confere unidade à ação, por isso é fundamental. Contudo, esse constituinte (II) deve estar em conexão com outros dois componentes: a sucessão de acontecimentos (I) e os predicados transformados (III).

2.4.2 Sequência textual descritiva

Adam (2019) inicia sua exposição sobre a sequência descritiva demonstrando aspectos estruturais que a diferenciam das outras sequências, particularmente, da sequência narrativa. Esta, segundo o autor, é o tipo sequencial que, por dispor de unidade composicional em relação à ordem e aos limites dos acontecimentos da trama, serve de ponto de referência e de medida para os estudiosos estabelecerem parâmetros comparativos para avaliar a descrição.

Um desses parâmetros estabelece ser a descrição menos rígida do ponto de vista composicional em comparação às demais sequências, traço que pode ser percebido como falho, a exemplo do que defende a estética clássica, segundo a qual, “a maior falha da descrição reside no fato de que ela não comporta nem ordem, nem limites, e, parece, desde então submissa aos caprichos dos autores” (ADAM, 2019, p. 69).

No nível da composição de texto, dada a natureza textual da descrição, há um repertório de operações linguísticas de base que tomam como ponto de partida, para o alcance de uma unidade específica, proposições agrupadas em períodos, cuja extensão e organização são orientadas por um plano de texto.

O autor apresenta quatro macro-operações descritivas de base geradoras de uma dezena de tipos de proposições de cunho descritivo de extensão variável, que, em razão da natureza da sequência descritiva, não seguem uma ordenação pré-configurada.

As quatro macro-operações – operações de tematização, operações de aspectualização, operações de relação e operações de expansão por subtematização – agrupam nove procedimentos descritivos, como detalhamos a seguir:

1. A **tematização**, considerada a macroproposição principal da descrição, confere unidade a um segmento, fazendo dele uma espécie de sequência. Essa operação pode ocorrer de três formas:

- **pré-tematização (ou ancoragem):** operação que possibilita a denominação imediata do objeto e distribui um período descritivo, espacialmente à direita, anunciando um todo;
- **pós-tematização (ou ancoragem) diferida:** operação que implica a denominação adiada do objeto, pois nomeia o quadro descritivo no curso ou no final da sequência. Nesse caso, a descrição pode demorar a atingir unidade de sentido, contudo, isso não prejudica a singularidade do período descritivo;

- **retematização (ou reformulação):** operação pela qual se dá uma nova denominação ao objeto, reenquadrando o todo no fechamento do período descritivo, desde que haja uma primeira nomeação [N] desse objeto.

2. A **aspectualização** é um tipo de macroproposição que se apoia na tematização e agrupa duas operações: **fragmentação** (ou partição) e **qualificação** (ou atribuição de propriedades).

A primeira operação estabelece, a princípio, a nomeação do objeto; a seguir, opera a fragmentação sequencial de seus aspectos para direita, procedimento que pode ser realizado inversamente. Nesse caso, opta-se, primeiramente, pela exposição das partes e/ou características do objeto para, então, ocorrer a nomeação. É possível, ainda, dar uma nova nomeação ao objeto, tendo como referência uma primeira nomeação. Esse conjunto de ações propicia o reconhecimento da totalidade circunscrita ao objeto tematizado.

A segunda operação utilizada para qualificar o objeto destaca as propriedades do todo desse objeto e/ou das partes que o compõem, para isso, segue uma estrutura composta por um grupo nominal + um adjetivo ou vale-se do predicativo, articulado ao verbo ser e/ou ao verbo ter.

3. A **relação**, por sua vez, agrupa duas outras operações: **contiguidade** e **analogia**.

A primeira vincula-se a dois aspectos constitutivos: o tempo (situa o objeto) e o espaço (apresenta relações contíguas entre o objeto do discurso e outros objetos e/ou entre as diferentes partes focalizadas). Adam (2011) esclarece que elementos de natureza temporal ou espacial, na maioria dos textos escritos, apresentam-se marcados na estruturação do cotexto anterior ou posterior em uma direção entrecruzada por outros enunciados. A segunda estabelece uma comparação que coloca o todo ou as partes em relação com outros objetos-indivíduos.

4. A operação de **expansão por subtematização** ocorre pelo acréscimo de qualquer procedimento a (ou combinado) um processo anterior, ou seja, seleciona-se uma parte correspondente ao objeto, considerada como base (novo tema), e, a partir dela, desenvolve-se uma nova proposição descritiva. É possível também que essa parte passe a ser considerada sob distintos aspectos, apresentando subpartes. Essa forma de qualificação não pode ser aplicada sem haver uma analogia a um referente anterior.

Levando em consideração os aspectos da subtematização, observamos que a expansão descritiva é, certamente, instituída por um pequeno número de mecanismos identificáveis e repetíveis, seja qual for o objeto da descrição e o gênero do discurso.

Como um segmento descritivo não admite nenhum processo linear característico, é imprescindível que todo arranjo de operações aplicado à textualização implique a adoção de um

plano de texto. Diante disso, aos planos de texto e às suas marcas peculiares é atribuída importância decisiva para a compreensão de qualquer descrição.

Adam (2011) acrescenta, ainda, que a descrição concretiza dois modos principais do ato de descrever: o perceptual e o epistêmico, procedentes da atitude do descritor. No primeiro modo, o descritor pode ver, ouvir, tocar e sentir o objeto, no segundo, ele busca pôr em evidência o seu conhecimento congruente com o objeto. A combinação dessas duas formas de descrever permite a projeção de diferentes formas de descrição.

2.4.3 Sequência textual explicativa

A explicação figura em um segmento que apresenta um problema e, a seguir, por meio de uma linearidade progressiva, explica ou justifica a causa da situação apresentada, em um movimento que relaciona um índice-efeito a uma causa (ADAM, 2011).

Ao abordar a sequência explicativa, Adam (2019) trata, a princípio, da imprecisão classificatória dessa estrutura, uma vez que há certa confusão entre a definição de texto explicativo e de texto expositivo, não necessariamente direcionada ao primeiro, mas ao segundo. Ele esclarece que na classificação qualificativa “expositivo e informativo”, a terminologia “informativo”, de acordo com alguns pesquisadores, como Bernard Combettes e Roberte Tomassone, pode ser aplicada a qualquer texto, assim, para evitar a imprecisão, afirma que a denominação “expositivo” seria a mais adequada.

Indo além do proposto por esses dois pesquisadores, Adam alega que o tipo expositivo, por apresentar aspectos estruturais tanto descritivos quanto explicativos, pode ser excluído da classificação das sequências prototípicas, ideia fundamentada em Brassart (1990b, p. 34), que defende não “manter a exposição como tipo textual ou sequencial e descrever esses documentos de acordo com suas propriedades de organização estritamente textuais, seja como descrições [...] seja como explicações” (ADAM, 2019, p. 178).

Da perspectiva de Adam (2019, p. 179), a distinção entre exposição e explicação requer estabelecer a diferença entre “POR QUÊ?” e “COMO?”, tendo em vista que a maioria das sequências em que se faz presente o segundo termo, não é explicativa, pois, ao respondermos a um questionamento do tipo “O QUE VOCÊ FAZ PARA...?”, são utilizadas, invariavelmente, descrições. Assim, observa que, diferente de trabalhos anteriores, não vê mais a necessidade de se considerar como variantes do protótipo explicativo os textos expositivos em que há a partícula “como”.

O autor ressalta, ainda, a justificação em relação a um traço específico da explicação; ao passo que ela responde à pergunta “POR QUE AFIRMAR ISSO”, a explicação propriamente dita tende a responder ao questionamento “POR QUE ALGO É/SE TORNA ASSIM, OU FAZ ISSO?”. Neste caso, justificam-se as falas e explicam-se os fatos.

As teorizações voltadas para o discurso e para o texto explicativo foram difundidas e tornaram-se mais precisas na década de 1980, principalmente no campo da didática. Foram publicados alguns trabalhos resultantes de reflexões sobre a explicação, entre os quais, os de Jean-Blaise Grize e de Marie-Jeanne Borel. Adam (2019), fundamentado em Grize, defende que, da perspectiva pragmática e discursiva, a explicação é um ato de discurso que admite e estabelece um contrato assentado em condições pragmáticas, a saber:

1. o fenômeno a ser explicado é indiscutível: é uma constatação ou um fato, algo tomado como certo;
2. o que é posto em questão está incompleto; manifesta-se, a partir desse fato, a necessidade de preencher a lacuna evidenciada, isto é, de responder à questão.
3. aquele que explica está em posição de fazê-lo. Deve dispor de autoridade, ter competência para responder à questão de forma objetiva, desinteressada e segura.

Considerando as reflexões de Grize e de Marie-Jeanne Borel, Adam observa que a explicação tem textualidade específica, firmada em indicadores textuais que permitem àquele que interpreta identificar uma explicação, um segmento explicativo e/ou uma sequência explicativa. Essa identificação passa por

[...] diferentes níveis, exteriores e interiores ao texto: reconhecimento da autoridade, do saber do locutor e uma intenção de neutralidade e objetividade; reconhecimento da legitimidade e interesse pelo assunto, da existência do fato a ser explicado; da presença no texto de formas como ‘porque’, ou de metatermos como ‘explicar’, ‘causa’, ‘razão’ etc. (BOREL, 1981a, p. 41, apud ADAM, 2019, p. 182).

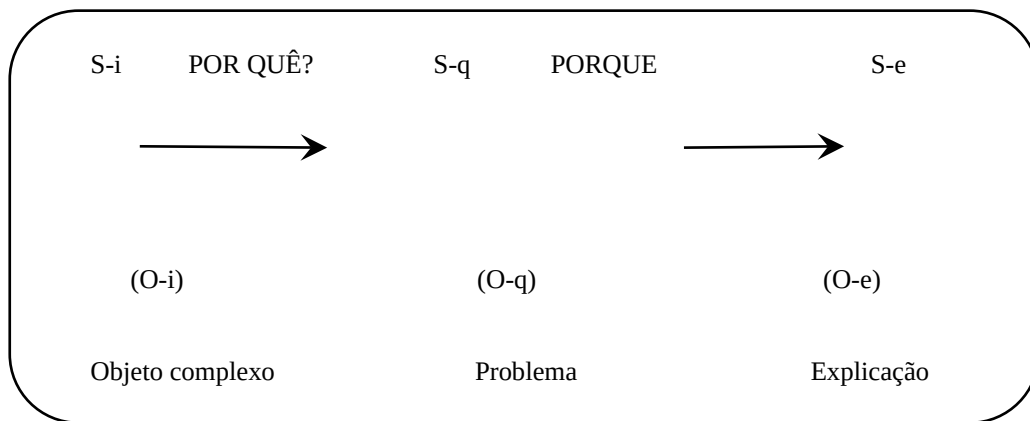
Uma particularidade da sequência explicativa, como pontua Adam, está relacionada à presença de conectores de cunho explicativo que marcam o movimento explicativo de base e/ou a orientação explicativa. Esses elementos estabelecem transformações de sentido por apresentar aspectos estruturais tanto descritivos quanto explicativos e, quando inseridos na fronteira ou na superfície interna periódica, articulam-se às ideias de causa/fato, ou mesmo a outras representações conceituais.

O pesquisador destaca a força representativa de um elemento linguístico na estrutura, período, segmento ou blocos textuais e ressalta que a explicação pode figurar em segmentos curtos, em combinações do tipo SE (introdutor de uma proposição que apresenta um problema) com É QUE ou É PORQUE (introdutores de uma explicação) (ADAM, 2011, 2019).

Independentemente da ordem estrutural empregada, as frases periódicas com movimento textual explicativo de base sustentam toda a transformação exposta, como Adam (2019) afirma ocorrer em “[SE p, É PORQUE q], [SE p, É POR ISSO QUE q], [SE p, É POR CAUSA DE q], [SE p, É EM RAZÃO DE q], [SE p[QUE]q], [SE p, ISSO É DEVIDO A q]”.

Ao mencionar o esquema proposto por Grize (1990), o linguista fundamenta sua definição acerca da estrutura geral de uma sequência explicativa por meio do modelo apresentado na Figura 5.

Figura 5 – Sequência explicativa de Grize



Fonte: Adam (2019, p. 192).

Esse esquema demonstra o movimento que parte da apresentação de um objeto complexo para chegar a uma explicação, uma resposta. Ele segue um viés interpretativo apoiado em dois tipos de “porquês”: o primeiro operador [POR QUE] passa de uma esquematização inicial (frequentemente subentendida), que põe em foco um objeto complexo (O-i), para uma esquematização (S-q) que estabelece uma problematização, identificada como ([O-q] objeto problematizador); em seguida, o segundo operador [porque] direciona para uma explicação S-e (O-e). Esse raciocínio é sistematizado da seguinte forma (ADAM, 2011, p. 244):

T1 Por que sou tão bela?

Porque meu dono me lava.

Adam (2011, p. 192) afirma que muitos estudiosos, entre os quais, Gaulmyn (1986) e Gülich (1990), recorreram a esse esquema, contudo, acrescentaram um elemento à direita. Isso gerou um novo modelo ternário para a sequência de base:

Fase de questionamento (1) + Fase resolutive (2) + Fase conclusiva (3)

A fase (1) representa a constituição do objeto a ser explicado e dos sujeitos, aquele que explica e aquele a quem se destina a explicação; a fase (2) traz o núcleo explicativo; e a fase (3) confirma, sanciona a explicação e encerra a sequência, correspondendo a uma espécie de consenso estabelecido sobre o(s) fato(s) observado(s) e sobre a causa que o(s) relaciona.

Para Gülich e Gailmyn, a explicação assume um aspecto de resolução interativa de um problema complexo, uma vez que ela representa um dado consenso que se supõe obter, colaborativamente, com a sanção (aprovação) da explicação.

Adam (2019) complementa essa estrutura sequencial de base recorrendo ao que propôs em seu estudo de 1987 e à esquematização inicial de Grize (1990). O resultado disso é ilustrado na Figura 6.

Figura 6 – Estrutura da sequência explicativa

Sequência explicativa prototípica		
0.	Macroproposição explicativa 0	Esquematização inicial
1. Por que X? (ou Como?)	Macroproposição explicativa 1	Problema (pergunta)
2. Porque	Macroproposição explicativa 2	Explicação (resposta)
3.	Macroproposição explicativa 3	Ratificação -avaliação

Fonte: Adam (2019, p. 193).

Para tratar dos elementos que compõem esse esquema, o autor esclarece que o primeiro [POR QUE] aparece introduzindo a macroproposição 1 (MPexpl. 1), denominada problema; esse segmento problematiza o objeto apresentado na macroproposição explicativa 0, esquema inicial, que se destina, então, a referenciá-lo, tematizando-o; o segundo [PORQUE] encadeia a macroproposição 2 (MPexpl. 2), a qual corresponde a uma explicação que funciona como uma espécie de resposta ao problema apresentado.

Há, ainda, nessa composição, uma terceira macroproposição, nomeada ratificação-avaliação, que representa a legitimação de um assentimento ou acordo não identificado anteriormente, mas obtido no final da explicação. Tal estrutura, em alguns casos, pode não estar expressa, sinalizando um apagamento caracterizado pela ausência de marcas explícitas na superfície textualizada, fenômeno que direciona para um efeito elíptico.

Como podemos notar, há casos em que o esquema explicativo não exibe todos os elementos estruturadores no segmento que comporta a ideia de explicação, ou mesmo, a estrutura periódica pode não dispor de um operador ou conector que represente ou direcione para a explicação, o que exigirá um esforço maior para se identificar o processo explicativo. Em razão disso, outros recursos linguístico-expressivos cotextuais são considerados no preenchimento das lacunas presentes no protótipo da sequência explicativa.

Adam (2019) descreve dois desses recursos: o primeiro é a compensação pelo encadeamento de sequências, aspecto relacionado ao ordenamento dessas estruturas; o segundo é o uso de formas verbais, como o verbo “explicar”. Essas formas de preenchimento constituem procedimentos que buscam remontar o modelo de explicação estabelecido pela sequência explicativa.

2.4.4 Sequência textual argumentativa

Ao abordar a sequência argumentativa, Adam (2011, 2019) adverte que não se deve confundir sequência argumentativa com argumentação. Ao tratar desta última, observa que, ao nos expressarmos, projetamos um mundo real ou fictício e, com isso, buscamos partilhar com um interlocutor ou com um auditório essa representação, provocando-lhe ou fazendo-lhe aumentar sua adesão às teses apresentadas. Ao tratar da primeira, o pesquisador, valendo-se de um modelo de composição descrito por Ducrot (1980), desenvolve reflexões sobre a presença de raciocínios cujo propósito é demonstrar-justificar ou refutar uma tese (ADAM, 2011).

Dessa perspectiva, evidenciam-se premissas, supostamente incontestáveis, as quais nem sempre figuram de forma explícita, levando a determinada conclusão, revelando ou negando a tese do interlocutor, ou, ainda, contrapondo alguns de seus argumentos.

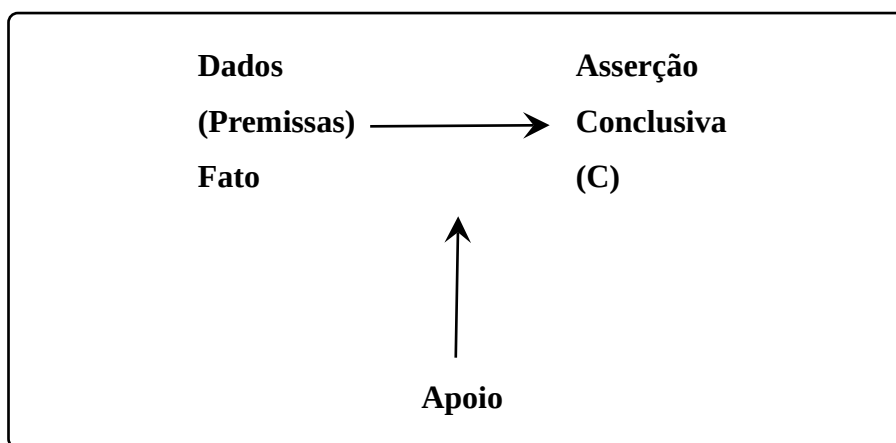
Apoiado nos pressupostos de Ducrot (1980), Adam (2011) observa que tanto o ato de demonstrar quanto o de refutar uma tese partem de premissas (dados, fatos) que não podem prescindir de uma conclusão. Tais ações relacionam-se a um raciocínio ou a raciocínios que, por meio de procedimentos argumentativos, alinha(m) encadeamentos ou encaixes de argumentos-provas correspondentes a uma lei de passagem que direciona para uma conclusão.

Diante dessa visão sistêmica, Adam (2019) destaca, fazendo menção ao modelo esquemático de silogismo, o encadeamento de proposições instituído por Toulmin (1958), que relaciona *argumento(s) > Conclusão/ Dado(s) > Conclusão*. Considerando esse esquema, o linguista estabelece uma abordagem do discurso argumentativo, segundo a qual, esse discurso

está interligado ao propósito de intervir nas opiniões, atitudes e comportamentos de um dado interlocutor ou auditório, levando-o(s) a crer em determinada conclusão ou a aceitá-la, uma vez que ela está fundamentada em argumentos, dados e razões (premissas) apresentados.

O encadeamento [Dado(s) > Conclusão(ões)] forma uma unidade argumentativa de base, segmento de texto ou sequência textual de extensão variável, que pode ser comparada ao esquema de superestrutura do texto argumentativo organizado, primeiramente, por van Dijk (1980), depois por Toulmin (1993). Trata-se de um modelo que projeta, de forma simplificada, a superestrutura do texto argumentativo, conforme exposto na Figura 7.

Figura 7 – Superestrutura do texto argumentativo



Fonte: Adam (2011, p. 233).

Este esquema pode, ainda, apresentar-se reduzido [Dado > Conclusão], como também pode ser ilustrado pela *indução* (SE p ENTÃO q), raciocínio que leva a uma conclusão, ou pelo *silogismo* [dados (premissa maior e menor) > conclusão], raciocínio dedutivo estruturado formalmente a partir de duas proposições (premissas), das quais se obtém, por inferência, uma terceira premissa (conclusão) (ADAM, 2019). Como podemos notar, há a exposição de premissas das quais resulta uma proposição nova, que é propriamente uma conclusão.

Acerca desse modelo esquemático, o teórico, apoiado em Borel (1991), salienta a existência de um modo particular de composição que estabelece uma dupla forma de conexão entre os enunciados: uma delas segue uma ordem *progressiva*, [dados > [inferência] > conclusão], a outra, uma ordem *regressiva*, [conclusão > [inferência] > dados]. Na primeira, o enunciado linguístico é paralelo ao movimento do raciocínio e segue, simultaneamente, uma ideia de consequência relacionada a um fato ou a uma informação que a precede no plano textual e argumentativo. Na segunda, a linearidade do enunciado segue um movimento inverso:

primeiramente, justifica-se uma afirmação textualmente anterior; porém tal justificação segue uma asserção argumentativa. Assim, ao passo que a ordem progressiva busca chegar a uma conclusão acerca de um fato, a ordem regressiva busca prová-lo ou explicá-lo.

Relativamente a essa estrutura lógica, no que concerne ao silogismo, modelo de raciocínio dedutivo estruturado formalmente a partir de duas proposições (premissas), das quais se obtém por inferência uma terceira (conclusão), Adam (2019) observa que se recorre mais ao entimema, formado de poucas premissas, e menos ao silogismo primário, fato que leva o ouvinte ou leitor, por meio da combinação e partilha de inferências e de conhecimentos, a suprir as lacunas relacionadas à ideia expressa pelo elemento elíptico.

Adam (2019) acrescenta que a estruturação textual argumentativa, cuja base é o desvio pelo silogismo e pelo entimema, conduz ao movimento que parte de premissas (ou dados) para uma conclusão. Esse aspecto exige outras acepções teóricas, como a desenvolvida por Perelman, para quem tal movimentação se refere a uma transferência de adesão, em que a

[...] argumentação não transfere premissas em direção a uma conclusão, uma propriedade objetiva, como a verdade – o que é o caso na demonstração –, mas se esforça para fazer passar para a conclusão a *adesão* concedida às premissas. Essa adesão é sempre relativa a um auditório, ela pode ser sempre mais ou menos intensa, conforme os interlocutores (PERELMAN, 1983, p. 173, apud ADAM, 2019, p. 151).

Como podemos observar, o assentimento de uma ideia ou de um fato está no cerne das premissas, por conseguinte, deve-se procurar transferi-lo para a conclusão, uma vez que, como salienta Plantin (2008, p. 51) apoiado em Ducrot (1993), “aceitar o argumento já é aceitar a conclusão”. Plantin (2008, p. 30) salienta, ainda, que

[...] ‘há algo a mais’ no argumento do que na conclusão, na medida em que o argumento está mais assegurado do que a conclusão (que não passa de uma projeção hipotética do argumento). Também se pode dizer que ‘há algo a menos’, na medida em que a conclusão não faz mais do que desenvolver analiticamente o argumento, ela é o produto desse argumento enriquecido por sua combinação com um princípio geral ou *topos*.

Com efeito, o auditório tem um papel decisivo, dado que, segundo Adam (2019), uma argumentação visa sempre a um público específico. Nesse sentido, fundamentado em Grize (1981, p. 30), o pesquisador afirma ser “necessário que o [locutor] faça, dentre outras, uma representação de seu auditório. Não apenas dos conhecimentos que ele tem, mas dos valores aos quais ele adere”.

Assim, é preciso, insistir na seleção coerente das premissas. Conforme defende Adam (2019), esse aspecto dialoga com os pressupostos de Aristóteles segundo os quais, para convencer um interlocutor é imprescindível que ele esteja em uma posição impossível de

recusar os enunciados propostos. Para tanto, as proposições devem aproximar-se o quanto possível de alguma opinião ou autoridade.

Valendo-se das ideias de Plantin (1990) e de Grize (1996), Adam (2019, p. 152) tece considerações relacionadas ao esquema de sustentação argumentativa das proposições, compostas pelos elementos a seguir:

1. **D:** dados, corresponde à informação, algo conhecido do qual se pode tirar determinada(s) conclusão e/ou conclusões;

2. **portanto C:** tese ou conclusão (“*Claim*”); por meio da análise dos dados pode-se tirar conclusões e chegar a uma verdade;

3. **visto que G (L):** garantia, espécie de autorização, de licença para ativação de inferências – Lei de passagem (L);

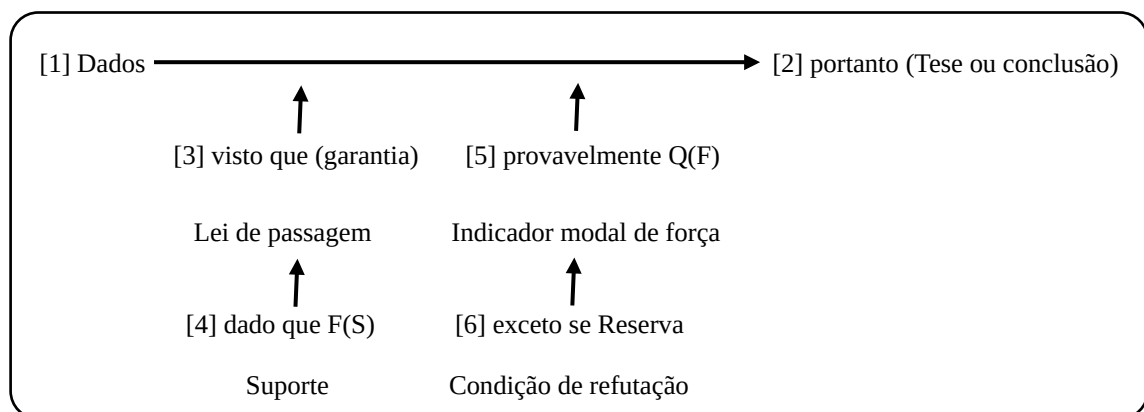
4. **dado que F (S):** suporte ou base de garantia. S, segundo Plantin, significa “reforçar, sustentar, apoiar”; essa base não deve, a princípio, figurar explicitamente, ela pode estar subentendida. No modelo de Toulmin, o suporte ou fundamento de G (L) funciona como os axiomas e os postulados, a exemplo das leis ou de outras disposições legais;

5. **Q (F) provavelmente/presumivelmente:** indicador modal (*modal qualifier*) de “força” que pode ser de convicção ou persuasão F; indica modificação no sentido de atenuar, tornar menos categórica uma limitação;

6. **a menos que/exceto se R:** condições de refutação, esta que pode ser explícita, ao se trazer um argumento ou uma prova. As condições de refutação (R) apontam para as circunstâncias em que seria necessário anular a autoridade geral da garantia.

Na Figura 8, temos a representação do esquema de Toulmin (1993), mencionado anteriormente, no item 4.

Figura 8 – Esquema de Toulmin



Fonte: Adam (2019, p. 153).

Para Adam (2019), as principais limitações desse esquema referem-se ao fato de que a reserva ou condição de restrição-refutação (R6) existe somente com o fim de especificar a força quase estatística do qualificador modal (indicador modal, modalizador) (Q5). Desse modo, seguindo um movimento proporcional, quanto mais houver restrição (R6), menos o indicador modal é forte; quanto menos houver (R6), mais probabilidade de (Q5) aumentar.

O autor apresenta o esquema elaborado por Grize em que há não só algumas alterações simplificadas do esquema argumentativo de Toulmin, como também a exclusão do indicador de força (Q), para esse teórico, um ponto frágil do esquema (Figura 9).

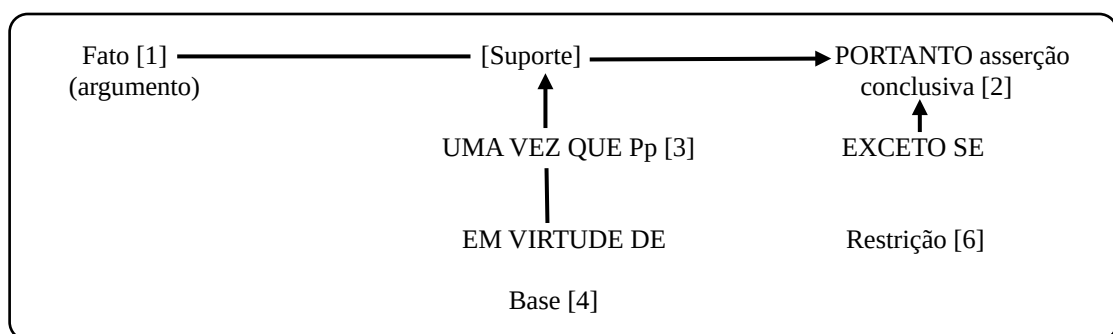
Figura 9 – Esquema de Toulmin revisado por Grize

- a. *Fato-argumento* portanto *Asserção conclusiva*, uma vez que < exceto se *Restrição* > *Princípio-lei de passagem* em virtude de *Base*.
- b. *Asserção conclusiva* em razão de *Fato-argumento*, uma vez que < exceto se *Restrição* > *Princípio-lei de passagem* em virtude de *Base*.

Fonte: Adam (2019, p. 154)

Sobre esse esquema, Adam (2019) ilustra duas fórmulas de encadeamento potencial dos enunciados, descritas na Figura 10.

Figura 10 – Fórmulas de encadeamento dos enunciados



Fonte: Adam (2019, p. 154).

A fim de descrever e destacar as principais vantagens do esquema argumentativo de Toulmin, Adam (2019), fundamentado em Plantin, enumera-as da seguinte maneira:

- a. O núcleo da argumentação reside na tríade [(1) *Dados (Fato)* > (3) *Garantia-Lei de passagem (Princípio)* > (2) *Asserção conclusiva*].

No que concerne a essa vantagem, Plantin expõe que, do ponto de vista linguístico, o enunciado de um dado e/ou de uma informação só direciona para uma conclusão, mediante validação, uma justificação que apresente uma boa razão para a tomada de atitude ou para fazer crer na prova que serve para afirmar ou negar um fato.

Diante disso, o autor salienta que, ao integrar esse entendimento à sua teoria da argumentação, Toulmin redescobriu a noção de *topos* ou de *lugar comum*, fundamento da antiga retórica, em se tratando das teorias da *invenção*.

b. Os componentes *Fundamento-base*, *Q-Indicador modal de força* e *Restrição* são considerados movimentos argumentativos secundários que podem ser encaixados no núcleo da argumentação, contribuindo para que essa atinja níveis de complexidade significativos, em virtude do acréscimo de informações complementares importantes.

c. O *Indicador de força Q (F)* é inseparável de uma objeção (mecanismo de concessão [R]) e corresponde à consideração do ponto de vista de um adversário.

Sobre esse elemento, Adam (2019) observa que, como o indicador de força Q (F) é um ponto relevante, merece olhar mais acurado, diferente da visão de Grize, que o deixa de lado por considerá-lo frágil no plano do esquema da argumentação. Diante disso, Adam (2019) recorre aos preceitos de Dominicy, pesquisador que buscou aprimorar o esquema argumentativo de Toulmin. Ao refletir sobre o indicador de força como um ponto de apoio à restrição, ele percebe, assim como Adam (2019), uma articulação desse elemento com as proposições que figuram no componente restrição (R); com efeito, esse estudioso, em parceria com Danblon, valida o elemento Q (F) no modelo de Toulmin, atribuindo-lhe uma função diferenciada, a qual Perelman e Olbrechts-Tyteca (1983, p. 550-609, apud ADAM, 2019, p. 156) denominaram de “dissociação de valores”.

Essa dissociação de noções e valores, como afirma Adam (2019, p. 156), apoiado em Perelman e Olbrechts-Tyteca (1993), permite “fundamentar uma conclusão oposta à de um adversário através de uma reinterpretação às vezes radical dos dados factuais”. Tal raciocínio leva a uma tentativa de ver determinada tese de outro ponto de vista, noção que o autor elucida, em se tratando de *Reserva-Restrição* ou ainda *Condição de Refutação* (R6), como sendo um segundo movimento argumentativo frequentemente encaixado no primeiro.

d. A noção de “Célula argumentativa” marca a finalização da apresentação do esquema de Toulmin por Plantin. Essa célula relaciona-se, segundo Toulmin, às dimensões de um texto e corresponde tanto a um enunciado quanto a um parágrafo. Assim, é constituída por dois elementos que subjazem à estruturação da materialidade textual, a saber:

- uma argumentação que articula um posicionamento (uma tese, uma conclusão)

a um dado (argumento) que a sustente;

- uma refutação, ou seja, uma contestação ao posicionamento de um adversário que advoga outra conclusão e uma negação desse ponto de vista.

Plantin (1990, p. 33, apud ADAM, 2019) esclarece que a organização dessa célula e/ou unidade estrutural não depende de uma forma ou de um elemento textual particular, tendo em vista que se trata de uma representação, isto é, de um modelo reduzido de um segmento ou parte do texto.

Adam (2019, p. 158), retomando os pontos destacados acerca do esquema de base da argumentação, ressalta que o encadeamento, implícito ou explícito, fundamentado ou contrariado, com elementos encaixantes ou que não seguem uma ordem fixa, constitui a relação entre dados e conclusão, como mencionado anteriormente. Esse estudioso esclarece, por fim, que, conforme Toulmin, na estrutura de base pode existir uma complexidade relacionada ao fato de ser possível, a partir de uma conclusão mais geral, se chegar a outras conclusões.

Ao explicar os aspectos relacionados à extensão dos segmentos textuais argumentativos, Adam (2019) propõe uma distinção entre frases periódicas argumentativas e sequências argumentativas, elementos linguísticos não totalmente opostos que, todavia, apresentam traços de complexidade no interior do segmento do qual fazem parte. O autor esclarece que esse fenômeno ocorre em um plano estrutural sujeito a diferentes passos argumentativos de um contínuo, em que há a transposição de um período ou encadeamento simples para unidades complexas.

Esse movimento contínuo, de caráter crescente, relaciona-se à passagem de uma estrutura composicional, em que há conexões cotextuais estabelecidas por conectores ou em que há limites de um segmento a outros marcados por pontuações, para um modo de composição com esses mesmos elementos linguísticos, mas em formato estrutural mais complexo, cujo objetivo correlato é demonstrar-justificar ou refutar uma tese.

Nesse caso, a lógica organizacional e de sentido dos elementos que compõem o segmento periódico ou a sequência argumentativa segue o mesmo movimento, visto que o ponto de partida se sustenta em premissas para se chegar à determinada conclusão.

Relativamente a esse aspecto, Marquesi (2017, p. 24) ressalta que a

[...] sequência argumentativa se define por ser uma situação textual na qual *um segmento de um texto constitui um argumento a favor de outro segmento do mesmo texto*. Esse segmento pode ser uma oração, um período ou uma sequência de enunciados.

As sequências argumentativas realizam uma relação do tipo *dados (fatos)*



Conclusão (grifo da autora).

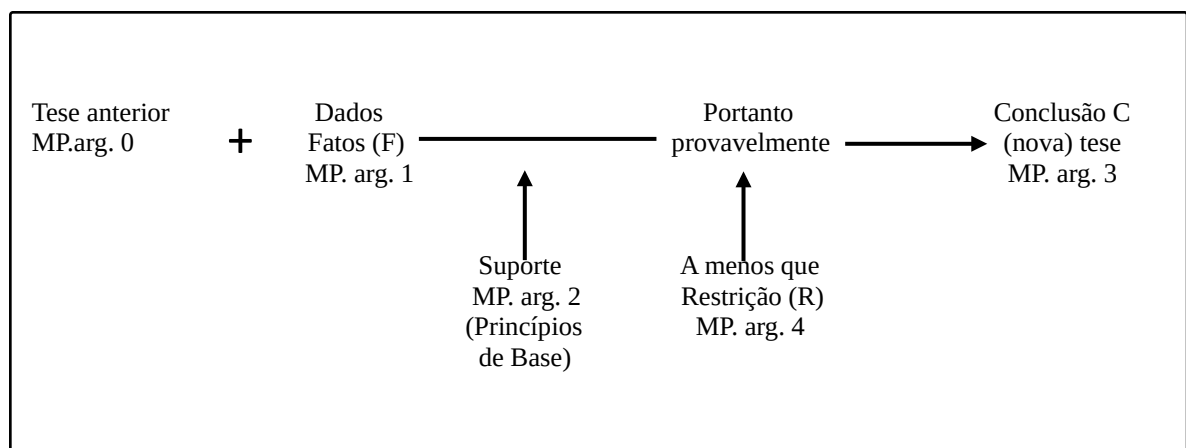
Seguindo esse raciocínio, tanto essa estudiosa quanto Adam (2019) ratificam que as sequências argumentativas apresentam características relacionadas à propriedade básica da argumentação: estar condicionada à refutação, permitindo, assim, o posicionamento do interlocutor, que pode conduzir a outra conclusão. Esse princípio valida o traço diferenciador entre argumentação e demonstração ou dedução, que, sem abertura para controvérsias, mostram-se irrefutáveis. Segundo Marquesi (2017, p. 24-25),

[...] esse movimento reflete um princípio dialógico, segundo o qual o discurso argumentativo prevê sempre um contradiscurso, efetivo ou virtual frente ao qual ele se coloca, considerando que sempre que defendemos um ponto de vista o fazemos contra outros que a ele se opõem.

Esses fundamentos englobam o dialogismo, como mencionado, no qual há um posicionamento por parte do locutor, tendo em vista o interlocutor, no que se refere a crenças, conhecimentos e ideologias.

Adam (2011, 2019) estabelece um modelo estrutural mais complexo para a sequência argumentativa prototípica, deixando espaço para a contra-argumentação em dois eixos da estrutura (Figura 11).

Figura 11 – Estrutura da sequência argumentativa



Fonte: Adam (2019, p. 164).

Como podemos notar, esse esquema comporta estruturalmente três macroproposições e, no que concerne à refutação, apoia-se na MP. arg.0 (tese anterior). Não há nele uma ordem linear fixa de macroproposições, assim, a nova tese (MP. arg. 3) pode aparecer no início da sequência argumentativa, pode ser ou não retomada (duplicada) por uma conclusão no final da sequência, e a tese anterior pode estar subentendida.

Esse esquema compreende dois níveis: um justificativo, no qual a estratégia argumentativa é sustentada pelos conhecimentos expressos, sem consideração efetiva ao interlocutor, outro dialógico ou contra-argumentativo, no qual a estratégia argumentativa tem caráter de negociação com um contra-argumentador (auditório) real ou potencial, ou seja, o locutor, nesse caso, considera o interlocutor com vistas à transformação de conhecimentos por meio de ajustes ou de acordos em relação às ideias.

Uma vez apresentados os pressupostos teóricos pertinentes às sequências textuais narrativa, descritiva, explicativa e argumentativa, na próxima seção, dedicamo-nos à abordagem da argumentação, a fim de que possamos compreender mais claramente a composição argumentativa presente no gênero manifesto.

2.5 Argumentação

O movimento argumentativo de um texto demanda a ativação de raciocínios que “partem de premissas (dados, fatos), as quais nem sempre se apresentam de forma explícita e nem podem ser admitidas sem que se admita esta ou aquela conclusão-asserção (C)” (ADAM, 2011, p. 233). Esta última pode ser a tese demonstrada, a negação da tese do interlocutor ou, ainda, a negação de alguns dos argumentos por ele propostos. Adam (2019) explica que a operacionalização de procedimentos argumentativos possibilita o movimento das premissas à conclusão, por um processo contínuo de encadeamento de argumentos-provas, considerados suportes, ou por microcadeias de argumentos encaixados.

Com efeito, não devemos desconsiderar ou mesmo minimizar a heterogeneidade constitutiva dos textos e dos enunciados, visto que esse traço nos permite refletir sobre a complexidade composicional dos discursos, daí a importância do estudo do plano de texto e das sequências textuais para a compreensão do fluxo argumentativo de um texto.

Adam (2019, p. 302-304) reconhece que a compreensão de um texto passa pela necessidade de respondermos a perguntas de cunho pragmático, como, por exemplo, “por que, para realizar qual objetivo, qual visada argumentativa, esse texto foi produzido?”. Perguntas desse tipo direcionam-nos para um entendimento acerca da função e da finalidade do texto, considerando-se o contexto de produção e os integrantes do processo de comunicação.

Esse princípio reconhecido pelo pesquisador, relacionado aos questionamentos, ajusta-se à finalidade argumentativa do manifesto: convencer o interlocutor, por meio de argumentos, de que a ideia expressa no texto deve ser considerada a fim de que haja mobilização social em

relação ao assunto tratado. Para alcançar tal propósito, esse gênero precisa dispor de uma clareza discursiva que pode se basear nas respostas dadas a essas indagações.

Meyer (2008, p. 1) afirma ser difícil estabelecer uma definição precisa e completa de argumentação, pois “tantas e tão imbricadas são as noções implicadas – sempre é possível buscar apoio na experiência de cada um para depreender algumas ideias simples que, mesmo sendo retificadas e aprofundadas, num segundo momento, constituem uma base fundamental”. Para esse teórico, toda argumentação é uma tentativa de influenciar o interlocutor, convencê-lo a mudar de opinião.

Plantin (2008, p. 25), com base em Cícero (Divisões, 19), apresenta uma definição clássica de argumentação: trata-se de “um modo de construção de um discurso em língua natural que parte de proposições não duvidosas ou verossímeis, delas extraíndo aquilo que, considerado, isoladamente, parece duvidoso ou menos verossímil”. Dessa perspectiva, os enunciados inter-relacionam-se em um sistema que confere ao discurso um formato de raciocínios que, apoiados em argumentos, complementam-se. Esse traço reduz a argumentação a uma ordenação de fatos ou dados não evidentes por si sós e dos quais se tira uma percepção com certo valor de verdade.

Buscando ultrapassar a visão clássica reducionista da argumentação, Plantin verificou que as teorias linguísticas contemporâneas colocavam em evidência o papel discursivo das orientações de sentido impostas pela linguagem, mediante determinados arranjos linguísticos que estruturam os textos. Nessa direção, para o autor, a dimensão linguística da argumentação implica o estudo dos objetos ideológicos apresentados, negociados por meio do diálogo para se chegar a determinado ponto de vista.

Com base nessa percepção, o autor explica que o movimento argumentativo de um texto ocorre por meio da apresentação de dado(s) que leva(m) a uma conclusão, processo possível por intermédio de uma lei de passagem que se firma em um suporte (princípio[s] geral[is] que serve[m] de apoio aos raciocínios) passível de ser matizado pela presença de um modalizador que figurará no cerne da refutação.

Essa dinâmica relaciona-se à argumentação por um viés ideológico racional, tendo em vista que, de acordo com Toulmin (1958), como acentua Plantin (2008, p. 31), “um discurso racional é um discurso fortemente conectado, que se apoia sobre uma hierarquia de princípios de crescente generalidade, abrindo espaço para a *refutação*”, aspecto que sustenta a organização discursiva da argumentação.

Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014), ao exporem considerações acerca das particularidades da argumentação, propõem contrapô-la à concepção clássica da demonstração

relativamente à lógica formal que se restringe ao exame dos meios de prova demonstrativos, sem dar vazão ao auditório.

Nesses termos, esses estudiosos evidenciam o caráter da argumentação: influenciar o outro por meio do discurso. Este, alinhado a aspectos psicossociais, tem como objetivo, sobretudo, alcançar o maior grau de adesão do auditório em relação a determinadas teses, “pois toda argumentação visa à adesão dos espíritos e, por isso mesmo, pressupõe a existência de um contato intelectual” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2014, p. 16).

Assim, para se alcançar o propósito da argumentação, sem imposição de vontades pela constrição e pela domesticação, isto é, sem pressionar o interlocutor, é necessário ter conhecimento não só do auditório como também dos meios eficazes que possibilitam estabelecer com ele uma comunicação bem-sucedida, raciocínio respaldado por Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014, p. 18), para quem “é preciso ter apreço pela adesão do interlocutor, pelo seu consentimento, pela sua participação mental”.

De fato, uma argumentação proficiente é capaz de atingir um grau elevado de adesão, desencadeando no interlocutor a ação intencionada, que poderá ser positiva ou de abstenção diante de determinado fato ou situação, ou, como destacam Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014, p. 50), poderá pelo menos criar nele “uma disposição para a ação, que se manifestará no momento oportuno”.

Amossy (2018, p. 22), fundamentada nas ideias de Perelman e Olbrechts-Tyteca (1970), observa que “a *argumentação* não é um raciocínio dedutivo que se desenvolva no campo do raciocínio lógico, fora de toda interferência do sujeito. Ela necessita, ao contrário de uma inter-relação do locutor e do alocutário”. Para essa estudiosa, a argumentação é uma espécie de raciocínio que comporta operações cognitivas e organização completa, realizada em língua natural em contextos sociais, diante de um auditório, tendo por base premissas compartilhadas por esse alocutário. Nesse sentido, pontua que “a argumentatividade aparece, então, como uma consequência do dialogismo inerente ao discurso” (AMOSSY, 2018, p. 43).

Para a autora, no campo da argumentação, é necessário diferenciar dois traços: a dimensão argumentativa e visada argumentativa. A primeira está relacionada à transmissão de um ponto de vista sobre as coisas, como ocorre no caso do artigo científico, da reportagem e da conversa cotidiana, assim, não se trata de modificar as posições do outro; a segunda consiste em uma empreitada discursiva de persuasão sustentada por uma intenção consciente baseada em estratégias destinadas a persuadir, como ocorre no caso da pregação religiosa, do discurso eleitoral e do manifesto, por exemplo.

Desse modo, entendemos que a argumentação não faz parte apenas de textos que buscam,

de forma declarada, fazer com que uma tese seja aceita, isso porque a argumentação está presente em toda e qualquer forma comunicativa. Como destaca Fiorin (2015, p. 29), todos os discursos “são argumentativos, pois todos fazem parte de uma controvérsia, refutando, apoiando, contestando, sustentando, contradizendo um dado posicionamento”.

Amossy esclarece que a modalidade argumentativa, ou seja, os diversos modos e estratégias de tentar influenciar o outro, permite reconhecer maneiras diversificadas pelas quais o discurso (re)orienta uma visão, um ponto de vista, na medida em que

[...] a argumentação não participa somente dos textos que tentam fazer aceitar uma tese bem definida, mas também daqueles que levam a compartilhar um ponto de vista sobre o real, reforçando valores, orientando a reflexão. (AMOSSY, 2018, p. 46).

Com base nessa reflexão, a autora propõe a seguinte definição para a argumentação:

[...] os meios verbais que uma instância de locução utiliza para agir sobre seus alocutários, tentando fazê-los aderir a uma tese, modificar ou reforçar as representações e as opiniões que ela lhes oferece, ou simplesmente orientar suas maneiras de ver, ou de suscitar um questionamento sobre um dado problema (AMOSSY, 2018, p. 47).

Essa concepção reforça a importância do entendimento sobre os modos de organização do discurso tendo em vista a defesa de uma tese, pois eles podem tanto direcionar para a adesão do interlocutor ou para um sentido inverso, como modificar ou reforçar seus posicionamentos ou levá-lo a questionar um dado problema.

No entendimento de Fiorin (2015, p. 15), “é um lugar-comum na linguística atual a afirmação de que a argumentatividade é intrínseca à linguagem humana e de que, portanto, todos os enunciados são argumentativos”. Essa visão evidencia uma vertente que reformula e amplia o conceito de argumentação, distanciado daquele defendido pela tradição retórica aristotélica, que considerava a argumentação apenas como uma estratégia discursiva destinada a persuadir o auditório.

Ao abordar as teorias do discurso referentes à argumentação, esse estudioso enfatiza que quaisquer que sejam os estudos discursivos/textuais, estes não podem se restringir a microanálises linguísticas empreendidas na superfície textual, como no caso do encadeamento de enunciados por meio de conectores. Ainda que esse tipo de análise possa ser importante, o movimento argumentativo dos enunciados e os efeitos de sentido de um texto são elaborados não só no jogo interno das relações estruturais de dependência, mas também fora dele. Isso significa que “as teorias do discurso devem levar em conta dois aspectos: de um lado, a organização das unidades discursivas transfrásticas; de outro, o modo de funcionamento real do discurso, ou seja, seu caráter dialógico” (FIORIN, 2015, p. 17).

Abreu (2009, p. 25), por sua vez, ao definir a argumentação como “a arte de convencer e persuadir”, esclarece que convencer “é saber gerenciar informação, é falar à razão do outro, demonstrando, provando”, já persuadir “é saber gerenciar a relação, é falar à emoção do outro”. A primeira ação é uma construção que subjaz ao campo das ideias, tendo em vista que quando convencemos alguém acerca de algo a pessoa passa a pensar como nós; a segunda é a construção localizada no terreno das emoções, trata-se de sensibilizar o outro para o agir diante de uma situação.

Seguindo essa linha de raciocínio, o autor postula que “argumentar é, pois, em última análise, a arte de, gerenciando informação, convencer o outro de alguma coisa no plano das ideias e de, gerenciando relação, persuadi-lo, no plano das informações, a fazer alguma coisa que nós desejamos que ele faça” (ABREU, 2009, p. 26). Entendemos, assim, que argumentar significa integrar-se ao universo do outro, conduzindo-o pela sensibilização a pensar como nós pensamos, de forma cooperativa, levados pela habilidade de estabelecer relações e pela capacidade de alinhar pontos de vista.

Koch e Elias (2016, p. 23), por sua vez, observam que o uso e funcionamento da linguagem são materializados nos textos, os quais são constituídos por sujeitos que interagem, estabelecem trocas, expressam querer e saberes. Assim, o ato de argumentar é inerentemente humano e, por isso, faz parte da vivência social dos indivíduos. Nessa direção, Marquesi, Cabral e Rodrigues (2020, p. 165) defendem que a argumentação está presente em toda manifestação linguística, uma vez que “o produtor recorre à sua criatividade e seleciona palavras, pensa formas de organizar os enunciados, de articular as partes de seu texto, buscando atender suas intenções diante de seus leitores”.

Fundamentadas nos postulados de Charaudeau (2008), as autoras explicam que o ato de argumentar é uma atividade discursiva cujo objetivo é influenciar o interlocutor por meio de argumentos cuja composição exige não só a apresentação e a organização fluente de ideias e fatos como também a estruturação sólida do raciocínio que direcionará para a defesa de uma tese ou de um ponto de vista.

Além disso, salientam que, se há por parte de um sujeito a tentativa de persuadir determinado interlocutor, a fim de que ele modifique sua conduta ou forma de pensar e agir, é conveniente que na argumentação estejam presentes:

- i) uma proposta que provoque em alguém um questionamento, quanto a sua legitimidade;
- ii) um sujeito que desenvolva um raciocínio para demonstrar a aceitabilidade ou legitimidade quanto a essa proposta;
- iii) um outro sujeito que se constitua alvo da argumentação. Trata-se da pessoa a quem

se dirige o sujeito que argumenta, na esperança de conduzi-la a compartilhar da mesma convicção, sabendo que ela pode aceitar (ficar a favor) ou refutar (ficar contra) a argumentação (KOCH; ELIAS, 2016, p. 24).

Considerando esses aspectos, as estudiosas reconhecem a argumentação como um empreendimento verbal que busca, por meio da combinação de recursos internos ou externos à situação comunicativa, entre os quais, as experiências individuais e sociais, estabelecer acordos relacionados a convicções, no âmbito de contextos sujeitos a formas de pensar divergentes.

Cabral (2017, p. 243), pautada nos postulados teóricos da teoria da argumentação na língua, desenvolvida por Ducrot, enfatiza que “argumentar tem a ver com um desejo de fazer crer ou fazer agir o interlocutor. Tal desejo se realiza por meio de textos, falados ou escritos”. A autora nos ensina que produzir um texto argumentativo envolve considerarmos a existência de uma intenção de fazer crer, de fazer algo para o outro, pois a argumentação se faz presente quando percebemos a necessidade de convencer, ou seja, quando notamos que o outro pode não concordar com as teses que apresentamos.

Em obra posterior, Cabral (2018) afirma que a escrita argumentativa requer muitas operações, nem todas de ordem linguística. Em vista disso, nem a escrita em geral nem a escrita argumentativa constituem habilidades simples, uma vez que requerem criatividade, seleção de palavras, modos de organizar os enunciados e de articular as partes de um texto, de forma que a intenção comunicativa seja alcançada.

Os apontamentos teóricos que apresentamos nesta seção permitem-nos considerar a argumentação como um ato que exige não só a ativação de conhecimentos e a mobilização de estratégias articuladas a uma intenção comunicativa, mas também a incorporação de aspectos sociais, culturais e interacionais, como fundamentos para o agir verbalmente na tentativa de influenciar o outro, gerenciando de forma eficaz a seleção de argumentos que conduzirão à aceitação de um ponto de vista.

Entendemos assim que, quanto mais o indivíduo conhece a dinâmica dos níveis e dimensões estruturais circunscritos à ação de argumentar, mais apto estará para fazer uso adequado dos recursos linguístico-discursivos em contextos de uso da língua que demandem a produção de gêneros cujo propósito seja persuadir/convencer o interlocutor.

Neste capítulo, apresentamos o aporte teórico que nos subsidia na análise dos textos selecionados. A seguir, procedemos à análise do *corpus* e à discussão dos resultados.

CAPÍTULO 3 – ANÁLISE DO CORPUS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo, primeiramente, explicitamos as categorias e os procedimentos de análise que adotamos nesta pesquisa. Em seguida, apresentamos a análise dos manifestos de número 1, 2, 3, 6 e 9, indicados no capítulo 1, de acordo com duas categorias analíticas: plano de texto e sequências textuais.

3.1 Categorias e procedimentos de análise

Com base nos fundamentos teóricos da Linguística Textual e da Análise Textual dos Discursos apresentados no Capítulo 2, definimos como categorias de análise:

- a) plano de texto, que indica a estrutura composicional dos textos e
- b) sequências textuais, a saber, as sequências argumentativa, descritiva, explicativa e narrativa, indicadoras da orientação argumentativa dos manifestos.

Como já esclarecemos no Capítulo 2, não mencionamos a sequência dialogal e nem o discurso procedural como elementos estruturais dos planos de texto dos manifestos, uma vez que essas unidades textuais, em geral, não fazem parte da organização típica desse gênero.

A fim de identificarmos os elementos que compõem a estrutura do gênero manifesto, orientamo-nos por aqueles apontados por Pêgo (2009, p. 57). Para esse autor, embora a estrutura textual do manifesto não seja rígida, traz elementos recorrentes, a saber:

- identificação do problema;
- análise do problema;
- argumentos que justificam o ponto de vista do(s) autor(res);
- local e data;
- assinatura do(s) autor(res) ou simpatizantes da causa, expressando seu acordo com o exposto.

Com vistas a verificarmos como se dá a organização dos planos de texto e como se manifesta a orientação argumentativa nos manifestos analisados, adotamos os seguintes procedimentos:

- a. tabulação ou enquadramento dos parágrafos que compõem os manifestos;
- b. identificação da sequência argumentativa (principal) por meio do esquema de base desse tipo sequencial;
- c. identificação das demais sequências, narrativa, descritiva e explicativa (secundárias), por meio dos respectivos esquemas prototípicos;

- d. verificação de como esses arranjos discursivos/textuais relacionam-se e integram-se na constituição da orientação argumentativa do plano de texto do manifesto, de acordo com o propósito comunicativo do gênero.

Para organizar o processo de análise, optamos por segmentar os textos por parágrafos, possibilitando a identificação da sequência de base e das demais sequências a cada porção textual indicada. As sequências textuais são apresentadas em quadros e cada uma delas é indicada com cores distintas, como ilustrado no Quadro 6.

Quadro 6 - Identificação das sequências e respectivos esquemas prototípicos

SEQUÊNCIAS TEXTUAIS	
SEQUÊNCIA ARGUMENTATIVA (SA)	
SEQUÊNCIA NARRATIVA (SN)	
SEQUÊNCIA DESCRITIVA (SD)	
SEQUÊNCIA EXPLICATIVA (SE)	

Fonte: elaborado pela autora.

Concomitante à identificação das sequências, explicitamos os esquemas prototípicos correspondentes (Quadro 7).

Quadro 7 – Sequências textuais e esquemas prototípicos correspondentes

SEQUÊNCIA ARGUMENTATIVA (SA)	(P. arg. 0 – Tese anterior + Fatos (F) – P.arg.1) (P. arg. 2 – Sustentação/Apoio – Princípios de Base) (P. arg. 3 – Conclusão [C] – Nova Tese) (P. arg. 4 – Restrição [R])
SEQUÊNCIA NARRATIVA (SN)	(Situação Inicial – Pn1 [m1]) (Nó [desencadeador] - Pn2 [m2]) (Re – ação ou Avaliação - Pn3 [m3]) (Desenlace [resolução] - Pn4 [m4]) (Situação Final – Pn5 [m5])
SEQUÊNCIA DESCRITIVA (SD)	(Pré-tematização + Qualificação) (Pós-tematização + Qualificação) (Aspectualização + Fragmentação/Partição) (Aspectualização + Qualificação/Atribuição de Propriedades) (Pré-tematização + Qualificação + Relação de contiguidade em tempo histórico ou individual = pd R- Tmp + Subtematização) (Pré-tematização + Qualificação + Relação de contiguidade – pd R-Loc) (Relação de análise = pd R – analog. + Subtematização) (Operação de expansão por subtematização)
SEQUÊNCIA EXPLICATIVA (SE)	(SE p, É PORQUE q) (SE p, É PARA QUE q) (SE p, É EM RAZÃO DE q) (SE p, É QUE q) (SE p, ISSO SE DEVE A q) (É [PORQUE/POR] q QUE)

Fonte: elaborado autora.

Notamos que, para cada segmento sequencial, há um esquema previsto correspondente, o qual pode se dar de modo completo ou incompleto no segmento textual, o que não interfere na estruturação macro e microestrutural. Nesse sentido, o esquema prototípico orienta-nos na identificação da sequência textual presente na materialidade linguística de cada exemplar analisado.

De forma a organizar a análise, elaboramos o Quadro 8, que traz o trecho analisado, o(s) elemento(s) e/ou esquema prototípico da sequência textual de base e as demais sequências nele presentes. Esse quadro será apresentado a cada texto analisado.

Quadro 8 - Organização do plano de texto e das sequências textuais prototípica

Trecho/Fragmento/Parágrafo	Elemento(s) e/ou esquema prototípico da sequência textual de base do manifesto	Elemento(s) e/ou esquema prototípico da(s) outras sequências textuais (secundárias) presentes no manifesto

Fonte: elaborado pela autora.

Já a recorrência das sequências nos textos é explicitada por parágrafo, nos planos de texto de cada manifesto, no intuito de ressaltar como elas contribuem, articuladas à sequência de base, para a constituição da orientação argumentativa do gênero manifesto.

Quadro 9 – Quantidade de ocorrências de sequências textuais por parágrafo

Nº Texto/Título/Nº Parágrafo (§)	Sequências Textuais: Sequência Argumentativa (SA) Sequência Descritiva (SD) Sequência Explicativa (SE) Sequência Narrativa (SN)				Quantidade			
	(SA)	(SD)	(SE)	(SN)	(SA)	(SD)	(SE)	(SN)
Nº/Título								
1º parágrafo								
2º parágrafo								
					TOTAL			

Fonte: elaborado pela autora.

A seguir, passamos à análise dos manifestos, de acordo com as categorias analíticas adotadas.

3.2 Análise do *corpus*

Texto 1

Quanto ao plano de texto e às sequências textuais, o Texto 1, “Intolerável e criminoso: O racismo mata e precisa ser punido e combatido”, está organizado como segue (Quadro 10).

Quadro 10 – Organização do plano de texto e das sequências textuais

Trecho/Fragmento/ Parágrafo	Elemento(s) e/ou esquema prototípico da sequência textual de base do manifesto	Elemento(s) e/ou esquema prototípico da(s) outras sequências textuais (secundárias) presentes no manifesto
Título: Intolerável e criminoso: O racismo mata e precisa ser punido e combatido	(SA) - (P. arg. 0 – Tese anterior + Fatos (F) – P.arg.1) (SA) - (P. arg. 2 – Sustentação/Apoio – Princípios de Base) (SA) - (P. arg. 3 – Conclusão [C] – Nova Tese)	(SD) - (Pós-tematização + Qualificação)
1º (§) No país da desigualdade e do racismo genocida, o Dia da Consciência Negra começa assim: abrindo os jornais, tomamos conhecimento de que João Alberto Silveira Freitas, um homem negro, morreu espancado por seguranças terceirizados de um supermercado multinacional – o Carrefour. No país da desigualdade e do racismo genocida, o Dia da Consciência Negra começa assim: abrindo os jornais, tomamos conhecimento de que João Alberto Silveira Freitas, um homem negro, morreu espancado por seguranças terceirizados de um supermercado multinacional – o Carrefour.	(SA) - (P. arg. 0 – Tese anterior + Fatos (F) – P.arg.1) (SA) - (P. arg. 2 – Sustentação/Apoio – Princípios de Base) (SA) - (P. arg. 3 – Conclusão [C] – Nova Tese)	(SD) - (Pré-tematização + Qualificação + Relação de contiguidade – pd R-Loc) (SD) - (Pré-tematização + Qualificação) (SD) - (Pós-tematização + Qualificação) (SN) - (Situação Inicial – Pn1 [m1]) (SN) - (Nó [desencadeador] - Pn2 [m2]) (SN) - Re – ação ou Avaliação - Pn3 [m3]) (SN) - (Desenlace [resolução] – Pn4 [m4]) (SN) - (Situação Final – Pn5 [m5])
2º (§) Trata-se, sem dúvida, de um assassinato criminoso, que deixa um rastro de dor e trauma para quem fica e luta. Mas devemos ter a responsabilidade de olhar além. No caso em questão, o que grita é um padrão: o padrão racista de uma sociedade que dirige violência moral, física e simbólica contra a sua população negra cotidianamente. Não se trata de um “caso isolado”, há um histórico de violência racista – e, portanto, criminosa – dentro da mesma cadeia de supermercados Carrefour.	(SA) - (P. arg. 0 – Tese anterior + Fatos (F) – P.arg.1) (SA) - (P. arg. 2 – Sustentação/Apoio – Princípios de Base) (SA) – (P. arg. 3 – Conclusão [C] – Nova Tese)	(SD) - (Pré-tematização + Qualificação) (SD) - (Aspectualização + Qualificação/Atribuição de Propriedades) (SD) - (Pré-tematização + Qualificação) (SE) - (SE p, É PORQUE q)

Continuação do Quadro 10 – Organização do plano de texto e das sequências textuais

Trecho/Fragmento/ Parágrafo	Elemento(s) e/ou esquema prototípico da sequência textual de base do manifesto	Elemento(s) e/ou esquema prototípico da(s) outras sequências textuais (secundárias) presentes no manifesto
3º (§) As redes, organizações e movimentos abaixo assinados solidarizam-se com a família de João Alberto e com todas as pessoas negras de nosso país, sujeitas diariamente à violência ocasionada pelo racismo.	(SA) - (P. arg. 0 – Tese anterior + Fatos (F) – P.arg.1) (SA) - P. arg. 2 – Sustentação/Apoio – Princípios de Base) (SA) (P. arg. 3 – Conclusão [C] – Nova Tese) (SA) (P. arg. 4 – Restrição [R])	
4º (§) O racismo, apesar de ser crime, é estrutural no Brasil, e precisamos agir estruturalmente para combatê-lo – por meio de ações afirmativas e de reparação, além da adoção de outras políticas públicas que combatam a desigualdade racial. Mas o racismo estrutural se manifesta também individualmente. Quem sofre essa violência são pessoas, e são pessoas que a cometem.	(SA) - (P. arg. 0 – Tese anterior + Fatos (F) – P.arg.1) (SA) - (P. arg. 2 – Sustentação/Apoio – Princípios de Base) (SA) - (P. arg. 3 – Conclusão [C] – Nova Tese) (SA) - (P. arg. 4 – Restrição [R])	(SD) - (Aspectualização + Qualificação/Atribuição de Propriedades) (SD) - (Operação de expansão por subtematização)
5º (§) Por isso, clamamos todas as cidadãs e cidadãos do Brasil a se unir ao movimento negro em sua luta de séculos pelo fim do racismo. Exigimos que providências jurídicas sejam tomadas contra os seguranças que mataram João Alberto e contra quem assistiu ao crime sem nada fazer. Exigimos que o Carrefour seja responsabilizado pelas ações de seus prepostos que estão matando pessoas negras. Exigimos que os acionistas do Carrefour se posicionem e exijam políticas afirmativas internas que promovam o antirracismo em todos os âmbitos da empresa.	(SA) - (P. arg. 0 – Tese anterior + Fatos (F) – P.arg.1) (SA) - (P. arg. 2 – Sustentação/Apoio – Princípios de Base) (SA) - (P. arg. 3 – Conclusão [C] – Nova Tese)	(SD) - (Aspectualização + Qualificação/Atribuição de Propriedades)
6º (§) A adesão da sociedade civil a essa pauta é fundamental, pois, como salienta a Coalizão Negra Por Direitos, enquanto houver racismo não haverá democracia. https://www.abcdbr.org/nota-dia-da-conscincia-negra Assinam esta nota:	(SA) - (P. arg. 0 – Tese anterior + Fatos (F) – P.arg.1) (SA) - (P. arg. 2 – Sustentação/Apoio – Princípios de Base) (SA) - (P. arg. 3 – Conclusão [C] – Nova Tese)	(SE) - (É [PORQUE/POR] q QUE)

Fonte: elaborado pela autora.

Nesse primeiro texto, o título “Intolerável e criminoso: o racismo mata e precisa ser punido e combatido”, para chamar a atenção do público e informar acerca da abordagem temática, apresenta a sequência descritiva representada pelo esquema (pós-tematização + qualificação), que adia a nomeação do assunto (do todo) expresso no manifesto. Dessa forma, evidencia os qualificadores “intolerável e criminoso”, antecipando, em forma de avaliação, o ponto de vista acerca do racismo, abordado ao longo dos parágrafos seguintes.

Passa-se, então, ao objeto problemático, o racismo, por meio de um enunciado argumentativo clássico que toma a forma do esquema inferencial (SE p, ENTÃO q), o qual pode ser representado por (P. arg. 0 – Tese anterior + Fatos [F] – P. arg. 1) + (P. arg. 2 – Sustentação/Apoio – Princípios de Base) + (P. arg. 3 – Conclusão [C] – Nova tese). Com efeito, o racismo mata (fato) e, sustentado pela ideia de ser intolerável e criminoso (princípio de base), precisa, portanto [C], não só ser punido como também combatido.

No que se refere à macroestrutura textual, esse manifesto é composto por seis parágrafos, distribuídos em introdução (o primeiro parágrafo), desenvolvimento (o segundo, o terceiro, o quarto e o quinto parágrafos) e conclusão (o sexto parágrafo).

O primeiro parágrafo inicia a apresentação do eixo temático do texto, que, segundo Pêgo (2009, p. 57), revela “a manifestação do pensamento de uma pessoa ou de um grupo de pessoas a respeito de um assunto de interesse geral”, aspecto que é um dos elementos estruturais desse gênero. Para tanto, utiliza-se uma proposição descritivo-espacial, que, ao combinar a pré-tematização com a qualificação, referentes ao substantivo “país”, abre escopo à direita para dois traços depreciativos desse todo (país da desigualdade e do racismo genocida), revelando, assim, o cenário em que se desencadeia uma ação criminosa, instituída contra um grupo étnico, exatamente na data de comemoração da Consciência Negra.

Nesse mesmo parágrafo, por meio do protótipo da sequência narrativa, relata-se o ato que antecede o processo (Pn1 [m1]): abrir o jornal. Essa ação conduz à tomada de conhecimento acerca do crime, o elemento desencadeador desse ato (Pn2 [m2]), qual seja, João Alberto Silveira Freitas morreu espancado por seguranças terceirizados de um supermercado multinacional. Notadamente, o termo “espancado” traz um tom avaliativo (Pn3[m3]) que demonstra, sincronicamente, a maneira como o processo se deu (Pn4[m4]) e se encerrou (Pn5[m5]).

Percebemos que esse segmento narrativo apresenta, ainda, duas operações descritivas: uma destacada pela pré-tematização, com o substantivo “homem” seguido do qualificador “negro”, a outra, presente no fechamento do parágrafo, mediante a nomeação adiada (pós-tematização) do supermercado multinacional, o Carrefour. Essas duas ocorrências demonstram

a propriedade de expansão relativa a segmentos descritivos, que, segundo Adam (2011, p. 224), é potencialmente infinita, “seja qual for o objeto da descrição e o gênero de discurso”.

O segundo parágrafo traz, na abertura do período, dois registros da sequência de base, a argumentativa, entrecruzada a outras duas sequências: a descritiva e a explicativa. Com efeito, há, inicialmente, um verbo que particulariza e ratifica o problema em evidência, de forma descritiva, pré-tematizando-o como “assassinato criminoso”. Esse segmento, por meio de uma oração relativa, esclarece a aspectualização (criminoso), tendo em vista que provoca dor e trauma, por isso, em direção contrária a tais sentimentos, sinalizada pelo operador argumentativo “mas”, que orienta para uma conclusão, observamos que é preciso olhar além dessa “particularidade” do caso em questão.

No contínuo descritivo, mediante operação de qualificação desenvolvida pelo uso do predicativo, seguido pelo verbo “ser”, percebemos tratar-se de um padrão, ou seja, um ato representativo da conduta de uma classe ou grupo de pessoas. Esse ato não só é aspectualizado como racista pela voz discursiva que expressa os pontos de vista como também é reformulado pelo escopo “assassinato criminoso”, iniciado com a expressão “no caso em questão”, e desenvolvido pelo termo “violência”. Este, apoiado em qualificadores (moral, física, simbólica e racista), tem caráter de ação violenta contínua contra a população negra, que se alia ao sentido do vocábulo “padrão”.

O encerramento do parágrafo apresenta um plano enunciativo constituído por um movimento argumentativo em que a voz do enunciador coloca um problema e, em seguida, explica-justifica a razão por meio de uma informação que reitera a ideia expressa anteriormente sobre o ato discriminatório aos negros mediante a estrutura (SE p, É PORQUE q): “SE não se trata de um caso isolado (P. arg. 0 – Tese anterior + Fatos [F] – P. arg. 1), É PORQUE há antecedentes desse tipo de violência no âmbito dessa cadeia de supermercados (P. arg. 2 – Sustentação/Apoio – Princípios de base)”. Como esse ato é deliberadamente violento, logo é um crime (P. arg. 3 – Conclusão [C] – Nova tese).

O terceiro parágrafo tem a sequência de base dominante, contudo, ela figura incompleta, pois temos o esquema (P. arg. 0 – Tese anterior + Fatos [F] – P. arg. 1), que permite demonstrar que as redes, as organizações e os movimentos signatários do manifesto solidarizam-se com a família de João Alberto e com todas as pessoas negras do país, ação solidária que vai na contramão (P. arg. 4 – Restrição [R]) do fato de que a família da vítima e as pessoas negras, de modo geral, estão sujeitas diariamente à violência causada pelo racismo.

Esses dados perpassam um aspecto fundamental da retórica, tendo em vista que, de acordo com Adam (2011, p. 237), “a capacidade de emocionar (*movere*)”, ou seja, “tocar os

leitores pelo viés dos sentimentos (*páthos*)”, e não apenas pela razão, é destacada pelo encadeamento de argumentos. Assim, o porta-voz do problema abordado tenta persuadir as pessoas pela demonstração de sensibilidade emocional diante de um ato racista.

Com efeito, o segmento “As redes, organizações e movimentos abaixo assinados solidarizam-se com a família de João Alberto e com todas as pessoas negras de nosso país, sujeitas diariamente à violência ocasionada pelo racismo” apresenta, estruturalmente, o modelo de base da sequência argumentativa, ainda que não disposto em uma ordem linear. Relativamente a esse aspecto, tomamos por base o posicionamento de Adam (2011, p. 234), para quem “esse esquema não está estruturado numa ordem linear obrigatória: a nova tese (P. arg. 3) pode ser formulada de início e retomada, ou não, por uma conclusão que a repete no final da sequência [...]”.

Diante desse pressuposto, formulamos o seguinte raciocínio: se uma cadeia de supermercados de amplitude internacional ou mesmo outras pessoas cometem diariamente violência racista contra pessoas negras e suas famílias, então, as redes, as organizações e os movimentos que assinam o manifesto solidarizam-se com as vítimas desse grupo étnico (P. arg. 3 – Conclusão [C] – Nova tese).

Salientamos, ainda, que essa atitude foi desencadeada por um princípio de base (P. arg. 2): a sociedade e as instituições, em geral, não deveriam ter atitudes racistas. Esse elemento constitutivo da sequência argumentativa também não está expresso no parágrafo, o que corrobora a seguinte observação de Adam (2011): tanto a sustentação (P. arg. 2 – Sustentação/Apoio – Princípios de base) quanto a tese anterior (P. arg. 0) podem estar subentendidas no contexto.

O quarto parágrafo começa com a exposição de um elemento do modelo esquemático da sequência argumentativa, o fato (F): o racismo, apesar de crime, é estrutural no Brasil (P. arg. 1). Esse elemento é constituído por um período de aspectualização qualificativa, composta por um predicativo combinado ao verbo “ser”, estrutura que nos permite interpretar o adjetivo “estrutural” no sentido relacionado a como algo foi construído, ideia que conduz à projeção do racismo no Brasil em sua totalidade histórico-diacrônica e também ao entendimento do seu funcionamento atual.

Compreendemos, assim, pelo esquema inferencial argumentativo, “[SE p, ENTÃO q]” (ADAM, 2019, p. 149), que, se o racismo é estrutural, para combatê-lo é preciso agir estruturalmente, isto é, de maneira organizada, com o apoio de pessoas, grupos e instituições.

Em seguida, o parágrafo traz a descrição de ações de combate ao racismo mediante um processo enumerativo de expansão do segmento por subtematização. Tal enumeração é

estabelecida, primeiramente, pela operação de qualificação do substantivo plural “ações” – afirmativas e de reparação –, depois, é reiterada pelo conector aditivo “além de”, que sinaliza a adoção de outros atos, representados pelo grupo nominal (políticas [nome] + públicas [adjetivo]) e por uma oração relativa que particulariza o tipo de política pública a ser empreendida para combater o racismo, uma vez que há várias formas de políticas públicas.

Merece destaque, no encadeamento do quarto parágrafo, o procedimento de reformulação que põe fim ao escopo da denominação inicial do termo “racismo” e é marcado pelo emprego de novos substantivos ou grupos nominais, como “desigualdade racial”, “racismo estrutural”, “essa violência”. Esse recurso, para Adam (2019, p. 166), “é um tipo intermediário de transição entre a sequência descritiva que encerra e o movimento argumentativo mais amplo”.

Levando em consideração esse movimento que circunscreve o parágrafo em sua totalidade, é conveniente apontar, por um lado, a presença do operador “mas”, que introduz uma avaliação acerca do racismo estrutural, abrindo caminho para sua manifestação individual, e, por outro lado, a presença de outro traço adverso desse ato conjunto ou particular, que se vincula ao que o define como crime, pontuado no início do parágrafo em análise, pelo trecho concessivo e predicativo “apesar de ser crime”, intercalado ao movimento sintático do primeiro período. O parágrafo finaliza com os períodos “Quem sofre essa violência são pessoas, e são pessoas que a cometem”, estruturados com base na operação de aspectualização constituída pelo recurso predicativo do verbo “ser”.

O quinto parágrafo tem como ponto de partida uma proposição que resulta no preâmbulo de um movimento conclusivo, marcado pelo conector “por isso”. Esse conector anuncia, tendo em vista a ideia difundida no parágrafo anterior, de necessidade de efetivação de ações conjuntas assinalada no texto pelo uso do verbo “precisar” na primeira pessoa do plural “precisamos agir”, o clamor apelativo do porta-voz do texto para que todos os cidadãos, independentemente de gênero, sensibilizados, unam-se e adiram ao movimento negro na luta pelo fim do racismo.

Esse primeiro enunciado periódico funciona também como tese anterior (P. arg. 1), ligada ao propósito de alcançar a extinção do racismo, intuito que se sustenta no princípio de base (P. arg. 2) implícito: se não houver adeptos ao que é apresentado como propostas para erradicação do racismo, este se perpetuará, pois se trata de uma luta secular.

Tendo em vista a lógica exposta, o movimento inferencial instituído pelo contexto, com base nos dados, encaminha para a conclusão (Nova tese - P. arg. 3), que se constitui na retomada

do primeiro período do parágrafo, duplicando-o no final da sequência, sem, contudo, figurar de forma explícita.

Nessa direção, por meio de uma descrição enumerativa das ações, materializadas em estruturas sequenciais paralelas que engendram a operação de qualificação pelo esquema (aspectualização + qualificação/atribuição de propriedades) e pelo uso de orações relativas a grupos nominais, a voz do texto, estrategicamente, vale-se da primeira pessoa do plural no uso contextual do verbo “exigir”. Essa ocorrência serve para evidenciar a parceria estabelecida com as redes, com as organizações e com os movimentos que se manifestam por meio da assinatura no documento. Este concretiza a reclamação, em razão de direito legítimo, por ações e providências, no âmbito da organização interna da rede de supermercados Carrefour, medidas que não só responsabilizem os agentes de atos cujo alvo são pessoas negras como também promovam políticas afirmativas contra o racismo em todos os setores da empresa.

O sexto parágrafo fecha o texto por meio de uma frase afirmativa com estrutura sintática representativa da proposição (P. arg. 1). Essa proposição, que soa como uma espécie de alerta, reitera a importância da adesão da sociedade civil à pauta relacionada ao problema do racismo, colocada na forma de argumento seguido de uma explicação-justificativa para o assenso social, tendo por base o ponto de vista da Coalizão Negra Por Direitos, instituição social que representa um argumento de autoridade.

Desse modo, aplicando o esquema (É [PORQUE/POR] q QUE), desenvolvemos o seguinte raciocínio: é porque a Coalizão Negra por Direitos salienta que enquanto houver racismo não haverá democracia, que é fundamental a adesão da sociedade civil a essa pauta.

A referida organização social chama atenção para o fato expresso por meio do esquema sequencial de argumentação básico [SE p, ENTÃO q], criado pelo contexto, o qual, para Adam (2019, p. 54), “corresponde ao tipo mínimo de encadeamento equivalente a uma sequencialidade argumentativa”. Assim, esse segmento mínimo expressa que “enquanto (SE) houver racismo, então, não haverá democracia”, relação binária de causa e consequência que pode suscitar o interesse das pessoas, visto que a democracia é um assunto de interesse geral de todos os cidadãos do Brasil.

Texto 2

Quanto ao plano de texto e às sequências textuais, o Texto 2, “A desigualdade mata: chamado à ação”, está organizado como segue (Quadro 11).

Quadro 11 – Organização do plano de texto e das sequências textuais prototípicas

Trecho/Fragmento/Parágrafo	Elemento(s) e/ou esquema prototípico da sequência textual de base do manifesto	Elemento(s) e/ou esquema prototípico da(s) outras sequências textuais (secundárias) presentes no manifesto
Título: A desigualdade mata: chamado à ação A desigualdade mata: chamado à ação	(SA) - (P. arg. 0 – Tese anterior + Fatos (F) – P.arg.1) (SA) - (P. arg. 3 – Conclusão [C] – Nova Tese)	(SE) - (É [PORQUE/POR] q QUE)
1º (§) A atual pandemia de Covid-19 tem não apenas colocado em evidência como também acirrado ainda mais as desigualdades extremas do Brasil. De acordo com dados da Prefeitura de São Paulo, por exemplo, a probabilidade de morrer de coronavírus é três a dez vezes maior nas periferias do que nas regiões centrais da capital. Seja por impossibilidade de seguir as medidas de isolamento social (já que precisam continuar trabalhando ou porque vivem em moradias mais densas ou precárias), seja por ter mais dificuldade de acessar serviços de saúde, os mais atingidos são justamente aqueles que já estavam em situação de maior vulnerabilidade social. E, quando adoecem de forma grave, são os mais vulneráveis que têm menos acesso aos tratamentos necessários para salvar suas vidas. Três quartos dos brasileiros não têm plano de saúde, dependendo inteiramente do SUS, mas apenas metade dos 55.101 leitos de UTI do país são do sistema público. Ou seja, a outra metade dos leitos está reservada ao quarto da população que tem acesso a hospitais privados.	(SA) - (P. arg. 0 – Tese anterior + Fatos (F) – P.arg.1) (SA) - (P. arg. 2 – Sustentação/Apoio – Princípios de Base)	(SD) - (Aspectualização + Qualificação/Atribuição de Propriedades) (SE) - (SE p, É PORQUE q) (SD) - (Pré-tematização + Qualificação)
2º (§) A dificuldade no acesso à saúde também atinge desproporcionalmente a população negra. Quase 70% dos que dependem exclusivamente do SUS se autodeclararam negros, e dados do Ministério da Saúde indicam que o Covid-19 tem sido significativamente mais letal entre essa população, seja pela dificuldade de acessar serviços de saúde ou pela presença anterior de comorbidades já resultantes de desigualdades. Em São Paulo, o risco de morrer de coronavírus é 62% maior entre negros, se comparado ao da população branca.	(SA) - (P. arg. 0 – Tese anterior + Fatos (F) – P.arg.1) (SA) - (P. arg. 2 – Sustentação/Apoio – Princípios de Base)	(SD) - Relação de análise = pd R – analog. + Subtematização) (SD) - (Pré-tematização + Qualificação + Relação de contiguidade – pd R-Loc) (SD) - (Aspectualização + Qualificação/Atribuição de Propriedades)

Continuação do Quadro 11 – Organização do plano de texto e das sequências textuais prototípicas

Trecho/Fragmento/Parágrafo	Elemento(s) e/ou esquema prototípico da sequência textual de base do manifesto	Elemento(s) e/ou esquema prototípico da(s) outras sequências textuais (secundárias) presentes no manifesto
3º (§) Populações indígenas também estão sendo expostas ao vírus por causa do garimpo e outras atividades ilegais em suas terras. De acordo com estudo da Unicamp, 13 terras indígenas têm vulnerabilidade considerada crítica, e 85, vulnerabilidade intensa, sendo que cortes recentes no sistema de atendimento básico de saúde como o Programa Mais Médicos diminuíram drasticamente o número de profissionais de saúde atuantes nesses territórios.	(SA) - (P. arg. 0 – Tese anterior + Fatos (F) – P.arg.1) (SA) - (P. arg. 2 – Sustentação/Apoio – Princípios de Base) (SA) - (P. arg. 3 – Conclusão [C] – Nova Tese)	(SE) - (SE p, É EM RAZÃO DE q) (SD) - (Pré-tematização + Qualificação) (SD) - (Relação de análise = pd R – analog. + Subtematização)
4º (§) Ademais, segundo estudo do Instituto de Estudos para Políticas de Saúde, a distribuição desigual dos leitos públicos pelo território nacional significa que quase 15% da população brasileira dependente do SUS não conta com leitos de UTI na região em que reside. No Amazonas, por exemplo, só há unidades de tratamento intensivo na capital, Manaus, onde a ocupação de leitos de UTI para covid-19 já chegou a 100%. Situação semelhante ocorre em Belém.	(SA) - (P. arg. 0 – Tese anterior + Fatos (F) – P.arg.1) (SA) - (P. arg. 2 – Sustentação/Apoio – Princípios de Base)	(SD) - (Pré-tematização + Qualificação + Relação de contiguidade – pd R-Loc) (SD) - (Relação de análise = pd R – analog. + Subtematização)
5º (§) As desigualdades sublinhadas e intensificadas pela pandemia não se restringem ao terreno da saúde. Segundo estudo do Cebap, as mulheres e a população negra são os mais atingidos pela crise do coronavírus por já estar em situação mais desfavorável, representando a maior parte dos trabalhadores informais ou trabalhando nas atividades econômicas mais afetadas pelas políticas de isolamento social. Desigualdades educacionais também estão sendo acirradas, já que crianças que habitam em moradias mais densas e com menos acesso a equipamentos eletrônicos e à internet são desproporcionalmente afetadas pelo fechamento das escolas. Além disso, seus pais têm menos disponibilidade para ajudá-las com as tarefas, já que grande parte deles precisa continuar trabalhando fora de casa.	(SA) - (P. arg. 0 – Tese anterior + Fatos (F) – P.arg.1) (SA) - (P. arg. 2 – Sustentação/Apoio – Princípios de Base)	(SD) - (Pré-tematização + Qualificação) (SD) - (Aspectualização + Qualificação/Atribuição de Propriedades) (SE) - (SE p, É PORQUE q) (SE) - (SE p, É PARA QUE q)

Continuação do Quadro 11 – Organização do plano de texto e das sequências textuais prototípicas

Trecho/Fragmento/Parágrafo	Elemento(s) e/ou esquema prototípico da sequência textual de base do manifesto	Elemento(s) e/ou esquema prototípico da(s) outras sequências textuais (secundárias) presentes no manifesto
6º (§) O fato é que a crise do coronavírus apenas torna mais evidente um quadro crônico de desigualdades extremas. Apesar de a Constituição determinar que um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil seja "erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais" e de termos conseguido atingir alguma redução em nossos índices de iniquidade nos anos 2000 e início dos anos 2010, nunca chegamos a abandonar o grupo dos países mais desiguais do planeta. A nossa estrutura econômica e tributária, assim como uma série de políticas públicas e de ações da sociedade resultaram numa extraordinária concentração de renda, riqueza e poder.	(SA) - (P. arg. 0 – Tese anterior + Fatos (F) – P.arg.1) (SA) - (P. arg. 2 – Sustentação/Apoio – Princípios de Base)	(SD) - (Aspectualização + Qualificação/Atribuição de Propriedades) (SD) - (Pré-tematização + Qualificação) (SN) - (Situação Inicial – Pn1 [m1]) (SN) - (Nó [desencadeador] - Pn2 [m2]) (SN) - (Re – ação ou Avaliação - Pn3 [m3]) (SD) - (Relação de análise = pd R – analog. + Subtematização)
7º (§) As nossas desigualdades estão estruturadas a partir da intersecção do racismo e da opressão de gênero, além da exclusão de grupos vulneráveis, tais como idosos e pessoas em situação de pobreza e com deficiências. Elas geram conflitos, violência e exclusão social, eliminando a possibilidade de resgatar valores básicos e fundamentais de diversidade e equidade, e impossibilitam o crescimento econômico sustentável e a construção de uma sociedade inclusiva e igualitária. E, nos últimos anos, a tendência de queda da iniquidade não só estagnou como vem se revertendo.	(SA) - (P. arg. 0 – Tese anterior + Fatos (F) – P.arg.1) (SA) - (P. arg. 2 – Sustentação/Apoio – Princípios de Base) (SA) - (P. arg. 3 – Conclusão [C] – Nova Tese)	(SD) - (Aspectualização + Fragmentação/Partição) (SE) - (SE p, É EM RAZÃO DE q) (SD) - (Pré-tematização + Qualificação + Relação de contiguidade em tempo histórico ou individual = pd R-Tmp + Subtematização)
8º (§) Mesmo antes da pandemia, o país já vivia um momento de retrocessos sociais, políticos, ambientais, econômicos e culturais em grande escala e intensidade. Ultimamente, mesmo os pequenos avanços conseguidos nas últimas décadas têm desaparecido de forma veloz. As perdas ocorrem em todas as direções, aumentando a pressão sobre a sociedade civil e os movimentos sociais e culturais das cidades e dos territórios rurais. Estão sob ataque: a população negra e LGBTQI+, as mulheres, as comunidades tradicionais e quilombolas, os povos indígenas, as periferias urbanas, os sindicatos, a imprensa, as universidades, a ciência e até mesmo a diversidade de pensamento e de posições políticas.	(SA) - (P. arg. 0 – Tese anterior + Fatos (F) – P.arg.1) (SA) - (P. arg. 2 – Sustentação/Apoio – Princípios de Base)	(SN) - (Situação Inicial – Pn1 [m1]) (SN) - (Nó [desencadeador] - Pn2 [m2]) (SN) - (Re – ação ou Avaliação - Pn3 [m3]) (SD) - (Aspectualização + Fragmentação/Partição)

Continuação do Quadro 11 – Organização do plano de texto e das sequências textuais prototípicas

Trecho/Fragmento/Parágrafo	Elemento(s) e/ou esquema prototípico da sequência textual de base do manifesto	Elemento(s) e/ou esquema prototípico da(s) outras sequências textuais (secundárias) presentes no manifesto
9º (§) No que diz respeito à crise do coronavírus, medidas como o auxílio emergencial proposto pelo Congresso e aprovado pela Presidência em abril, apesar de bem-vindas, não são suficientes: dificuldades no cadastro por falta de acesso a internet ou irregularidades no CPF impossibilitam que justamente os mais necessitados acessem o benefício, cujo valor é ainda menor que o salário mínimo já defasado. Para enfrentar tamanhas desigualdades, é preciso ampliar o financiamento do Sistema Público de Saúde e rever a PEC do Teto de Gastos, entre outras medidas imediatas, mas também repensar qual será a economia que queremos na pós-pandemia, tal como têm feito um grupo de países e empresários europeus: revendo, por exemplo, a nossa política tributária e intensificando medidas redistributivas, e refletindo sobre quais devem ser os objetivos do nosso desenvolvimento econômico.	(SA) - (P. arg. 0 – Tese anterior + Fatos (F) – P.arg.1) (SA) - (P. arg. 2 – Sustentação/Apoio – Princípios de Base) (SA) - (P. arg. 3 – Conclusão [C] – Nova Tese)	(SD) - (Aspectualização + Fragmentação/Partição) (SD) - (Relação de análise = pd R – analog. + Subtematização)
10º (§) Acreditamos que esta situação de desigualdades crônicas só poderá ser transformada por meio de ações e do engajamento de todas e todos nós. Conclamamos, portanto, as organizações da sociedade civil, os poderes públicos do Executivo, do Legislativo e do Judiciário, nos níveis federal, estadual e municipal, escolas e universidades, meios de comunicação, organizações sindicais, artistas e agentes culturais, atletas e organizações esportivas, empresas, instituições religiosas, lideranças e formadores de opinião, cidadãos e cidadãos brasileiros a colocar a redução das desigualdades como a grande prioridade das políticas públicas e ações da sociedade. Só assim, e insistimos, só assim poderemos ter um Brasil próspero e com qualidade de vida para todas e todos.	(SA) - (P. arg. 0 – Tese anterior + Fatos (F) – P.arg.1) (SA) - (P. arg. 2 – Sustentação/Apoio – Princípios de Base) (SA) - (P. arg. 3 – Conclusão [C] – Nova Tese)	(SD) - (Aspectualização + Fragmentação/Partição)
11º (§) As nossas desigualdades são anticonstitucionais, injustas e matam.	(SA) - (P. arg. 0 – Tese anterior + Fatos (F) – P.arg.1)	(SD) - (Aspectualização + Qualificação/Atribuição de Propriedades)
12º (§) Juntas e juntos, poderemos reduzir as desigualdades para que o Brasil deixe de ser eternamente o país do futuro e seja finalmente o país do presente. https://www.abcdbr.org/manifesto	(SA) - (P. arg. 3 – Conclusão [C] – Nova Tese)	(SD) - (Pré-tematização + Qualificação) (SD) - (Aspectualização + Qualificação/Atribuição de Propriedades)

Fonte: elaborado pela autora.

Iniciamos a análise do segundo manifesto tendo como ponto de partida o título “A desigualdade mata: chamado à ação”. Segundo Santos (2009, p. 62), o título de um manifesto deve ser “capaz de chamar a atenção do público”, o que pode ser percebido em relação a esse texto, em particular, pela utilização do esquema inferencial [SE p, ENTÃO q], que leva ao raciocínio “Se a desigualdade mata, então é conveniente um chamado à ação”.

Ademais, essa visão ganha força ilocucionária com o processo metonímico que envolve o substantivo “desigualdade”, funcionando como tema e agente da ação criminosa (matar). Com efeito, é imperioso que se convoque a agir, ato que figura no título, representado nominalmente pelo substantivo “ação”. Contudo, não está especificado o tipo de ação a realizar, assim, cabe ao leitor que se identificar com o assunto a responsabilidade de elaborar uma interpretação relacionada à ideia de solução do problema para a desigualdade.

É importante observar que, de outro modo, diante dos vários recursos linguísticos disponíveis, o título permite um movimento explicativo-justificativo, cujo escopo é organizado pela estrutura binária [É(PORQUE/POR) q QUE p], expressão do seguinte raciocínio: é porque a desigualdade mata que é necessário um chamado à ação. Essa explicação põe foco na consequência e leva ao leitor à ideia proposta pelo enunciador.

Do ponto de vista macroestrutural, esse manifesto é constituído de doze parágrafos, organizados em introdução (o primeiro parágrafo), desenvolvimento (o segundo, o terceiro, o quarto, o quinto, o sexto, o sétimo, o oitavo e o nono parágrafos) e conclusão (o décimo, o décimo primeiro e o décimo segundo parágrafos). Esses parágrafos, como dispostos, evidenciam um traço comum à composição desse gênero: têm como foco temático uma espécie de denúncia, relacionada a um fato que está acontecendo no cerne da sociedade e que pode se expandir e tomar grandes proporções, provocando danos imensuráveis, caso nada seja feito para impedi-lo.

No primeiro parágrafo, a (P. arg.1) expressa um problema: a evidência e o acirramento das desigualdades sociais provocadas pela pandemia de Covid-19. Esse problema é desenvolvido e fundamentado do segundo ao nono parágrafos, os quais representam o elemento (P. arg. 2), por meio de argumentos que se valem de informações sólidas que sustentam o ponto de vista do(s) autor(es) do manifesto e conduzem a uma conclusão (P. arg. 3). Esta se distribui ao longo dos três últimos parágrafos (décimo, décimo primeiro e décimo segundo), os quais apontam caminhos para solução do problema exposto.

Esse mesmo parágrafo inicia a abordagem da (P. arg. 1), “A atual pandemia [...]”, com o emprego de um segmento descritivo, estruturado por uma qualificação ajustada ao verbo “ser”, a qual é expressa com base na relação de comparação entre as periferias e as regiões

centrais da capital de São Paulo, no que diz respeito à probabilidade de morrer de coronavírus. Assim, de acordo com dados da Prefeitura de São Paulo, as periferias representam um dos maiores eixos probabilísticos de mortes causadas pela pandemia de coronavírus.

Desse modo, a partir dessa descrição tem sequência a exposição com (P. arg. 2), “De acordo com dados[...]”, que desenvolve uma ilustração-explicação, considerando-se que o escopo à esquerda funciona como um objeto ou uma situação a ser explicada, “Se há impossibilidade de seguir as medidas de isolamento é porque precisam continuar trabalhando ou é porque vivem[...]”, e ilustrada. Esse fato discursivo se dá pelo cruzamento de estruturas sintáticas por operação de aspectualização, consoante o emprego de orações constituídas por grupos nominais (nome = adjetivo), por arranjos entre o verbo “ser” e qualificadores e por relativas descritivo-explicativas, recursos desencadeadores da expansão das propriedades que remontam ao referente.

O fechamento do parágrafo ocorre por meio do período “Três quartos dos brasileiros[...]”, que, para dar continuidade ao paralelismo entre descrição e explicação dos fatos apresentados, permite a atualização da sequência de base pelo esquema inferencial [SE p, ENTÃO q]. Desse modo, intercala às demonstrações, pela pré-tematização, aspectos que justificam os dados destacados. Assim, temos o seguinte raciocínio: Se não há plano de saúde, então os mais vulneráveis valem-se do SUS, contudo “apenas” metade dos leitos são destinados a esse sistema de saúde, a outra metade é direcionada a quem tem acesso a hospitais privados. Diante desse panorama, reitera-se a necessidade de agir, tendo em vista as situações descritas.

O segundo parágrafo demonstra, inicialmente, pela operação de relação por analogia, a (P. arg. 1), “A dificuldade no acesso [...]”. Então, expressa-se que a situação de acesso desproporcional aos benefícios de saúde expande-se para outras camadas sociais, cenário problemático evidenciado pelos números do Ministério da Saúde, os quais funcionam como um argumento de autoridade que apoia a argumentação (P. arg. 2).

A demonstração numérica revela também que a Covid-19 é mais letal entre as camadas sociais menos favorecidas, sempre atingidas por enfermidades em razão das desigualdades. Esse fato fica evidente pela justaposição de orações que informam traços desse desajuste social.

O início do parágrafo, que se dá pela relação de contiguidade, traz o objeto do discurso, no caso, a desigualdade social no âmbito de grupos étnicos, nos limites geográficos do estado de São Paulo. Já o fechamento traz uma analogia instituída por uma qualificação estruturada pelo uso do predicativo ancorado no verbo “ser”, que coloca em relação, de um lado, a população negra e, de outro, a população branca, evidenciando o risco de morte pelo coronavírus como mais prevalente entre os negros. O parágrafo encerra com uma

exemplificação: “Em São Paulo, o risco de morrer [...]”, que confirma os dados acerca da problemática tematizada.

O terceiro parágrafo dá continuidade à exposição descritiva acerca dos grupos atingidos pelas consequências da desigualdade. Para tanto, a proposição (P. arg. 1) tematiza as populações indígenas, “Populações indígenas também estão sendo [...]”. Mediante um segmento explicativo, esclarece-se que a exposição desse grupo ao vírus deu-se em razão do garimpo e de outras atividades ilegais em suas terras: “Se as populações indígenas estão sendo expostas ao vírus, é em razão do garimpo e de outras atividades ilegais em suas terras”.

O esclarecimento tem sequência com (P. arg. 2), pela qual são descritos dados de um estudo da Unicamp. Esse delineamento toma por base, inicialmente, a operação de fragmentação por qualificação, dada pelo grupo nominal + adjetivo “terras indígenas/vulnerabilidade crítica/vulnerabilidade intensa”; depois há uma explicação que direciona para o raciocínio (SE p, ENTÃO q): “Se houve cortes recentes no sistema de atendimento básico, então diminuiu drasticamente o número de profissionais de saúde atuantes nesses territórios”. Esse raciocínio se apoia na analogia relacionada aos cortes ocorridos no sistema básico de saúde, entre os quais está a diminuição do número de profissionais de saúde ativos do Programa Mais Médicos, os quais, certamente, contribuem para minimizar dificuldades na área da saúde, especialmente, em territórios de difícil acesso (P. arg. 3).

O quarto parágrafo inicia com o conector “ademais”, que indica acréscimo de informação, todavia, não está relacionado ao parágrafo anterior, já que retoma o dado que fecha o primeiro parágrafo. Seu conteúdo, baseado em fontes de conhecimento de um órgão público, o Instituto de Estudos para Políticas de Saúde (P. arg. 2), descreve a situação dos leitos de UTI em âmbito nacional (P. arg. 1). Tais informações são expressas por grupos nominais combinados a qualificações ancoradas em uma relação de contiguidade espacial.

Para concluir esse segmento de texto, a relação espacial se coaduna ao pensamento desenvolvido anteriormente, seguindo a lógica de sentido e evidenciando, por meio de orações relativas, uma particularidade relacionada ao estado do Amazonas: “No Amazonas [...], por exemplo, [...] a ocupação de leitos de UTI para Covid-19 já atingiu 100%”. A finalização, como os parágrafos precedentes, ocorre por meio de analogia que estabelece uma comparação entre esse estado e Belém, capital do Pará.

O quinto parágrafo começa com uma estrutura sintática representativa da proposição (P. arg. 1), “As desigualdades sublinhadas e intensificadas pela pandemia não se restringem ao terreno da saúde”, delineada por meio da operação de descrição por pré-tematização (Pré-tematização + Qualificação), empreendida com o substantivo “desigualdades”, seguido dos

qualificadores “sublinhadas” e “intensificadas”, em que o rema (informação relacionada ao tema) destaca que as desigualdades atingem, ainda, outros terrenos.

O parágrafo segue com uma estrutura periódica passiva representativa de (P. arg. 2), aspectualizada pelo recurso do predicativo articulado ao verbo “ser”, e destaca que, entre aqueles afetados pela pandemia estão os negros e as mulheres, que “são os mais atingidos pela crise do coronavírus”.

O segmento prossegue com o encadeamento argumentativo de apoio (princípio de base) com um viés de pensamento que encaixa uma estrutura descritiva, pelo recurso que articula o predicativo ao verbo “ser”, combinada a uma estrutura explicativa (imbricamento sequencial), que expõe (SE p, É PORQUE q): “Se as desigualdades educacionais também estão acirradas é porque as crianças que habitam em moradias mais densas têm menos acesso a equipamentos eletrônicos e à internet”; (SE p, É EM RAZÃO DE q): “Se os pais têm menos disponibilidade para ajudar as crianças é em razão de que grande parte deles precisam continuar trabalhando fora de casa”. Ambos os raciocínios revelam e justificam, respectiva e concomitantemente, os indivíduos de outros campos sociais que sofrem as consequências desproporcionais da pandemia.

O sexto parágrafo abre com a (P. arg. 1) “O fato é que a crise do coronavírus apenas torna evidente um quadro crônico de desigualdades extremas”, reiterando o dado apresentado no primeiro parágrafo, que traz a afirmação de que a crise instaurada pelo coronavírus apenas evidencia o quadro crônico das desigualdades extremas. Percebe-se, na organização dessa estrutura, a atribuição qualificativa crônico/extremas, que revela a gravidade do problema, na realidade adversa vivenciada, balizada pelo operador conjuntivo prepositivo “apesar de”, cujo sentido indica contraposição ao que foi exposto.

Na sequência, temos a (P. arg. 2), em referência ao discurso constitucional, que determina “erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades sociais e regionais”, e a índices de redução, apresentados de forma indefinida pelo grupo nominal pré-tematizado “alguma[qualificador] redução[nome]”, não pluralizado, demonstrando um sentido vago, de número não expressivo, relativo a essa redução. Este aspecto contrapõe-se à ideia expressa pelo especificador justaposto “em nossos índices de iniquidade”, com marca de plural em sua estrutura, expressando uma lógica de conjunto.

Notamos que esse parágrafo traz, ainda, em seu escopo argumentativo, aspectos característicos da construção narrativa, porém com baixo grau de narrativização, em razão de esse segmento dispor de apenas alguns dos elementos correspondentes a uma trama com alto grau, nesse caso, Pn1, Pn2 e Pn3. Tais traços apresentam-se intercalados ao cotexto, no segundo

período, em que a Pn1 (m1) é identificada na menção feita à Constituição da República Federativa do Brasil, “Apesar de a Constituição determinar [...]”, a Pn2 (m2) é marcada no trecho “[...] e de termos conseguido atingir alguma redução [...]” e a Pn3 (m3) é expressa em “[...] nunca chegamos a abandonar o grupo de países [...]”. O parágrafo termina com o estabelecimento de uma relação de comparação “assim como uma série de políticas [...]”, que permite enumerar os fatores impulsionadores das desigualdades sociais.

O sétimo parágrafo, inicialmente, reitera a ideia desenvolvida no parágrafo anterior em relação ao fato de que as desigualdades não têm origem no presente, pois estão relacionadas à estrutura social excludente do país: “As nossas desigualdades estão estruturadas a partir da intersecção do racismo [...]” (P. arg. 1). Esse aspecto permitiu atitudes de segregação de alguns segmentos sociais, atingindo grupos mais vulneráveis, entre os quais se destacam os “idosos”, as “pessoas em situação de pobreza e as pessoas com deficiências”, apresentados pelo processo de fragmentação das partes do objeto do discurso (grupos).

Nesse parágrafo, ocorre também o encaixe do protótipo da sequência explicativa no escopo do segundo segmento, que representa a (P. arg. 2), “Elas geram conflitos, violência e exclusão social [...]”, assim, temos “Se elas geram conflitos, violência e exclusão social é em razão de que eliminam a possibilidade resgatar valores básicos [...]”. Essa asserção enumera alguns problemas gerados pelas desigualdades e esclarece o que os motivou. Sua finalização reforça a explicação precedente com a estrutura periódica (P. arg. 3), “E, nos últimos anos, a tendência de queda da iniquidade não só [...]”. Para tanto, ocorre uma relação de contiguidade articulada a estruturas periódicas coordenadas que destacam as ações “estagnar” e “reverter”, ilustrando a situação das desigualdades, em determinado espaço temporal, “nos últimos anos”, a qual não tem apresentado avanços significativos no sentido de diminuir o desequilíbrio social.

O oitavo parágrafo apresenta a sequência de base integrada em sua totalidade à descrição-narração, expressa por meio de várias operações que atualizam os elementos constitutivos do esquema argumentativo. Esse segmento abre o período, correspondente à proposição (P. arg. 1), por meio de uma descrição narrativa em que há uma relação de contiguidade temporal. Esta, combinada ao escopo cotextual da direita, cria um movimento espiral ascendente que expressa uma ideia temporal combinada de passado, “[...] Mesmo antes da pandemia (Pn1), o país já vivia um momento de retrocessos (Pn2) [...]” e encaminha para o momento presente, “Ultimamente, mesmo os pequenos avanços conseguidos nas últimas décadas têm desaparecido de forma veloz (Pn3)”. Essa articulação temporal entre passado e presente corresponde tanto à difusão escalonar das adversidades sociais quanto ao rápido

desaparecimento dos avanços alcançados, na tentativa de reversão do cenário caótico advindo dessas oposições.

Em seguida, há, no parágrafo, uma estrutura binária coordenada, correspondente à (P. arg. 2). Inicialmente, essa estrutura descreve o tema “perdas” com remas que o expandem pelo processo de partição, o qual, segundo Adam (2011, p. 220), “tende a fragmentar o objeto de discurso”. Esse recurso visa a demonstrar o objetivo extensional, relativo ao sentido do verbo “aumentar”, apoiado no escopo da expressão “em todas as direções”, posicionada à esquerda desse verbo, e se correlaciona ao grupo nominal constituído por nomes e por especificadores: “[...] As perdas ocorrem em todas as direções, aumentando a pressão sobre a sociedade civil e os movimentos sociais e culturais das cidades e dos territórios”. Tal procedimento demonstra o movimento de expansão descritiva dessas proposições-enunciados.

O parágrafo encerra a totalidade descritivo-narrativa com uma operação de fragmentação composta pela enumeração de substantivos ilustrativos dos estratos sociais mais atingidos pelas desigualdades, entre os quais estão “a população negra e LGBTQI+, as mulheres, as comunidades tradicionais e quilombolas [...]”.

Como já mencionamos, o movimento narrativo é percebido, sobretudo, em algumas passagens do parágrafo em que há encadeamentos enunciativos considerados reduzidos, estruturados com elementos sintáticos que permitem apontar caracteres narrativos. Esses elementos são, em geral, mais evidentes em enunciados de abrangência mais complexa.

Nesse mesmo parágrafo, ainda é possível observar propriedades que orientam para a identificação da dinâmica narrativa. Com efeito, temos que o conjunto de palavras “mesmo antes da pandemia”, articulado à forma verbal “vivia”, flexionada no pretérito imperfeito, remonta à situação inicial Pn1(m1), “Mesmo antes da pandemia o país vivia [...]”. Essa situação leva ao Nó desencadeador Pn2 (m2), “um momento de retrocessos sociais, políticos [...]”, conduzindo as ações para a seguinte avaliação que constitui Pn3 (m3): “Ultimamente, mesmo os pequenos avanços conseguidos nas últimas décadas têm desaparecido de forma veloz”.

O nono parágrafo, por sua vez, estratifica uma especificidade acerca da crise do coronavírus, instituída, de forma contígua, pelo grupo de palavras “No que diz respeito à crise do coronavírus [...]”. Segue-se, então, a (P. arg. 1), em que se dá a descrição, pelo recurso de fragmentação, do exemplo de uma medida paliativa, “o auxílio emergencial”, adotada para refrear as desigualdades resultantes, sobretudo, da crise do coronavírus. Essa medida, no entanto, conforme o ponto de vista expresso, não é suficiente, o que é indicado pelo conector prepositivo “apesar de”, que orienta para um movimento discursivo (P. arg. 2). Tal movimento, dado pelo processo de analogia, instituído pela oração relativa “cujo valor é ainda menor que o

salário mínimo já defasado”, demonstra que a referida medida não satisfaz as necessidades da população.

O parágrafo finaliza com a (P. arg. 3), que traz os mecanismos de ação sugeridos já no título do texto, no qual temos a expressão “chamado à ação”. Ao longo do plano de texto, na estruturação de cada parágrafo, essa expressão serviu de motivação para o desenvolvimento de formas de atenuação das desigualdades, bem como para reflexões, para a revisão de políticas e mesmo para o estabelecimento de relações de analogia relativas a como alguns países europeus têm procedido, no âmbito econômico, diante de realidades circunscritas a esse problema.

Os três últimos parágrafos (décimo primeiro, décimo segundo e décimo terceiro) desencadeiam o movimento conclusivo do texto, com isso, após a exposição dos argumentos que constituem o todo textual, esse fluxo de arremate reitera a ideia que foi tomando forma e se estabelece na abertura do décimo parágrafo com a (P. arg. 1). Essa proposição indica que a situação de desigualdades pode ser transformada, sob determinada condição expressa pelo esquema inferencial básico (SE p, ENTÃO q): “Se houver ações e o engajamento de todas e de todos nós, então haverá transformações”. Esse condicionamento é sustentado pelo pensamento subentendido, que figura na (P. arg. 2) pela dedução de que “a transformação é possível”, porém, imprescindivelmente, deve ocorrer por meio de ações conjuntas.

Assim, no décimo parágrafo, há um chamamento expresso na (P. arg. 3), “Conclamamos [chamado à ação]”, dado por um segmento descritivo assentado na operação aspectual de fragmentação. Essa operação enumera as entidades representativas da sociedade civil, “[...] os poderes públicos do Executivo, do Legislativo e do Judiciário, nos níveis federal, estadual e municipal, escolas, universidades [...]”, as quais, unidas, podem pôr em prática ações para redução das desigualdades, o que revela a ação mencionada no título e ratifica a conclusão, retomando-a, enfaticamente, no fechamento do parágrafo (P. arg. 3): “Só assim, e, insistimos, só assim poderemos ter um Brasil próspero e [...]”.

O décimo primeiro parágrafo principia com a proposição “As nossas desigualdades são anticonstitucionais, injustas e matam”, que funciona como (P. arg. 1), referente ao décimo segundo parágrafo. Este rege a (P. arg. 3) e estabelece a articulação entre os dois segmentos, resultando em uma unidade argumentativa reduzida “[Dado > Conclusão]” (ADAM, 2019). Assim, ao figurar entre dois parágrafos, o décimo e o décimo segundo, o décimo primeiro parágrafo, estrategicamente, evidencia aspectos negativos relacionados ao tema “desigualdades”, pela operação de qualificação instituída pela estrutura remática “são anticonstitucionais, injustas e matam”, composta por predicativo + verbo ser.

O décimo segundo parágrafo reforça o que foi tratado nos dois parágrafos antecedentes e conclui o texto, destacando a finalidade da ação em prol da redução das desigualdades, a qual, pelo contexto, permite tanto o enquadramento do esquema inferencial clássico [SE p, ENTÃO q], “Se reduzirmos as desigualdades, então o Brasil deixará de ser eternamente o país do futuro e será, final e efetivamente, o país do presente”, quanto o encaixe de aspectos descritivos pela ancoragem do nome e pela qualificação, recursos que abrem escopo à direita para atribuição de propriedades.

Desse modo, por meio desses recursos linguísticos, o texto termina com a instauração de um movimento de demonstrar-justificar: ao se reduzir as desigualdades, o Brasil deixa a qualificação de país do futuro para assumir a propriedade de país do presente.

Texto 3

Quanto ao plano de texto e às sequências textuais, o Texto 3, “Direito à moradia digna do povo em situação de rua”, está organizado como segue (Quadro 12).

Quadro 12 - Organização do plano de texto e das sequências textuais

Trecho/Fragmento/Parágrafo	Elemento(s) e/ou esquema prototípico da sequência textual de base do manifesto	Elemento(s) e/ou esquema prototípico da(s) outras sequências textuais (secundárias) presentes no manifesto
Título: DIREITO À MORADIA DIGNA DO POVO EM SITUAÇÃO DE RUA É urgente a moradia digna autônoma para a população em situação de rua		(SD) - (Aspectualização + Fragmentação/Partição) SD - (Aspectualização + Qualificação/Atribuição de Propriedades)
1º (§) Na cidade de São Paulo milhares de pessoas estão desabrigadas, vivendo ao relento e sem um teto para se proteger. Nesta situação as pessoas são vítimas de criminalizações, preconceitos e agressões físicas e ficam impossibilitadas de organizar a vida pessoal e familiar. Apesar deste grave problema de violação dos direitos humanos não há programas habitacionais para atendê-las e possibilitar oportunidade efetiva de saída da rua.	(SA) - (P. arg. 0 – Tese anterior + Fatos (F) – P.arg.1) (SA) - (P. arg. 2 – Sustentação/Apoio – Princípios de Base) (SA) - (P. arg. 4 – Restrição [R]) (SA) - (P. arg. 3 – Conclusão [C] – Nova Tese) – (SE p, ENTÃO q)	(SD) - (Aspectualização + Qualificação/Atribuição de Propriedades) (SD) - (Tematização + Aspectualização + Qualificação/Atribuição de Propriedades) (SD) - (Aspectualização + Qualificação/Atribuição de Propriedades + Tematização + Aspectualização + Qualificação/Atribuição de Propriedades)
3º (§) Com o compromisso de buscar a efetivação deste direito, no dia 05 de maio de 2017, reuniram-se no seminário “Direito à Moradia do Povo da Rua” mais de 300 pessoas em situação de rua e representantes de entidades públicas e da sociedade que atuam na defesa da dignidade humana. A Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB) e a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMDAS) foram convidadas para participar nesta busca conjunta da saída da situação de rua, no entanto, não compareceram e nem justificaram a ausência.	(SA) - (P. arg. 0 – Tese anterior + Fatos (F) – P.arg.1) (SA) - (P. arg. 2 – Sustentação/Apoio – Princípios de Base)	(SN) - (Situação Inicial – Pn1 [m1]) (SN) - (Nó [desencadeador] - Pn2 [m2]) (SN) - (Re – ação ou Avaliação - Pn3 [m3])
4º (§) No Seminário, a população em situação de rua reafirmou que albergue não é a solução para o problema da moradia, reconhecendo a moradia digna como principal necessidade para garantir a sobrevivência humana.	(SA) - (P. arg. 0 – Tese anterior + Fatos (F) – P.arg.1) (SA) - (P. arg. 2 – Sustentação/Apoio – Princípios de Base)	(SN) - (Desenlace [resolução] - Pn4 [m4]) (SN) - (Situação Final – Pn5 [m5])
5º (§) Queremos que a Prefeitura efetive as seguintes ações: Funcionamento contínuo e em escala para toda a população em situação de rua do Programa de Locação Social, assegurando o trabalho social intersetorial nas áreas da saúde, trabalho, assistência, educação e outras necessárias.	(SA) - (P. arg. 0 – Tese anterior + Fatos (F) – P.arg.1)	(SD) – (Operação de expansão por subtematização/enumerativa/Qualificação/Atribuição de Propriedades)

Continuação do Quadro 12 - Organização do plano de texto e das sequências textuais

Trecho/Fragmento/Parágrafo	Elemento(s) e/ou esquema prototípico da sequência textual de base do manifesto	Elemento(s) e/ou esquema prototípico da(s) outras sequências textuais (secundárias) presentes no manifesto
6º (§) <i>Parte dos investimentos de recursos orçamentários em programas emergenciais deve ser destinado para Programa de Moradia Social que assegure a saída definitiva da rua.</i>	(SA) - (P. arg. 0 – Tese anterior + Fatos (F) – P.arg.1)	(SD) - (Operação de expansão por subtematização/enumerativa/Qualificação/Atribuição de Propriedades)
7º (§) <i>Aquisição e reforma de imóveis vazios que não cumprem a função social para o atendimento habitacional, podendo articular as necessidades do trabalho e moradia com a população em situação de rua trabalhando na reforma.</i>	(SA) - (P. arg. 0 – Tese anterior + Fatos (F) – P.arg.1)	(SD) - (Operação de expansão por subtematização/enumerativa/Qualificação/Atribuição de Propriedades)
8º (§) <i>Atendimento da demanda da população em situação de rua, por meio do Programa de Locação Social, no empreendimento da Rua Asdrúbal do Nascimento, conforme estabelecido no GT de Moradia que se reunia na SEHAB e no Comitê da População em Situação de Rua na Secretaria de Direitos Humanos, cuja discussão foi iniciada em 2013.</i>	(SA) - (P. arg. 0 – Tese anterior + Fatos (F) – P.arg.1)	(SD) - (Operação de expansão por subtematização/enumerativa/Qualificação/Atribuição de Propriedades)
9º (§) <i>Atendimento da população em situação de rua no imóvel da Rua Sete de Abril, adquirido com recursos da Operação Urbana Centro para o Programa de Locação Social, conforme definido anteriormente na SEHAB.</i>	(SA) - (P. arg. 0 – Tese anterior + Fatos (F) – P.arg.1)	(SD) - (Operação de expansão por subtematização/enumerativa/Qualificação/Atribuição de Propriedades)
10º (§) <i>Continuidade do estudo para utilização do terreno municipal localizado nas Rua Boracéia x Rua Dr. Ribeiro de Almeida x R. Norma Pieruccini Giannotti para construção de 500 unidades habitacionais destinados ao Programa de Locação Social para atendimento à população em situação de rua. Este estudo de viabilidade assegura nas áreas térreas a manutenção dos serviços sociais da SMDAS que já estão instaladas no local.</i>	(SA) - (P. arg. 0 – Tese anterior + Fatos (F) – P.arg.1)	(SD) - (Operação de expansão por subtematização/enumerativa/Qualificação/Atribuição de Propriedades)
11º (§) <i>Assegurar um percentual de atendimento da população em situação de rua nos programas habitacionais da Prefeitura de São Paulo ou realizadas em parcerias com outras instituições como o PMCMV.</i>	(SA) - (P. arg. 0 – Tese anterior + Fatos (F) – P.arg.1)	(SD) - (Operação de expansão por subtematização/enumerativa/Qualificação/Atribuição de Propriedades)
12º (§) <i>Continuidade do funcionamento do Grupo de Trabalho de Demanda de Moradia da População em Situação de Rua do Conselho Municipal de Habitação (CMH).</i>	(SA) - (P. arg. 0 – Tese anterior + Fatos (F) – P.arg.1)	(SD) - (Operação de expansão por subtematização/enumerativa/Qualificação/Atribuição de Propriedades)
13º (§) <i>A moradia digna é a base essencial para efetivação de todos os outros direitos humanos</i> https://www.nossasaopaulo.org.br/tag/moradia-digna/	(SA) - (P. arg. 3 – Conclusão [C] – Nova Tese)	(SD) - (Pré-tematização + Qualificação)

Fonte: elaborado pela autora.

O terceiro manifesto inicia com duas frases que figuram como tema-título por sintetizarem e chamarem atenção do leitor de forma apelativa. Essas frases são organizadas de modo a influenciar e persuadir o destinatário sobre o assunto desenvolvido no texto, relacionado à urgência de moradia digna para o povo em situação de rua. Com vistas a dar início à verbalização do ponto de vista acerca da importância da moradia para a população de rua, há, nessas duas frases, o emprego do substantivo “direito”, complementado pelo processo de aspectualização, desenvolvido pela qualificação dos substantivos “moradia” (digna) e “povo” (em situação de rua), dada pelo predicativo articulado ao verbo “ser”, constituindo uma sequência descritiva.

Do ponto de vista macrotextual, o texto está distribuído em treze parágrafos: os quatro primeiros representam a introdução; o quinto, o sexto, o sétimo, o oitavo, o nono, o décimo, o décimo primeiro e o décimo segundo, o desenvolvimento, e o décimo terceiro, a conclusão.

O primeiro parágrafo apresenta os fatos (P. arg. 1), que se restringem por uma relação de contiguidade (pd R-loc) e ilustram o problema de moradia na cidade de São Paulo. Por meio da operação de aspectualização são atribuídos qualificativos às pessoas em situação de rua, elementos formados não só pelo recurso predicativo do verbo “estar”, em “milhares de pessoas estão desabrigadas”, como também por grupos nominais, como “vivendo ao relento e sem teto para se proteger”.

O parágrafo segue com a (P. arg. 2), constituída por períodos descritivos estruturados por tematização + aspectualização, “[...] as pessoas são vítimas de criminalizações, preconceitos [...]”. Seu fechamento se dá por meio desse mesmo modelo estrutural, expondo um contra-argumento (P. arg. 4) iniciado pelo conector “apesar de”, seguido por um grupo nominal composto por qualificativo + tematização + qualificativo, “grave problema de violação dos direitos humanos. Articulado, esse grupo constitui o tema do rema “não há programas habitacionais para atendê-las e possibilitar oportunidade efetiva de saída da rua”.

Esse segmento textual não apresenta uma conclusão explícita, todavia, como salientamos na análise do Texto 2, esse componente estrutural dos textos (P. arg. 3), sobretudo argumentativos, pode estar subentendido. Com efeito, pelo processo de duplicação do período inicial, a conclusão pode ser deduzida pelo esquema (SE p, ENTÃO q): “Se não há programas habitacionais para atender a população em situação de rua, então é urgente a moradia digna para esse povo”.

O segundo parágrafo inicia a (P. arg. 1) com uma analogia (pd R. analog. + subtematização) entre a população em situação de rua e os cidadãos brasileiros. Pela operação de expansão, são apresentadas as informações relacionadas ao substantivo “moradia” (o todo),

que constitui o eixo central da reivindicação desencadeada pelo processo de aspectualização qualificativa tanto por fragmentação, dada pelas partes “cozinha, quarto e banheiro”, quanto pela descrição dos atributos que demonstram os benefícios (P. arg. 2) relacionados ao grupo nominal “moradia digna [substantivo+adjetivo]”. Essas propriedades são apresentadas em uma sequência enumerativa posicionada à direita desse grupo.

O terceiro e o quarto parágrafos são organizados com base no esquema narrativo constituído pelas proposições Pn1 (m1) + Pn2 (m2) + Pn3 (m3) + Pn4 (m4) e Pn5 (m5). Para tanto, a primeira proposição narrativa (m1) delinea a busca pela efetivação de ações (P. arg. 1) que legitimem o direito à moradia para as pessoas em situação de rua; em seguida, (m2) e (P. arg. 2) destacam a promoção do seminário “Direito à moradia do Povo de Rua”, encaminhando para a (m3). Esta demonstra, de forma avaliativa, o quantitativo de pessoas e entidades públicas que participaram do debate ocorrido nesse evento, destacando as instituições que não participaram. Na sequência, a (m4), representada por uma estrutura oracional coordenada que revela o posicionamento dos moradores de rua sobre os albergues, salienta que o albergue não é a solução para o problema; a (m5), por sua vez, expressa o reconhecimento de que a moradia digna é uma solução mais eficaz.

O texto progride, no desenvolvimento, por meio da operação de expansão por subtematização, pela qual ocorre a descrição enumerada das ações requeridas pelos participantes do seminário. A enumeração, como explica Adam (2019, p. 75), é um procedimento descritivo que consiste em “enumerar as partes e/ou as propriedades de um todo sob a forma de uma simples lista”, cuja consequência é o processo de linearização. Esse recurso discursivo é organizado pela articulação binária entre temas (palavras substantivadas [funcionamento/parte/aquisição/atendimento são alguns exemplos]) e remas que enumeram e expandem, descritivamente, aspectos (propriedades/atributos) relacionados a esses vocábulos nominais.

Por fim, a conclusão, no décimo terceiro parágrafo, encerra com uma proposição descritiva afirmativa (P. arg. 3): “A moradia digna é a base essencial para a efetivação de todos os outros direitos humanos”. Tal proposição, ao evidenciar o termo “moradia”, pela operação de pré-tematização, como um benefício que garante o alcance de outros direitos, busca convencer o leitor da importância da moradia digna para inserção social da população de rua. Assim, busca-se fazer o leitor aderir às ideias propagadas no manifesto.

Texto 6

Quanto ao plano de texto e às sequências textuais, o Texto 6, “Manifesto em defesa dos animais”, está organizado, como segue (Quadro 13).

Quadro 13 - Organização do plano de texto e das sequências textuais

Trecho/Fragmento/Parágrafo	Elemento(s) e/ou esquema prototípico da sequência textual de base do manifesto	Elemento(s) e/ou esquema prototípico da(s) outras sequências textuais (secundárias) presentes no manifesto
Título: MANIFESTO EM DEFESA DOS ANIMAIS		(SD) - (Pré-tematização + Qualificação)
1º (§) Desde 1930, em vários países do mundo, o dia 4 de Outubro é dedicado aos animais. Neste dia, são homenageados os nossos amigos animais que, infelizmente, continuam, ainda hoje, a ser desrespeitados por muitos humanos e nalguns casos por entidades públicas que deveriam dar o exemplo à restante sociedade.	(SA) - (P. arg. 0 – Tese anterior + Fatos (F) – P.arg.1)	(SN) - (Situação Inicial – Pn1 [m1]) (SN) - (Nó [desencadeador] - Pn2 [m2]) (SN) - (Re – ação ou Avaliação - Pn3 [m3]) (SD) - (Aspectualização + Fragmentação/Partição) (SD) - (Aspectualização + Qualificação/Atribuição de Propriedades)
2º (§) Hoje, 4 de Outubro de 2010, o grupo de pessoas individuais e colectivas manifesta a sua preocupação relativamente as seguintes problemas e situações de maus tratos aos animais ao seguinte:	(SA) - (P. arg. 2 – Sustentação/Apoio – Princípios de Base)	(SD) - (Pré-tematização + Qualificação + Fragmentação)
3º (§) 1- Abate de animais domésticos. Todos os anos ultrapassa largamente um milhar o número de animais de companhia (cães e gatos) que são abandonados, acabando na sua maioria por serem abatidos nos canis municipais ou atropelados nas estradas. O esforço que é feito pelas associações de protecção dos animais, que se debatem com faltas de meios e de apoios públicos, acaba por ser inglório pois através dele só uma pequena parte dos animais abandonados consegue um novo lar.	(SA) - (P. arg. 0 – Tese anterior + Fatos (F) – P.arg.1) (SA) - (P. arg. 2 – Sustentação/Apoio – Princípios de Base)	(SN) - (Situação Inicial – Pn1 [m1]) (SN) - (Nó [desencadeador] - Pn2 [m2]) (SN) - (Re – ação ou Avaliação - Pn3 [m3]) (SN) - (Desenlace [resolução] - Pn4 [m4]) (SD) - (Pré-Tematização/Aspectualização + Qualificação/Atribuição de Propriedades) (SE) - (SE p, É PORQUE q)
4º (§) Não estando de acordo com a política seguida actualmente para combater o abandono que tem por principal pilar os abates, pois até hoje não tem resolvido nada, consideramos necessário que a nível regional seja lançada uma campanha de esterilização com vista a adequar o número de animais de companhia ao número efectivo de donos capazes de cuidar deles de forma responsável;	(SA) - (P. arg. 3 – Conclusão [C] – Nova Tese)	(SE) - (SE p, É EM RAZÃO DE q) (SD) - (Relação de análise = pd R – analog. + Subtematização)

Continuação do Quadro 13 - Organização do plano de texto e das sequências textuais

Trecho/Fragmento/Parágrafo	Elemento(s) e/ou esquema prototípico da sequência textual de base do manifesto	Elemento(s) e/ou esquema prototípico da(s) outras sequências textuais (secundárias) presentes no manifesto
5º (§) 2- Promoção pública da tortura animal. Ao longo dos séculos da história dos Açores, a tauromaquia tem sofrido uma evolução no sentido da diminuição dos maus tratos aos touros, não constituindo qualquer tradição na maioria das nossas ilhas. Em 2009, contrariando a evolução que se assiste a nível internacional, onde aquela actividade é cada vez mais repudiada, e ao arrepio dos ensinamentos da própria história insular, um grupo de deputados pretendeu legalizar a sorte de varas. Gorada a sua intenção, a minoria de industriais que aposta no incremento da tortura animal, tenta ganhar adeptos sobretudo em São Miguel, tendo conseguido promover algumas touradas à corda com a colaboração sobretudo de autarquias e de comissões de festas de cariz religioso.	(SA) - (P. arg. 0 – Tese anterior + Fatos (F) – P.arg.1) (SA) - (P. arg. 2 – Sustentação/Apoio – Princípios de Base) (SA) - (P. arg. 4 – Restrição [R])	(SN) - (Situação Inicial – Pn1 [m1]) (SN) - (Nó [desencadeador] - Pn2 [m2]) (SN) - (Re – ação ou Avaliação - Pn3 [m3]) (SD) - (Aspectualização + Qualificação/Atribuição de Propriedades + Tematização + Aspectualização + Qualificação/Atribuição de Propriedades)
6º (§) Considerando que as touradas, qualquer que seja o seu tipo, em nada contribuem para educar os cidadãos e as cidadãs para o respeito aos animais, para além de causarem maus tratos aos mesmos e porem em risco a vida das pessoas, não podemos admitir a na sua realização sejam usados dinheiros públicos;	(SA) - (P. arg. 3 – Conclusão [C] – Nova Tese)/(SE p, ENTÃO q)	
7º (§) 3- Mortalidade provocada na fauna selvagem. O cagarro é uma ave oceânica que vem a terra apenas durante a época de reprodução. Este período decorre entre Março e Outubro, altura em que as crias já suficientemente desenvolvidas partem com os seus progenitores em direcção ao mar, dispersando-se pelo Oceano Atlântico e regressando apenas no próximo ano. Realizando-se a sua partida de noite, muitas crias são atraídas pelas luzes das nossas vilas e cidades, acabando por cair em terra e ser frequentemente atropeladas se não forem ajudadas.	(SA) - (P. arg. 0 – Tese anterior + Fatos (F) – P.arg.1) (SA) - (P. arg. 2 – Sustentação/Apoio – Princípios de Base)	(SD) - (Pré-Tematização/Aspectualização + Qualificação/Atribuição de Propriedades) (SN) - (Situação Inicial – Pn1 [m1]) (SN) - (Nó [desencadeador] - Pn2 [m2]) (SN) - (Re – ação ou Avaliação - Pn3 [m3]) (SD) - (Aspectualização + Fragmentação/Partição)
8º (§) Considerando a importância que o salvamento do maior número de cagarros tem para a conservação da natureza e o respeito pelos animais, apelamos à participação de todos nas campanhas que ainda este mês serão postas em marcha pelas mais diversas entidades, nomeadamente pelas organizações não governamentais de ambiente.	(SA) - (P. arg. 3 – Conclusão [C] – Nova Tese)	

Continuação do Quadro 13 - Organização do plano de texto e das sequências textuais

Trecho/Fragmento/Parágrafo	Elemento(s) e/ou esquema prototípico da sequência textual de base do manifesto	Elemento(s) e/ou esquema prototípico da(s) outras sequências textuais (secundárias) presentes no manifesto
9º (§) 4- Cativeiro de animais não domésticos. A criação de parques zoológicos nos séculos passados respondia ao propósito de mostrar ao público uma colecção de animais exóticos que de outra maneira nunca seriam vistos nem conhecidos. Na actualidade isto deixou de fazer qualquer sentido. Agora as leis exigem obrigatoriamente aos parques a realização de programas de conservação, educação ambiental e bem-estar animal. Como consequência disto, nos Açores têm vindo a ser fechados núcleos zoológicos que incumpriam estas exigências. No entanto, ainda continua a existir um núcleo zoológico na Vila da Povoação (São Miguel).	(SA) - (P. arg. 0 – Tese anterior + Fatos (F) – P.arg.1) (SA) - (P. arg. 2 – Sustentação/Apoio – Princípios de Base) (SA) - (P. arg. 4 – Restrição [R])	(SN) - (Situação Inicial – Pn1 [m1]) (SN) - (Nó [desencadeador] - Pn2 [m2]) (SN) - (Re – ação ou Avaliação - Pn3 [m3]) (SD) - (Tematização/Aspectualização + Qualificação/Atribuição de Propriedades)
10º (§) Apesar do referido parque encontrar-se já embargado pelas autoridades e apesar de ser de titularidade pública, o recinto continua ainda hoje aberto ao público. Pelo manifesto desrespeito às leis e aos animais, consideramos que o parque deve ser imediatamente fechado e os animais conduzidos a umas instalações apropriadas que garantam o seu bem-estar.	(SA) - (P. arg. 0 – Tese anterior + Fatos (F) – P.arg.1) (SA) - (P. arg. 3 – Conclusão [C] – Nova Tese)	
11º (§) 5- Modelos intensivos de produção animal. A exploração agrícola de animais constitui historicamente um importante sector económico nas nossas ilhas. Se bem que os relatos de maus tratos a estes animais têm vindo a diminuir nas últimas décadas, evidenciando uma notável evolução da sociedade, subsistem ainda bastantes situações penosas. Para além disso, a introdução de técnicas de produção intensiva tem vindo a piorar as condições de vida de muitos deles, limitando a sua vida ao reduzido espaço duma gaiola.	(SA) - (P. arg. 0 – Tese anterior + Fatos (F) – P.arg.1) (SA) - (P. arg. 4 – Restrição [R])	(SN) - (Situação Inicial – Pn1 [m1]) (SN) - (Nó [desencadeador] - Pn2 [m2]) (SN) - (Re – ação ou Avaliação - Pn3 [m3]) (SN) - (Desenlace [resolução] - Pn4 [m4]) (SN) - (Situação Final – Pn5 [m5]) (SD) - Operação de expansão por subtematização/enumerativa/Qualificação/Atribuição de Propriedades)
12º (§) Tendo em conta a imagem de proximidade à natureza que tanto caracteriza os Açores no exterior, consideramos que se deve reforçar o modelo tradicional de criação de animais, modelo que garante sempre a mais alta qualidade. Devem também ser criadas e publicitadas novas formas de certificação nas explorações que valorizem devidamente ante o consumidor os seus níveis de qualidade ambiental, alimentar e de respeito pelo bem-estar animal.	(SA) - (P. arg. 3 – Conclusão [C] – Nova Tese)	(SD) - Operação de expansão por subtematização/Qualificação/Atribuição de Propriedades)

Continuação do Quadro 13 - Organização do plano de texto e das sequências textuais

Trecho/Fragmento/Parágrafo	Elemento(s) e/ou esquema prototípico da sequência textual de base do manifesto	Elemento(s) e/ou esquema prototípico da(s) outras sequências textuais (secundárias) presentes no manifesto
13º (§) 6- Falta de respeito com a vida animal. Numa sociedade em que tudo se compra e se vende, os animais são tratados muitas vezes como simples mercadorias e rebaixados à categoria de simples objectos. Só uns poucos animais domésticos conseguem as vezes escapar a esta visão. Na realidade, como já foi demonstrado pela ciência há longos anos, os animais são os irmãos com os quais o homem comparte a natureza. O desrespeito para com os animais é também o desrespeito para com os homens, como partes integrantes da mesma natureza.	(SA) - (P. arg. 0 – Tese anterior + Fatos (F) – P.arg.1) (SA) - (P. arg. 4 – Restrição [R]) (SA) - (P. arg. 3 – Conclusão [C] – Nova Tese)	(SD) - (Aspectualização + Qualificação/Atribuição de Propriedades/Relação de análise = pd R – analog. + Subtematização) (SN) - (Situação Inicial – Pn1 [m1]) (SN) - (Nó [desencadeador] - Pn2 [m2]) (SD) - (Pré-tematização + Qualificação/Atribuição de Propriedades)
14º (§) Consideramos que o tratamento legal dado aos animais deve fugir da visão redutora que os converte em simples objectos. A nossa sociedade deve evoluir para padrões éticos nos quais os animais sejam respeitados em conformidade com a Declaração Universal dos Direitos dos Animais.	(SA) - (P. arg. 3 – Conclusão [C] – Nova Tese)	
Açores, 4 de Outubro de 2010.		
Subscritores colectivos:		

Fonte: elaborado pela autora.

O manifesto em tela é constituído de catorze parágrafos divididos em dois blocos de segmentos com macroproposições: no primeiro bloco, há a alternância e a justaposição, sobretudo, das sequências narrativa e descritiva; no segundo, há o predomínio da sequência de base, que direciona ao fechamento dos segmentos paragrafícos, os quais estabelecem a composição do plano de texto.

Na introdução, constituída de dois parágrafos que expõem a abordagem em defesa dos animais (P. arg. 1), o primeiro parágrafo recorre à alternância entre as sequências narrativa e descritiva: a Pn1 (m1) apresenta a informação histórica sobre o dia dedicado aos animais; a Pn2 (m2) e a Pn3 (m3) trazem considerações acerca da falta de respeito de muitas pessoas para com esses seres. O cruzamento entre segmentos narrativos e descritivos ocorre pelo processo de aspectualização + atribuição de propriedades, por meio de orações organizadas com o verbo “ser” + predicativos e por meio de orações relativas. Estas expandem o eixo temático “animais” pelo processo de reformulação, que retoma, mediante um atributo metafórico, o tema/título, e este passa a figurar como “nossos amigos animais”.

O segundo parágrafo da introdução é estruturado por um período coordenado/justaposto representativo da (P. arg. 2). A narração, que ocorre de forma detalhada e descritiva, diz respeito à manifestação dos defensores dos animais. Pela operação de pré-tematização + qualificação + fragmentação são expostas as preocupações de entidades e pessoas acerca de vários problemas e situações de maus tratos aos animais. O fechamento evidencia os tópicos que tratam de tais problemas e situações expostos no desenvolvimento do texto.

Relativamente a essa exposição, os autores topicalizam numericamente as ações que demonstram os maus tratos, constituindo um mecanismo descritivo. Nesse sentido, Adam (2019, p. 76) observa que a “enumeração (de partes, de propriedades ou de ações) é certamente uma operação descritiva das mais elementares”, pois “[...] é sempre possível recorrer a dispositivos de textualização: utilizar organizadores enumerativos, emprestar a sua ordem específica aos sistemas temporais ou espaciais”, uma vez que esse tipo de organização presta-se ao papel de “favorecer a passagem de um encadeamento linear de proposições descritivas (enumerações) à sequência (composição textual)”.

Dessa forma, cada tópico do desenvolvimento segue um modelo de divisão por blocos de macroproposições formados por dois parágrafos, em que a sequência predominante, a argumentativa, é constituída pela combinação das outras sequências textuais.

Com efeito, o primeiro tópico, “1 – Abate de animais domésticos”, principia o terceiro parágrafo com a (P. arg. 1) organizada pela Pn1 (m1), em que a afirmação quantitativa se refere aos acontecimentos, Pn2 (m2), relacionados ao descaso com os animais. Os fatos são demonstrados por meio da qualificação, que ocorre pela operação de pré-tematização dos substantivos (cães e gatos) + qualificação Pn3 (m3), com orações relativas e orações nominais reduzidas de gerúndio e de particípio, estas últimas, correspondendo “[...] a proposições-enunciados descritivas [...]” (ADAM, 2011, p. 221).

O tópico progride com a (P. arg. 2), estruturada com duas orações relativas que servem de ponto de partida para a explicação Pn4 (m4), a qual finaliza o pensamento exposto acerca do esforço das associações de proteção de animais; logo, pelo esquema explicativo (SE p, É PORQUE q), temos o seguinte raciocínio: “Se o esforço que é feito pelas associações de proteção dos animais acaba por ser inglório, é porque através dele só uma pequena parte dos animais abandonados consegue um novo lar”.

O quarto parágrafo também faz parte do primeiro tópico do desenvolvimento e começa com uma explicação, cujo esquema é (SE p, É QUE). Esse esquema revela o ponto de vista dos autores sobre o abate de animais: “Se não estando de acordo com a política seguida atualmente para combater o abandono, que tem por principal pilar os abates, é em razão de, até hoje, essa

ação não ter resolvido nada”. Além, disso, ele direciona para o fechamento do segmento com a conclusão (P. arg. 3), a qual propõe uma forma de ação que estabelece, pela operação de relação por analogia (pd R. analogia + subtematização), um controle quantitativo entre o número de animais de companhia e o número efetivo de proprietários com capacidade para cuidar deles com responsabilidade.

O segundo tópico, “2 – Promoção pública de tortura animal”, principia o quinto parágrafo com a (P. arg. 1), representada pela Pn1 (m1), que leva a Pn2 (m2) e enuncia que a tauromaquia passa por uma evolução, pois há diminuição dos maus tratos a touros. Em seguida, a Pn3 (m3), correspondente a (P. arg. 2), destaca que essa atividade não é uma tradição qualquer nos Açores. A (P. arg. 4), articulada à aspectualização do tema, é desenvolvida tanto por orações relativas e por orações nominais reduzidas, as quais expõem qualificações que repudiam a evolução tauromaquia, quanto por orações que apresentam uma relação de causa e consequência relacionada ao ato de legalizar a sorte de varas, alvo de um grupo de deputados.

O tópico progride para o sexto parágrafo, representativo da conclusão (P.arg.3), e, com base nos fatos evidenciados anteriormente sobre a tauromaquia, os autores afirmam que a efetivação dessa atividade não deve dispor de verbas públicas. Esse pensamento pode ser demonstrado pelo esquema básico da argumentação (SE p, ENTÃO q): “Se as touradas, qualquer que seja o tipo, em nada contribuem para educar os cidadãos e as cidadãs em relação ao respeito aos animais, para além de lhes causarem maus tratos e colocarem em risco a vida das pessoas, então não podemos admitir que na sua realização seja usado dinheiro público”.

O sétimo parágrafo, articulado ao terceiro tópico, “3 – Mortalidade provocada na fauna selvagem”, é disposto, inicialmente, pela (P. arg. 1), instituída pela Pn1 (m1), alternada pelas sequências descritiva e narrativa, respectivamente, por meio da operação de tematização do substantivo “cagarro”, caracterizado pela combinação da estrutura composta pelo verbo “ser” + predicativo: “O cagarro é uma ave oceânica que vem [...]”. Na continuidade do segmento, há a sequência narrativa, composta pelas proposições (m2) e (m3), as quais estruturam a (P. arg. 2), desenvolvendo o fato expresso anteriormente. O segmento paragrafístico finaliza a composição das ideias, seguindo com o imbricamento sequencial descritivo/narrativo, que, ao expressar detalhes que aspectualizam os acontecimentos, demonstra como se dá a mortalidade da fauna selvagem.

O oitavo parágrafo encerra o tópico com a (P. arg. 3) e apresenta, consoante a importância do salvamento do maior número dos cagarros, um apelo, marcado linguisticamente pelo verbo “apelar” na primeira pessoa do plural, evidenciando que há, por traz da petição,

peessoas e instituições públicas/governamentais de meio ambiente que clamam pela participação de todos em campanhas de proteção à vida animal.

O quarto tópico, “4 – Cativeiro de animais não domésticos”, apresenta, no nono parágrafo, um ponto de vista (P. arg. 1) acerca do cativeiro de animais não domésticos resultante da criação de parques zoológicos nos séculos passados. A sequência narrativa Pn1 (m1), coordenada à Pn2 (m2), revela uma relação de causa e consequência expressa pelo conector “como consequência disso”; Pn3 (m3), por sua vez, evidencia uma avaliação articulada a organizadores temporais que expressam uma sequência linear dos acontecimentos e instituem a (P. arg. 2), que remonta tanto à origem dos parques de exposição de animais selvagens quanto às leis que exigem programas de conservação, educação ambiental e bem-estar animal. O segmento dá continuidade a essa ideia por meio de um período com oração relativa, no qual há a descrição das características dos zoológicos nos Açores.

O parágrafo fecha com a (P. arg. 4), revelando uma oposição marcada pelo operador “no entanto”, que destaca a existência de um núcleo zoológico na Vila da Povoação (São Miguel), contraposição reforçada no parágrafo seguinte.

Com efeito, o tópico prossegue com o décimo parágrafo, reiterando a oposição expressa anteriormente pela (P. arg. 4). Nessa direção, a (P. arg. 1) inicia com o operador “apesar de”, que reformula a tese e direciona para o ponto de vista voltado para o raciocínio restritivo de que, mesmo embargado pelas autoridades, o parque continua aberto. Esse aspecto é o ponto de inserção do movimento argumentativo que conduz à dedução (P. arg. 3) exposta pelo esquema conclusivo simplificado (SE p, ENTÃO q): “Se o parque está impedido de manter suas atividades, então deve ser imediatamente fechado e os animais devem ser colocados em instalações que garantam o seu bem-estar”. Esse esquema tem por base o modelo reduzido [Dado>Conclusão].

O tópico cinco, “5 – Modelos intensivos de produção animal”, inicia o décimo primeiro parágrafo com a (P. arg.1), estruturada com a Pn1 (m1), em que há a narração do fato de a exploração agrícola constituir, no decorrer da história, um importante setor propulsor da economia, Pn2 (m2). Em seguida, desencadeia-se uma contradição, (P. arg.4), que evidencia a Pn3 (m3): a despeito da diminuição dos maus tratos aos animais, no âmbito das atividades agrícolas, como expresso na Pn4 (m4), ainda existem muitas situações penosas relativas ao bem-estar dos animais.

O parágrafo finaliza com a Pn5 (m5) pela operação de subtematização do conjunto nominal “técnicas agrícolas”, expandido por orações nominais reduzidas.

O décimo segundo parágrafo do tópico cinco começa com a (P.arg. 3), que apresenta medidas de reforço para o modelo tradicional de criação de animais (tema), as quais são aspectualizadas por subtematização, ampliando as ideias do parágrafo e conduzindo ao fechamento por meio de orações relativas articuladas à fragmentação: “Devem também ser criadas e publicitadas novas formas de certificação nas explorações que valorizem devidamente ante o consumidor os seus níveis de qualidade ambiental, alimentar e respeito pelo bem-estar animal”.

O sexto e último tópico, “6 – Falta de respeito com a vida animal”, abre o décimo terceiro parágrafo, expondo os fatos relativos à falta de respeito para com a vida animal (P. arg. 1), por meio do processo de aspectualização, constituído pelo recurso predicativo do verbo “ser”, combinada à relação de analogia, segundo a qual “os animais são tratados como simples mercadorias e rebaixados à categoria de simples objetos”. Em seguida, a (P. arg. 4) salienta que só alguns animais conseguem escapar da situação de desrespeito. Essa colocação é reformulada por meio da Pn1 (m1) cruzada à Pn2 (m2), da pré-tematização + qualificação do substantivo “os animais” e da (P. arg. 3), que, articuladas, justificam que o desrespeito para com os animais é também desrespeito para com os homens, pois aqueles são, como demonstrado pela ciência, irmãos com os quais o ser humano compartilha a natureza.

Assim, a tese que finaliza o décimo terceiro parágrafo, no sexto tópico, serve de ponto de partida para o décimo quarto parágrafo, por meio da (P. arg. 3), que fecha esse tópico como uma unidade de sentido e abre escopo à direita para um posicionamento conclusivo expresso no manifesto. Desse modo, ao expor um ponto de vista avaliativo/qualificativo em relação à sociedade e aos animais, essa proposição destaca que aquela deve alcançar padrões éticos, em relação a estes, que devem ser respeitados, de acordo com a Declaração Universal dos Direitos dos Animais.

Texto 9

Quanto ao plano de texto e às sequências textuais, o Texto 5, “Democracia se constrói com informação de qualidade, sem censura e sem fake news”, está organizado, como segue (Quadro 14).

Quadro 14 - Organização do plano de texto e das sequências textuais

Trecho/Fragmento/Parágrafo	Elemento(s) e/ou esquema prototípico da sequência textual de base do manifesto	Elemento(s) e/ou esquema prototípico da(s) outras sequências textuais (secundárias) presentes no manifesto
Título: DEMOCRACIA SE CONSTRÓI COM INFORMAÇÃO DE QUALIDADE, SEM CENSURA E SEM FAKE NEWS		(SD) - (Aspectualização + Fragmentação/Partição)
1º (§) A disseminação em massa de “fake news” é um fenômeno global que tem consequências devastadoras para a vida e para a democracia. O problema é real e exige respostas efetivas que preservem o direito fundamental à liberdade de expressão, que permitam o livre debate de ideias e de perspectivas sobre os acontecimentos.	(SA) - (P. arg. 0 – Tese anterior + Fatos (F) – P.arg.1) (SA) - (P. arg. 2 – Sustentação/Apoio – Princípios de Base)	(SD) - (Pré-Tematização/Aspectualização + Qualificação/Atribuição de Propriedades)
2º (§) A sociedade precisa enfrentar essa pandemia de mentiras e desinformação, que são produzidas de forma coordenada por setores ideológicos, políticos e econômicos, que investem muito dinheiro e inteligência para distorcer propositadamente a realidade, com o objetivo de alcançar seus objetivos e defender seus interesses.	(SA) - (P. arg. 0 – Tese anterior + Fatos (F) – P.arg.1) (SA) - (P. arg. 2 – Sustentação/Apoio – Princípios de Base)	(SD) - (Pré-tematização + Qualificação + Fragmentação)
3º (§) A crise sanitária, que neste momento atinge o mundo, revelou de forma dramática o perigo que as “fake news” representam: líderes políticos ignorando a ciência para dizer que o Covid-19 é apenas uma “gripezinha”, estímulo ao uso de medicamentos sem comprovada eficácia científica, a disseminação de conteúdos afirmando que a doença não existe, ou foi fabricada para derrubar o presidente, etc. Em meio a essa crise, surge uma pressão para que o Congresso Nacional dê resposta legislativa para o combate às “fake news”.	(SA) - (P. arg. 0 – Tese anterior + Fatos (F) – P.arg.1) (SA) - (P. arg. 2 – Sustentação/Apoio – Princípios de Base)	(SD) - (Pré-tematização + Qualificação + Fragmentação)
4º (§) É fundamental que deputados e senadores tomem a iniciativa de realizar um amplo debate público sobre o melhor caminho a ser adotado para enfrentar a pandemia da mentira e desinformação.	(SA) - (P. arg. 0 – Tese anterior + Fatos (F) – P.arg.1) (SA) - (P. arg. 2 – Sustentação/Apoio – Princípios de Base)	(Pós-tematização + Qualificação)
5º (§) Nós, jornalistas e comunicadores sociais - que trabalhamos para oferecer informação de qualidade para a sociedade, que lutamos para dar expressão e visibilidade a fatos e opiniões que não têm espaço na mídia hegemônica, que temos contribuído para conferir mais pluralidade e diversidade ao debate público no Brasil - afirmamos que não se pode, sob o pretexto de combater as “fake News”, criar mecanismos privados de avaliação da veracidade de conteúdos jornalísticos.	(SA) - (P. arg. 0 – Tese anterior + Fatos (F) – P.arg.1)	(SD) - (Pré-tematização + Qualificação + Fragmentação)

Continuação do Quadro 14 - Organização do plano de texto e das sequências textuais

Trecho/Fragmento/Parágrafo	Elemento(s) e/ou esquema prototípico da sequência textual de base do manifesto	Elemento(s) e/ou esquema prototípico da(s) outras sequências textuais (secundárias) presentes no manifesto
6º (§) Alertamos para o perigo que representará para a democracia e para a liberdade de expressão conferir às plataformas privadas da internet a responsabilidade de definir que conteúdos são ou não verídicos, iniciativa que inclusive viola o Marco Civil da Internet.	(SA) - (P. arg. 0 – Tese anterior + Fatos (F) – P.arg.1)	(SD) – (Aspectualização + Qualificação/Atribuição de Propriedades)
7º (§) Tampouco podemos acreditar que agências privadas de checagem de notícias podem cumprir esse papel com isenção e neutralidade, ou que seja possível nomear grupos de jornalistas com o poder de classificar conteúdos jornalísticos produzidos por outros jornalistas.	(SA) - (P. arg. 0 – Tese anterior + Fatos (F) – P.arg.1)	(SE) - (SE p, É PORQUE q)
8º (§) Não se combate “Fake News” criando um Ministério da Verdade. Sabemos como isso acaba: com a tentativa de legitimação da censura.	(SA) - (P. arg. 2 – Sustentação/Apoio – Princípios de Base)	(SE) - (SE p, É PORQUE q) (SD) - (Pós-tematização + Qualificação)
9º (§) O problema contemporâneo envolvendo a disseminação de mentiras e desinformação pode ser combatido de outra forma: criando instrumentos legais e usando os já existentes para desmontar os gabinetes de ódio e as fábricas de produção industrial de “fake news”. Isso pode ser feito cruzando as fontes de distribuição de desinformação — nas redes sociais, nos sites web — com os esquemas criminosos de financiamento dessas estruturas.	(SA) - (P. arg. 0 – Tese anterior + Fatos (F) – P.arg.1) (SA) - (P. arg. 2 – Sustentação/Apoio – Princípios de Base) (SA) - (P. arg. 3 – Conclusão [C] – Nova Tese)	(SD) - (Pré-tematização + Qualificação + Relação de contiguidade – pd R-Loc)
10º (§) É preciso responsabilizar civil e criminalmente empresas que financiam essas estruturas para fabricar e disseminar de forma artificial esses conteúdos que podem trazer danos à vida e à democracia. Agentes públicos que financiem e produzam esse tipo de conteúdo também devem ser responsabilizados por isso.	(SA) - (P. arg. 0 – Tese anterior + Fatos (F) – P.arg.1) (SA) - (P. arg. 2 – Sustentação/Apoio – Princípios de Base)	(SD) – (Aspectualização + Qualificação/Atribuição de Propriedades)
11º (§) Também é fundamental exigir que as plataformas prestem informações transparentes sobre todos os mecanismos de mediação de conteúdos que elas já utilizam para definir o fluxo da circulação dos conteúdos.	(SA) - (P. arg. 0 – Tese anterior + Fatos (F) – P.arg.1)	(SD) – (Aspectualização + Qualificação/Atribuição de Propriedades)

Continuação do Quadro 14 - Organização do plano de texto e das sequências textuais

Trecho/Fragmento/Parágrafo	Elemento(s) e/ou esquema prototípico da sequência textual de base do manifesto	Elemento(s) e/ou esquema prototípico da(s) outras sequências textuais (secundárias) presentes no manifesto
12º (§) Só é possível enfrentar essas questões a partir de um amplo debate, o que pressupõe a construção de mecanismos que incluam os mais variados setores sociais na discussão de propostas concretas. Neste momento de isolamento social, em que a Câmara e o Senado debatem remotamente, sem a realização de audiências públicas e outras formas de participação social, não é viável garantir amplo debate sobre o tema.	(SA) - (P. arg. 0 – Tese anterior + Fatos (F) – P.arg.1) (SA) - (P. arg. 2 – Sustentação/Apoio – Princípios de Base)	(SD) – (Aspectualização + Qualificação/Atribuição de Propriedades) (SE) - (SE p, É PORQUE q)
13º (§) Neste sentido, alertamos para o perigo que pode representar para a democracia e para a liberdade de expressão a aprovação de qualquer projeto de lei sobre esse tema, de forma sumária e sem que estas formas de participação e diálogo amplo sejam produzidos. https://www.cut.org.br/noticias/jornalistas-veiculos-e-entidades-assinam-manifesto-contra-censura-e-fake-news-a508 São Paulo, 25 de maio de 2020. Assinam este manifesto	(SA) - (P. arg. 3 – Conclusão [C] – Nova Tese)	(SD) - (Tematização/Aspectualização + Qualificação/Atribuição de Propriedades)

Fonte: elaborado pela autora.

O manifesto 9 estrutura-se pelo processo de pré-tematização do substantivo “democracia”, que serve de referência para a aspectualização + fragmentação, marcada à direita desse termo.

O texto é formado por treze parágrafos: o primeiro constitui a introdução, o desenvolvimento ocorre no segundo, terceiro, quarto, quinto, sexto, sétimo, oitavo, nono, décimo, décimo primeiro e décimo segundo parágrafos, já a conclusão se dá no décimo terceiro parágrafo.

Levando em consideração essa divisão composicional do plano de texto, o primeiro parágrafo do manifesto abre com o esquema da sequência argumentativa incompleto, aspecto que se mantém na estruturação do texto como um todo. Assim, na introdução, há a apresentação do assunto (P. arg. 1), pela operação de pré-tematização, e a exposição do tema, centralizada em propriedades relativas à disseminação de notícias falsas. Tais propriedades, por meio de características atribuídas ao substantivo “disseminação”, mediante o recurso constituído pelo conjunto nominal nome + verbo “ser” + predicativo e estruturas relativas restritivas, evidenciam a dimensão e as consequências desse problema na vida e na democracia: “A disseminação em

massa de ‘fake news’ (nome) é (verbo “ser”) um fenômeno global (predicativo) que tem consequências devastadoras [...] (oração relativa)”.

Essa parte inicial do texto progride com a (P. arg. 2) e mantém o mesmo modelo de estruturas oracionais, em que há a combinação de nome + verbo “ser” + predicativo e estruturas relativas restritivas: “O problema é real e exige respostas efetivas que preservem o direito fundamental [...]”.

O desenvolvimento do texto começa com a exposição dos argumentos relacionados à sequência de base, nos quais predomina a sequência descritiva, que se dá por meio das distintas operações de descrição (ADAM, 2011, 2019).

O segundo parágrafo apresenta os argumentos (P. arg. 1) e (P. arg. 2) pelo processo de fragmentação do todo, expresso em “pandemia de mentiras e desinformação”, e pela operação de aspectualização, mediante o uso de orações relativas que demonstram atributos e detalhes acerca das *fake news* “produzidas de forma coordenada por setores ideológicos, políticos e econômicos, que [...]”.

O terceiro parágrafo traz os argumentos (P. arg. 1) e (P. arg. 2), tomando como referência a estrutura nominal “a crise sanitária (nome) + que atinge o mundo (oração adjetiva restritiva)”. Além disso, essa porção textual enumera e revela os perigos que as *fake news* representam diante de um panorama envolto por uma crise: “Líderes políticos ignorando a ciência [...], estímulo ao uso de medicamentos sem [...], a disseminação de conteúdos [...]”.

O quarto parágrafo desenvolve, argumentativamente, as proposições (P. arg. 1) e (P. arg. 2). Isso se dá por meio de estruturas oracionais cuja ordem dos termos é invertida, com destaque às predicções por operação de pós-tematização, evidenciando a pressão ao Conselho Nacional para obtenção de uma resposta legal diante do problema das *fake news*. Com isso, busca-se demonstrar que os deputados devem tomar uma atitude para o enfrentamento de atos midiáticos ilícitos.

O quinto parágrafo articula os argumentos (P. arg. 1) e (P. arg. 2), dando visibilidade e voz para os manifestantes, em sua maioria jornalistas e comunicadores sociais, pelo processo de pré-tematização e com emprego da primeira pessoa do plural: “Nós, os jornalistas e comunicadores sociais”. Na sequência, atributos qualificativos, constituídos por orações adjetivas, evidenciam propriedades relacionadas ao trabalho desenvolvido por esses profissionais.

No sexto parágrafo, por meio da (P. arg. 1), constituída por orações relativas restritivas aspectuais, os autores do texto alertam para o perigo à democracia e à liberdade de expressão

ao se conferir a responsabilidade da seleção dos conteúdos a plataformas privadas: “Alertamos para o perigo que [...]”.

O sétimo parágrafo apresenta, mediante estruturas oracionais coordenadas, a (P.arg.1), que revela o ponto de vista dos manifestantes sobre a crença de que as agências privadas possam manter ou não a isenção e a neutralidade na seleção e disseminação de informações. Esse segmento argumentativo funciona, articulado ao oitavo parágrafo, como uma explicação, recurso discursivo que Adam (2019, p. 202) denomina de “laço explicativo”, correspondente à sequência inserida em uma sequência inserinte. Sob esse enfoque, o segmento do texto desenvolve o esquema [SE p, É PORQUE q], que encaminha para o seguinte raciocínio: “Se não há credibilidade em que agências privadas de checagem de notícias possam se isentar ou manter a neutralidade, diante da seleção de informações e de conteúdos que serão divulgados pela mídia, é porque não se combate ‘fake news’, criando-se um Ministério da Verdade”.

Na sequência, o oitavo parágrafo funciona como (P. arg. 2) e traz uma explicação relacionada à informação anterior sobre as agências privadas de checagem de notícias. Por conseguinte, justifica o posicionamento dos manifestantes sobre a criação dessas instituições, reforçando a ideia de que não se combate informações falsas com a criação de um Ministério da Verdade. Pelo recurso da pós-tematização, os autores expressam que a situação constitui uma “tentativa de legitimação da censura”.

O nono parágrafo, com base na explicação desenvolvida no parágrafo anterior, traz à tona os argumentos (P. arg. 1) e (P. arg. 2), assim como a conclusão, (P. arg. 3). Isso ocorre pelo emprego de orações reduzidas combinadas a operações de relação de contiguidade que servem tanto para descrever formas de combate à disseminação de mentiras e à desinformação como para revelar os locais onde a proliferação de mentiras é recorrente e os procedimentos de combate a esse problema.

O décimo, o décimo primeiro e o décimo segundo parágrafos são estruturados, respectivamente, por (P. arg. 1) e (P. arg. 2)/(P. arg. 1)/(P. arg. 1) e (P. arg. 2). Essa ocorrência se dá por meio de um esquema descritivo constituído por orações predicativas, articuladas a verbo de ligação + predicativo, “É preciso/é fundamental/é possível/não é viável”, e por orações relativas restritivas que sugerem não só medidas para o enfrentamento do problema das *fake news*, como também a organização de um debate conjunto com o objetivo de se propor a elaboração de soluções concretas.

Observamos, ainda, em relação ao décimo segundo parágrafo, que o seu último período traz uma explicação sobre o escopo desenvolvido à esquerda, estabelecendo, com base no modelo esquemático (SE p, É PORQUE q), a seguinte lógica discursiva: “Só é possível

enfrentar essas questões, a partir de um amplo debate, [...] é porque, neste momento de isolamento social, em que a Câmara e o Senado debatem remotamente, sem a realização de audiências públicas e outras formas de participação social, não é viável garantir um amplo debate sobre o tema”.

O décimo terceiro parágrafo conclui o manifesto com a (P.arg.3). Nessa porção do texto, por tematização e por aspectualização, há a expressão de um alerta, relacionado ao perigo que pode representar para a democracia, a aprovação de qualquer projeto de lei sobre o tema das *fake news*. O destaque é dado pelo uso de orações relativas restritivas, as quais validam o ponto de vista dos autores e possibilitam que os leitores concordem ou não com a ideia exposta e, conseqüentemente, decidam por assinar ou não o manifesto.

Considerando as análises dos manifestos apresentados, em que identificamos, na constituição dos respectivos planos de texto, os protótipos das sequências textuais, a fim de pensarmos em contribuições e perspectivas para o ensino da escrita argumentativa, na 3ª série do ensino médio, passamos à discussão dos resultados.

3.3 Discussão dos resultados

A análise que empreendemos, possibilitou-nos verificar que o plano de texto do gênero manifesto, cuja característica é ser argumentativo, apresenta caráter ocasional, ou seja, o modo de organização das informações na superfície textual não é fixo. Assim, há, na configuração dos planos de texto, o encadeamento de sequências diversas na estruturação dos parágrafos, ainda que haja uma sequência de base, a argumentativa, ao longo do todo textual, o que corrobora o posicionamento de Adam (2019, p. 57), segundo o qual, “[...] essas sequências podem se encadear linearmente e ser coordenadas entre elas; [...] também podem ser inseridas umas nas outras em um ponto qualquer da sequência principal”.

Entre as sequências identificadas, além da sequência principal, a descritiva apresentou-se bem marcada na composição dos cinco manifestos, posto que esse esquema sequencial integra a maioria dos parágrafos que estruturam os textos, no que diz respeito à constituição do movimento argumentativo.

Nos quadros que seguem, Quadro 15 a Quadro 19, evidenciamos, quantitativamente, a presença dos protótipos das sequências textuais, relativos a cada manifesto apresentado.

Quadro 15 – Quantidade de ocorrências de sequências textuais por parágrafos - Manifesto 1

Nº Texto/Título/Nº Parágrafo (§)	Sequências Textuais: Sequência Argumentativa (SA) Sequência Descritiva (SD) Sequência Explicativa (SE) Sequência Narrativa (SN)				Quantidade			
	(SA)	(SD)	(SE)	(SN)	(SA)	(SD)	(SE)	(SN)
1/Título	X		X		01		01	
1º parágrafo	X	X	X		01	02	01	
2º parágrafo	X	X			01	03		
3º parágrafo	X	X	X		01	02	01	
4º parágrafo	X	X			01	02		
5º parágrafo	X	X	X		01	02	02	
6º parágrafo	X	X		X	01	03		01
7º parágrafo	X	X	X		01	02	01	
8º parágrafo	X	X		X	01	01		01
9º parágrafo	X	X			01	02		
10º parágrafo	X				01	01		
11º parágrafo	X				01	01		
12º parágrafo	X				01	02		
TOTAL								
					(SA)	(SD)	(SE)	(SN)
					12	23	06	02

Fonte: elaborado pela autora.

Quadro 16 – Quantidade de ocorrências de sequências textuais por parágrafos – Manifesto 2

Nº Texto/Título/Nº Parágrafo (§)	Sequências Textuais: Sequência Argumentativa (SA) Sequência Descritiva (SD) Sequência Explicativa (SE) Sequência Narrativa (SN)				Quantidade			
	(SA)	(SD)	(SE)	(SN)	(SA)	(SD)	(SE)	(SN)
02/Título	X	X			01	01		
1º parágrafo	X	X		X	01	02		01
2º parágrafo	X	X	X		01	03	01	
3º parágrafo	X				01			
4º parágrafo	X	X			01	02		
5º parágrafo	X	X			01	01		
6º parágrafo	X		X		01		01	
TOTAL								
					(SA)	(SD)	(SE)	(SN)
					06	09	02	01

Fonte: elaborado pela autora.

Quadro 17 – Quantidade de ocorrências de sequências textuais por parágrafos – Manifesto 3

Nº Texto/Título/Nº Parágrafo (§)	Sequências Textuais: Sequência Argumentativa (SA) Sequência Descritiva (SD) Sequência Explicativa (SE) Sequência Narrativa (SN)				Quantidade			
	(SA)	(SD)	(SE)	(SN)	(SA)	(SD)	(SE)	(SN)
3/Título		X				02		
1º parágrafo	X	X			01	03		
2º parágrafo	X	X			01	02		
3º parágrafo	X			X	01			01
4º parágrafo	X			X	01			01
5º parágrafo	X	X			01	01		
6º parágrafo	X	X			01	01		
7º parágrafo	X	X			01	01		
8º parágrafo	X	X			01	01		
9º parágrafo	X	X			01	01		
10º parágrafo	X	X			01	01		
11º parágrafo	X	X			01	01		
12º parágrafo	X	X			01	01		
13º parágrafo	X	X			01	01		
					TOTAL			
					(SA)	(SD)	(SE)	(SN)
					13	16		02

Fonte: elaborado pela autora.

Quadro 18 – Quantidade de ocorrências de sequências textuais por parágrafos – Manifesto 6

Nº Texto/Título/Nº Parágrafo (§)	Sequências Textuais: Sequência Argumentativa (SA) Sequência Descritiva (SD) Sequência Explicativa (SE) Sequência Narrativa (SN)				Quantidade			
	(SA)	(SD)	(SE)	(SN)	(SA)	(SD)	(SE)	(SN)
6/Título		X				01		
1º parágrafo	X	X		X	01	02		01
2º parágrafo	X	X			01	01		
3º parágrafo	X	X	X	X	01	01	01	01
4º parágrafo	X	X	X		01	01	01	
5º parágrafo	X	X		X	01	01		01
6º parágrafo	X				01			
7º parágrafo	X	X		X	01	02		01
8º parágrafo	X				01			
9º parágrafo	X	X		X	01	01		01
10º parágrafo	X				01			
11º parágrafo	X	X		X	01	01		01
12º parágrafo	X	X			01	01		
13º parágrafo	X	X		X	01	02		01
14º parágrafo	X				01			
					TOTAL			
					(SA)	(SD)	(SE)	(SN)
					14	14	02	07

Fonte: elaborado pela autora.

Quadro 19 – Quantidade de ocorrências de sequências textuais por parágrafos – Manifesto 9

Nº Texto/Título/Nº Parágrafo (§)	Sequências Textuais: Sequência Argumentativa (SA) Sequência Descritiva (SD) Sequência Explicativa (SE) Sequência Narrativa (SN)				Quantidade			
	(SA)	(SD)	(SE)	(SN)	(SA)	(SD)	(SE)	(SN)
9/Título		X				01		
1º parágrafo	X	X			01	01		
2º parágrafo					01	01		
3º parágrafo					01	01		
4º parágrafo					01	01		
5º parágrafo					01	01		
6º parágrafo					01	01		
7º parágrafo					01		01	
8º parágrafo					01	01	01	
9º parágrafo					01	01		
10º parágrafo					01	01		
11º parágrafo					01	01		
12º parágrafo					01	01	01	
13º parágrafo					01	01		
					TOTAL			
					(SA)	(SD)	(SE)	(SN)
					13	13	03	

Fonte: elaborado pela autora.

Como podemos notar nos quadros expostos, a **sequência descritiva** mostrou-se presente em número considerável nos cinco textos: nove ocorrências, no texto 1; vinte e três ocorrências, no texto 2; dezesseis ocorrências, no texto 3; catorze ocorrências, no texto 6; e treze ocorrências, no texto 9. Tais ocorrências, em muitos casos, superaram a ocorrência da sequência de base ou esteve equiparada a ela, fenômeno que pode ser justificado pela própria característica estrutural do protótipo da sequência descritiva, desenvolvido por um repertório de operações que geram distintos modelos de proposições descritivas, as quais, segundo Adam (2011, p. 217-218), agrupam-se “em períodos de extensão variável, ordenadas por um plano de texto”. Esse pressuposto é consoante ao que defendem Marquesi, Elias e Cabral (2017), para quem é difícil imaginar um texto que não contenha elementos de descrição.

Quanto à **sequência explicativa**, sua ocorrência foi observada duas vezes no texto 1, seis vezes no texto 2, nenhuma vez no texto 3, duas vezes no texto 6 e três no texto 9. A **sequência narrativa** foi a menos recorrente em todos os textos, apresentando-se uma vez no texto 1, duas vezes nos textos 2 e 3, e sete vezes no texto 6; no texto 9, não houve incidência

desse esquema sequencial. Ademais, como exposto na seção 3.2, no texto 6, essa sequência apresentou-se imbricada à sequência descritiva.

Levando em consideração a própria finalidade do gênero manifesto, que, conforme Santos (2009), é persuadir o interlocutor, podemos afirmar, pelo número elevado de sequências descritivas presentes nos manifestos estudados, que elas constituem um dos principais recursos de apoio para a orientação argumentativa do gênero. Esse aspecto alinha-se ao que Adam (2011, p. 217) defende em relação à indissociabilidade entre um conteúdo descritivo e uma posição enunciativa que, invariavelmente, “orienta, argumentativamente, todo enunciado”, ou seja, “um procedimento descritivo é inseparável da expressão de um ponto de vista, de uma visada do discurso”. Esse também é o pensamento de Marquesi, Elias e Cabral (2017, p. 19); para essas autoras, ao designar, tematizar ou nomear quaisquer referentes, o produtor “já indica a orientação argumentativa do texto [...]”. Esta se realiza, mediante escolhas relacionadas aos recursos linguísticos disponíveis, entre os quais, o vocabulário e as relações sintáticas, que conferem ao contexto, conforme a finalidade discursivo/textual, efeitos de sentido articulados a particularidades qualificativas e a aspectos relacionados ao tempo e ao espaço.

Ainda em relação à **sequência descritiva**, destacamos traços relativos à sua ocorrência nos manifestos analisados. Com efeito, há, na organização dos parágrafos, tanto do texto 1 quanto do texto 2, macro-operações de tematização (constituídas pelas subclassificações [pré e pós-tematização]); de aspectualização, majoritariamente, dadas pelo recurso de qualificação ou atribuição de propriedades; de relação, representadas pela operação de contiguidade por (pd R-Loc) e por (pd R-Tmp), esta última presente somente no texto 2; e expansão por subtematização, cujo princípio é combinar-se com as operações anteriores, a fim de ampliar, detalhar, particularizar os aspectos destacados de um tema, referente ou objeto. Tais procedimentos articulam-se a nomes ou a grupos nominais por meio da atribuição de propriedades descritivas “subjativizadas” e “ideologizadas” (ADAM, 2011, p. 222), traço que confere ao segmento sequencial particularidades relativas ao discurso ilocucionário, o qual é instituído por um movimento argumentativo.

Essas macro-operações funcionam como recursos que qualificam, positiva ou negativamente, o assunto desenvolvido. No caso do manifesto, por se tratar de um gênero que aborda, geralmente, situações-problema de cunho social, com base em dados, fatos e exemplos (argumentos), tais macro-operações são relevantes, pois visam a convencer e persuadir o leitor a concordar com o exposto e, conseqüentemente, levá-lo a assinar o texto.

No caso do texto 1, as estratégias linguístico-discursivas, instituídas por valores, estão relacionadas ao racismo, que envolve comportamento preconceituoso por parte de um indivíduo, de um grupo ou de uma instituição contra uma pessoa ou contra um grupo de pessoas.

Diante desse fato, a linha de raciocínio, desde o título, tende a uma visão desfavorável do racismo, sustentada por predicções qualificativas negativas, entre elas, “Intolerável e criminoso” e “genocida”, percebidas, nesses dois exemplos, pela recorrência ao processo de pré-tematização (denominação imediata do objeto que abre escopo à direita) e de pós-tematização (denominação adiada do objeto), subclassificações da macro-operação de tematização.

Em relação ao texto 2, observamos que o tema “desigualdade(s)” é descrito pela pré-tematização, notadamente, pelo recurso de aspectualização por fragmentação do todo, na forma de referência às camadas sociais (partes) mais afetadas pelo problema da desigualdade: as populações indígenas, as mulheres, a população negra, entre outras.

O texto 3, na exposição e no desenvolvimento de argumentos que visam à defesa de moradia digna para as pessoas em situação de rua, vale-se das operações descritivas na estruturação da sequência de base, com o propósito de demonstrar que esse direito, diante de todos os seus atributos, abre perspectivas que incitam o leitor a participar do ato ilocucionário, considerando-se a intenção subjacente ao gênero manifesto. Dessa forma, como estratégia argumentativa, há a enumeração das ações manifestadas, as quais revelam ser a moradia digna a base para a efetivação de outros direitos.

No manifesto 6, o movimento argumentativo, inerente ao seu plano de texto, ocorre mediante o entrecruzamento (combinação) do protótipo da descrição (com suas distintas operações) e da narração (com os elementos de ação/progressão), assim, os argumentos são organizados em forma de enumeração de dados que demonstram e evidenciam situações de maus tratos aos animais.

No texto 9, a incidência predominante é do protótipo descritivo encaixado na sequência principal (de base). Para tanto, na configuração (estruturação) do plano de texto, com vistas a mostrar a problemática da disseminação de *fake news*, são relacionadas, por meio de predicados qualificativos, as dificuldades enfrentadas pelos comunicadores sociais, tendo em vista a criação de plataformas para divulgação de conteúdos pelas mídias sociais.

Dado o exposto, entendemos que a **sequência descritiva**, estruturada de forma homogênea, combinada ou cruzada com protótipos das outras sequências textuais, ao atribuir propriedades e traços a um referente, destacando determinados aspectos, funções e características, sustenta-se em valores. Estes envolvem adjetivações avaliativas que implicam

julgamentos, revelando determinada visão acerca de um assunto, princípio que entra em confluência com o movimento argumentativo do texto e nos leva a afirmar que a quantidade expressiva dessa sequência nos cinco manifestos, seja na introdução, seja no desenvolvimento ou na conclusão, e mesmo nos títulos, indica que esse esquema sequencial constitui um importante suporte para a orientação argumentativa e para a estruturação do plano de texto do gênero, tendo em vista a persuasão dos leitores.

A **sequência argumentativa**, como esperado, mostrou-se predominante na estrutura composicional dos manifestos, estando presente em todos os parágrafos constitutivos dos planos de texto, bem como nos títulos dos textos 1, 2 e 9. Essa ocorrência preponderante deve-se ao fato de essa macroproposição apresentar propriedades comuns a um texto pertencente à ordem do argumentar. Nesse caso, temos uma estrutura simplificada, baseada em um silogismo ou entimema, organizada por uma tese (MP. Arg. 1) e sustentada por uma (MP. Arg. 2). Essa estrutura, por meio de um procedimento argumentativo lógico-indutivo, encaminha para uma conclusão (MP. Arg. 3), a qual, admitida, reforça ou refuta (MP. Arg. 4) a tese evidenciada.

Em relação à incidência da sequência de base na composição dos parágrafos dos cinco manifestos, há algumas observações a fazer. No texto 1, notamos que o esquema clássico, correspondente ao protótipo da sequência argumentativa, é expresso de forma completa em todos os parágrafos, com uma relação de dados que conduz, progressivamente, a uma conclusão por meio do encadeamento (P.arg.1/P. arg. 2/P. arg. 3).

No texto 2, esse modelo esquemático apresenta-se completo apenas em alguns parágrafos, por exemplo, no terceiro, sétimo, nono e décimo parágrafos. Já nos textos 3, 6 e 9, o protótipo argumentativo aparece incompleto na totalidade dos planos de texto, exceto no nono parágrafo do texto 9.

Esse fato permite considerar o papel fundante das outras sequências no suporte às informações implícitas ou lacunais, que são, de todo modo, reforçadas pela presença desses outros segmentos na estruturação da orientação argumentativa dos parágrafos. Tendo em vista essa consideração, compreendemos que a ausência de um ou mais elementos do esquema sequencial argumentativo na organização dos parágrafos dos manifestos não compromete o encadeamento lógico-semântico local e global, voltado para a finalidade comunicativa desse gênero, uma vez que esses constituintes podem ser atualizados por outros encadeamentos sequenciais, como já elucidamos.

Para ratificar esse ponto de vista, convém evidenciarmos, no texto 2, os parágrafos em que o modelo esquemático da sequência argumentativa não se deu por completo: primeiro, segundo, quarto, quinto, sexto, oitavo, décimo primeiro e décimo segundo. Com exceção desses

dois últimos, o elemento ausente ou implícito foi a conclusão (P. arg. 3), que, por um processo de articulação inferencial, para efeito de sentido, pode ser recobrada pela própria conclusão do texto, preenchendo a lacuna do protótipo sequencial. Essa ocorrência ratifica o fundamento exposto por Adam (2019, p. 59) de que no “interior de um plano de texto, as diferentes sequências podem ser incompletas sem que a estrutura geral seja afetada por isso. Um plano de texto sempre pode vir a suplementar uma incompletude sequencial”.

Outro aspecto a ser destacado em relação ao texto 2, especificamente sobre a ocorrência incompleta do esquema da sequência argumentativa, diz respeito aos parágrafos onze e doze, os quais, como já mencionado na seção de análise, podem ser complementares, no sentido de formar uma unidade de sentido constituída pelo protótipo reduzido da sequência argumentativa [Dado>Conclusão].

Assim, o parágrafo onze esboça a tese “As nossas desigualdades são anticonstitucionais, injustas e matam” e o parágrafo doze traz a conclusão “[Assim] Juntas e juntos, poderemos reduzir as desigualdades para que o Brasil deixe de ser eternamente o país do futuro e seja finalmente o país do presente”. Tal constatação reforça a ideia de que esse esquema prototípico é flexível, não fixa uma ordem (ADAM, 2019, p. 164).

É interessante ressaltar que esse fato linguístico também acontece no texto 3, em que a estrutura macro dos parágrafos é organizada sem a conclusão. Todavia, o encerramento desses segmentos textuais ocorre pelo processo de ancoragem, em que a conclusão do texto pode ser tomada como elemento constituinte que finaliza os parágrafos.

Em se tratando do texto 6, a incompletude da sequência principal deu-se em razão de o plano de texto desse manifesto apresentar-se dividido em seis tópicos, estruturados com dois segmentos paragrafícos, em que o primeiro parágrafo expõe as proposições (P.arg.1, P. arg. 2 e P. arg. 4) e o segundo traz a conclusão (P. arg. 3). Tendo em vista essa organização, os tópicos, como unidade de sentido, pelo encadeamento resultante da soma entre as duas partes que os compõem, resultam no esquema argumentativo de base. Convém salientar, ainda, que a conclusão, referente ao sexto e último tópico exposto pelo texto, funciona também pelo processo de ancoragem, como fecho para o texto, por apresentar e legitimar um ponto de vista em relação aos argumentos expostos em defesa de atitudes e ações relacionadas à proteção dos animais.

No texto 9, o plano de texto, analisado sob uma perspectiva macroestrutural, revela a estrutura clássica de um texto dissertativo-argumentativo, assim, o parágrafo de conclusão resulta em uma dedução, baseada em uma linha de raciocínio que estabelece o encadeamento

das ideias apresentadas na introdução e pormenorizadas pelos argumentos no desenvolvimento do texto.

Diante do exposto, reiteramos que a sequência argumentativa é fundamental na constituição do manifesto, uma vez que esse gênero apresenta um traço comum aos textos argumentativos, qual seja, ter como foco convencer o leitor por meio de uma tese cujo objetivo é influenciar sua opinião e comportamento.

Nesse sentido, nos manifestos analisados, o protótipo da **sequência argumentativa** possibilitou a exposição das *teses* relacionadas ao *racismo*, às *desigualdades sociais*, ao *direito à moradia digna ao povo em situação de rua*, à *defesa dos animais* e à *disseminação de fake news*. Houve, assim, o desenvolvimento de argumentos sólidos para a defesa de posicionamentos e de reivindicações, com vistas à adesão dos leitores, mediante uma conclusão articulada a possíveis soluções ou alternativas para a problemática exposta.

Com menos recorrências que as sequências descritiva e argumentativa, identificamos, nos exemplares apresentados, a **sequência explicativa** (em estrutura homogênea ou heterogênea, isto é, coordenada com outra sequência). No texto 1, essa sequência integra-se ao segundo parágrafo e é representada pela estrutura (SE p, É PORQUE q), constituindo-se como (arg.2), “há um histórico de violência racista [...]”, isto é, como o princípio de base do dado (arg.1), “Não se trata de um caso isolado”, justificando o fato de não ser um caso isolado. O contexto aqui permite que o segmento possa ser expresso da seguinte forma: “Não se trata de um caso isolado, pois há um histórico de violência racista [...]”. Assim, no lugar do ponto que demarca a justaposição das estruturas sintáticas que, implicitamente, trazem um sentido explicativo-justificativo, pode figurar de forma explícita um conector explicativo.

Ainda no texto 1, no sexto parágrafo, referente à conclusão, constatamos a presença da sequência explicativa, expressa pelo modelo de base transformado, ou seja, estruturado em ordem inversa (É [PORQUE/POR] q QUE), que conduz à ideia de ser fundamental a adesão da sociedade à pauta desenvolvida.

No texto 2, o protótipo dessa sequência, dado pelas estruturas (SE p, É PORQUE q), (SE p, É PARA QUE q) e (SE p, É EM RAZÃO DE q), pode ser identificado no primeiro, terceiro, quinto e sétimo parágrafos, além de poder ser aplicado ao título do texto, mas na ordem inversa (É [PORQUE/POR] q QUE).

No primeiro parágrafo desse texto, a sequência explicativa baliza um escopo que justifica o problema precedente, relacionado à “probabilidade de mortes de coronavírus ser três vezes maior nas periferias do que nas regiões centrais”. No terceiro parágrafo, essa sequência explicita a razão que norteia o fato de as populações indígenas estarem expostas ao vírus da

Covid-19. No quinto parágrafo, ela aparece duas vezes para justificar aspectos voltados às desigualdades educacionais que atingem, sobretudo, as crianças. No sétimo parágrafo, o modelo sequencial explicativo desenvolve uma justificativa para o fato de as desigualdades gerarem conflitos, violência e exclusão social.

Observamos, ainda, que, nos manifestos 1 e 2, essa sequência tem significativa importância na composição dos temas-título, a base de cada parágrafo, visto que essas macroproposições explicativas foram utilizadas com o intuito de esclarecer as razões do racismo e das desigualdades sociais.

O modelo da sequência explicativa foi observado também nos manifestos 6 e 9. No texto 6, notamos esse esquema prototípico como recurso no terceiro e quarto parágrafos; naquele, a explicação revela que, em razão de apenas uma pequena parcela dos animais abandonados conseguirem um lar, o esforço das associações de proteção é inglório; neste, a explicação justifica a razão para que seja lançada ou proposta uma campanha de esterilização dos animais em situação de abandono, uma vez que os manifestantes não estão de acordo com a política atual de combate ao abandono dos animais, cujo princípio é o abate.

No texto 9, no sétimo, oitavo e décimo segundo parágrafos, a sequência explicativa não figura de forma explícita, ela é deduzida pelo esquema (SE p, É PORQUE q). No sétimo e oitavo parágrafos, esse esquema deixa claro que não há combate a *fake news* pela criação de um Ministério da Verdade, uma vez que não há a crença de que ele possa ser neutro; no décimo segundo parágrafo, esse modelo esquemático revela que, no momento de isolamento social, quando os debates acerca das *fake news* ocorrem de forma remota, sem audiências públicas presenciais, não é possível estabelecer discussões amplas, as quais constituem uma estratégia que possibilita o enfrentamento desse problema.

Desse modo, por meio das asserções instituídas pelas proposições p e q, podemos identificar o ponto de vista dos autores dos manifestos, o que corrobora o posicionamento de Adam (2011, p. 243) sobre essa sequência: “[...] ela tenta que o mundo seja visto pelo leitor ouvinte potencial, de acordo com a crença proposta pelo enunciador”.

Com base nas constatações relacionadas aos segmentos explicativos presentes nos textos 1, 2, 6 e 9, reconhecemos tanto as informações capazes de responder ao POR QUE, relativo às problemáticas expostas, quanto as justificativas e as medidas que podem ser aplicadas na solução ou no combate a essas questões.

Sob esse enfoque, a sequência textual explicativa contribuiu, com efeito, para a constituição da visada argumentativa dos manifestos analisados, a julgar pelas explicações e justificativas que nos permitiram perceber as dimensões desfavoráveis das situações-problema

colocadas pelas teses sustentadas pelos argumentos selecionados, que levam o leitor, de alguma forma, a refletir sobre certas atitudes e a adotar determinadas ações ou, ainda, a buscar soluções que possam resolver o problema exposto.

Menos frequente que as demais sequências textuais, a **sequência narrativa** foi identificada nos parágrafos constitutivos dos manifestos. No texto 1, essa estrutura aparece no primeiro parágrafo, com todos os elementos (Pn1 [m1], Pn2 [m2], Pn3 [m3], Pn4 [m4] e Pn5 [m5]), reportando à situação do assassinato de João Alberto Silveira Freitas, homem negro que morreu espancado por seguranças de um supermercado multinacional, na data em que se comemora o Dia da Consciência Negra.

No texto 2, o protótipo da sequência narrativa aparece no sexto e no oitavo parágrafos, contudo, de forma incompleta, apenas com os elementos estruturantes (Pn1 [m1], Pn2 [m2] e Pn3 [m3]). Esses elementos, respectivamente, delineiam a situação inicial (Pn1), que, em ambos os parágrafos, correspondem “ao fato de no passado ter havido alguns avanços relacionados à diminuição dos índices de desigualdades sociais”, o nó desencadeador (Pn2), que diz respeito ao fato de que “o país, mesmo diante de sutis avanços na erradicação de problemas relacionados à desigualdade, eles não progrediram”, que conduz a (Pn3), avaliações apresentadas no sexto parágrafo, “[...] nunca chegamos a abandonar o grupo dos países mais desiguais do planeta”, e no oitavo parágrafo, “os pequenos avanços alcançados nas últimas décadas têm desaparecido de forma veloz”.

No texto 3, a sequência narrativa é identificada no terceiro e no quarto parágrafos, em que há a exposição dos fatos relacionados à efetivação do direito à moradia para pessoas em situação de rua. Nesse sentido, reporta o leitor aos acontecimentos localizados no espaço e no tempo do “Seminário Direito à Moradia do Povo de Rua”, evento que reuniu algumas entidades públicas e a sociedade em defesa da moradia digna para a população que vive nas ruas.

No texto 6, o protótipo da sequência narrativa aparece no primeiro, terceiro, quinto, sétimo, nono (neste, com todos os elementos constituintes de base), décimo primeiro e décimo terceiro parágrafos, sendo que, do terceiro ao décimo terceiro, há a combinação com o protótipo da sequência descritiva. No primeiro parágrafo, a sequência narrativa apresenta os eventos relacionados ao dia dedicado aos animais, ponto de referência para as questões expostas sobre maus tratos e para a busca de medidas de proteção. Nos outros parágrafos já aludidos, esse esquema sequencial, como mencionado, articula-se à descrição, expondo uma sucessão de situações que evidenciam e ilustram casos de desrespeito aos animais.

Notamos, assim, que o emprego de macroproposições narrativas, em alguns parágrafos dos manifestos, revela que o ato de narrar, mesmo que se apresente combinado à descrição, à

argumentação e à explicação, está a serviço da argumentação, uma vez que o objetivo é convencer o leitor a aderir aos pontos de vista delineados e, conseqüentemente, à tese defendida, para, por fim, assinar o documento, uma indicação de sua concordância com o tema tratado.

O procedimento de análise que adotamos permitiu-nos compreender que as sequências textuais estão a serviço da propriedade argumentativa dos gêneros de visada argumentativa e que a heterogeneidade de sequências presentes na organização dos manifestos analisados ratifica o pressuposto defendido por Adam (2019, p. 202), segundo o qual, “[...] os textos reais atualizam de uma maneira mais ou menos precisa os protótipos de base”.

No que diz respeito ao plano de texto do manifesto, tendo em vista seu caráter argumentativo, observamos, nos textos analisados, maior incidência das sequências argumentativa e descritiva e menor incidência das sequências explicativa e narrativa. Contudo, esses modelos sequenciais contribuíram para a construção de efeitos de sentido e, com isso, para a orientação argumentativa dos manifestos. Tais aspectos estão diretamente articulados à finalidade comunicativa do gênero manifesto, que é expressar determinado ponto de vista, com o objetivo de sensibilizar ou de convencer o leitor sobre um dado problema, para que, assim, seja possível dar-lhe uma solução, em consonância com as sugestões propostas pelos manifestantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, a fim de vislumbrarmos perspectivas para o ensino da produção escrita de caráter argumentativo, propusemo-nos a analisar a estrutura composicional do gênero manifesto, considerando a organização do plano de texto e a ocorrência de sequências textuais, cujo imbricamento promove a orientação argumentativa do texto e sua construção de sentidos.

Para empreendermos este estudo, estabelecemos duas perguntas de pesquisa: 1) Como se organizam os planos de texto e as sequências textuais no gênero manifesto? e 2) Quais perspectivas o estudo desse gênero, no que se refere ao plano de texto e às sequências textuais, abre para o ensino da escrita argumentativa? A fim de respondê-las, definimos como objetivo geral analisar planos de texto e sequências textuais no gênero manifesto e refletir sobre seu uso no ensino do texto argumentativo no ensino médio, e como objetivos específicos 1) identificar, descrever e analisar planos de texto e sequências textuais no gênero manifesto e 2) refletir sobre como os planos de texto do gênero manifesto, em seus diferentes imbricamentos de sequências textuais, podem se constituir em importante estratégia para a abordagem da escrita argumentativa no ensino médio.

A análise do *corpus* permitiu-nos observar tanto a recorrência da sequência de base, a argumentativa, em todos os parágrafos dos planos de texto dos manifestos, como a incidência da sequência descritiva em todos os exemplares, mesmo não ocorrendo na totalidade dos parágrafos. Assim, notamos o efetivo imbricamento dos esquemas prototípicos dessas duas sequências, ainda que, em muitos casos, o esquema da sequência argumentativa figurasse incompleto em certos segmentos paragrafícos dos textos.

Essa constatação vai ao encontro do que defende Adam (2011). Para esse autor, no nível da textura composicional de um texto, sejam quais forem os objetos do discurso, a ocorrência de operações de base gera proposições descritivas que, agrupadas, formam períodos de extensão variável organizados segundo um plano de texto. Desse modo, quanto mais o protótipo da sequência argumentativa figurar completo, em relação a seus elementos constituintes, nas macroproposições formadoras dos parágrafos, mais provável será a ocorrência de operações descritivas, como exposto nos quadros 10, 11, 12 e 14.

Os resultados também revelaram a ocorrência não menos importante de outras sequências na organização dos parágrafos. Assim como a descrição, a explicação e a narração, expressas pelo esquema completo das sequências ou não, articuladas entre si ou não, como explicitado nos quadros 10 e 11 (SE/SN), 12 (SN), 13 (SE/SN) e 14 (SE), estão a serviço da sequência de base na organização da orientação argumentativa dos manifestos. Essa

constatação corrobora o ponto de vista de Adam (2019, p. 49), para quem os parágrafos “podem ser ou argumentativos, ou narrativos, ou descritivos, tratando-se, de fato, de parágrafos tipificados que combinam segmentos e sequências”.

No caso da sequência explicativa, observamos que ela aparece, invariavelmente, imbricada tanto à sequência de base quanto à sequência descritiva, assumindo a função de explicar os fatos, buscando esclarecê-los, com vistas a fazer com que a compreensão se efetive. Dessa maneira, é representada por esquemas constituídos de um período hipotético à esquerda seguido de uma explicação à direita. Quanto à sequência narrativa, ela também se mostrou imbricada às sequências argumentativa e descritiva, tendo como efeito a justaposição de propósitos, atos, avaliações, os quais desencadeiam problemas e soluções, no âmbito de um contínuo espaço-temporal.

Considerando o que destacamos, alinhamo-nos ao que salientam Marquesi, Cabral e Elias (2017, p. 15) no que se refere à ocorrência das sequências na organização do todo textual: “as sequências mantêm uma relação de dependência-independência; por isso é que dizemos que elas constituem entidades relativamente autônomas”. Na constituição dos parágrafos dos manifestos, de modo a conferir unidade de sentido a esses segmentos, notamos que as sequências textuais, ao figurarem combinadas, justapostas ou alternadas, mantêm entre si uma relação de dependência-independência e mostram relativa autonomia, como defendem as autoras.

Dessa forma, a presença tanto da sequência de base quanto das demais sequências, em seus arranjos esquemáticos, completos ou incompletos, na estruturação dos planos de textos dos manifestos, concorre para a construção da orientação argumentativa desse gênero, o que reforça a ideia de que “[...] a língua nos oferece possibilidades para a argumentação” (MARQUESI; CABRAL; RODRIGUES, 2020, p. 161).

O desenvolvimento desta pesquisa nos fez constatar, ainda, que os planos de texto do gênero manifesto podem apresentar padrões estruturais heterogêneos ou homogêneos, não baseados em modelos convencionais. Assim, ao identificarmos, descrevermos e analisarmos os planos de texto e as variações na estrutura composicional dos manifestos, perceptíveis, sobretudo, pela ocorrência das sequências textuais, notamos que esses elementos favorecem a ordenação do movimento argumentativo, assim como a coerência inerente à sua finalidade discursiva, que está consolidada à sua visada ilocucionária.

Sobre a visada ilocucionária, destacamos, mais uma vez, o pensamento de Adam (2019, p. 38), já que, segundo esse autor, no mínimo, uma visada ilocucionária do texto ou da sequência “permite estabelecer vínculos entre enunciados”. Essa noção o leva a destacar que é,

invariavelmente, difícil determinar com exatidão qual tipo sequencial um texto, em seu formato global, atualiza, levando-se em consideração que as proposições argumentativas, descritivas, explicativas e narrativas, articuladas, estabelecem representações esquemáticas do mundo, com vistas a “compartilhar uma crença com a finalidade de induzir um certo comportamento (sonhar, rir, chorar, indignar-se, revoltar-se, agir, etc.” (ADAM, 2019, p. 39)

As análises e as reflexões que desenvolvemos, assim como a discussão de resultados que empreendemos, permitem-nos considerar que o estudo da organização composicional do gênero manifesto constitui uma importante estratégia de ensino da escrita argumentativa, visto que é “[...] menos interessante dizer que um discurso, por exemplo, político é do ‘tipo argumentativo’ do que examinar sua dinâmica, atentando para o modo como sequências e períodos se articulam no seio de um plano de texto global” (ADAM, 2019, p. 302).

Essas considerações nos possibilitam estabelecer relações com o ensino na realidade educacional em que atuamos, explicitada no capítulo 1, e sugerir, como estratégia para o ensino da produção de textos argumentativos, na 3ª série do ensino médio técnico integrado do IFAP, a seguinte sequência de atividades, que se organizam em cinco momentos, compreendendo dez etapas, a saber:

1º momento (centrado no professor):

- Etapa 1: Desenvolver um estudo sobre os princípios da LT e da ATD referentes aos conceitos de plano de texto e de sequências textuais, como também acerca da abordagem da argumentação e do gênero manifesto.

A partir desse referencial teórico:

- Etapa 2: Selecionar dois manifestos a serem estudados.

2º momento (centrado no aluno):

- Etapa 3: Ler e realizar a análise de dois manifestos, identificando e descrevendo as sequências textuais presentes nos parágrafos que organizam seus planos de texto.
- Etapa 4: Destacar quais sequências textuais são mais recorrentes em cada parágrafo constitutivo dos manifestos.
- Etapa 5: Explicar de que forma as sequências presentes em cada parágrafo dos manifestos contribuem para que seja alcançado o propósito comunicativo desse gênero, tendo em vista os elementos constitutivos de cada esquema sequencial.
- Etapa 6: Explicar como as sequências textuais apoiam tanto a exposição quanto a defesa de um ponto de vista.

3º momento (centrado no aluno):

- Etapa 7: Escolher um dos manifestos e planejar a escrita de um texto argumentativo sobre o tema nele tratado.

- Etapa 8: Produzir o texto.

4º momento (centrado no professor):

- Etapa 9: Corrigir os textos e dar devolutiva para os alunos.

5º momento (centrado no conjunto professor e classe):

- Etapa 10: Discutir a organização de cinco textos produzidos pela classe, com foco nos planos de texto, nas sequências textuais e na orientação argumentativa dos textos produzidos.

Acreditamos que o conjunto das dez etapas propostas, em seus cinco momentos, constituem uma estratégia que pode viabilizar uma abordagem eficaz para o ensino da escrita argumentativa no ensino médio, tal como aqui enfocado.

Ao concluirmos esta tese, consideramos confirmada a hipótese de que o estudo do plano de texto e das sequências textuais que compõem o gênero manifesto abre perspectivas para o ensino da escrita argumentativa no ensino médio, assim como alcançados os objetivos estabelecidos para a pesquisa realizada. Novas etapas investigativas permitirão a continuidade do estudo, tomando como ponto de partida os procedimentos teórico-analíticos adotados, os quais poderão orientar tanto a pesquisa quanto o ensino da escrita do texto argumentativo.

REFERÊNCIAS

ABREU, Antônio Suárez. **A arte de argumentar**: gerenciamento razão e emoção. 13 ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2009.

ADAM, Jean-Michel. **A linguística textual**: introdução à análise textual dos discursos. 2. ed. rev. aum. São Paulo: Cortez, 2011.

ADAM, Jean-Michel. **Textos, tipos e protótipos**. São Paulo: Contexto, 2019.

AGUIAR, Andréa Pisan Soares; MARQUESI, Sueli Cristina. Escrita, revisão e reescrita de textos acadêmicos: o encadeamento entre parágrafos. **Verbum**, v. 8, n. 2, p. 90-109, set. 2019. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/verbum/article/viewFile/44920/pdf>. Acesso em: 22 abr. 2021.

AMOSSY, Ruth. **A argumentação no discurso**. Trad. Angela M. S. Corrêa et al. São Paulo: Contexto, 2018.

BORTULUCCE, Vanessa Beatriz. O Manifesto como Poética da Modernidade. **Revista Literatura e Sociedade**, v. 21, p. 5-17, ago.-nov. 2015. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/wp/revistas-de-a-z/literatura-e-sociedade/>. Acesso em: 20 out. 2021.

BRASIL. Instituto de Federal do Amapá. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)** - (2014-2018), 2013.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**: Ensino Médio. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017.

CABRAL, Ana Lúcia Tinoco. Linguística Textual e Teoria da Argumentação na Língua: texto e língua em diálogo. In: CAPISTRANO JÚNIOR, Rivaldo; LINS, Maria da Penha Pereira; ELIAS, Vanda Maria (org.). **Linguística textual**: diálogos interdisciplinares. São Paulo: Labrador, 2017, p. 239-262.

CABRAL, Ana Lúcia Tinoco. Perspectivas da análise textual dos discursos para a prática da escrita argumentativa na escola: planos de texto, sequências textuais e estratégias linguísticas nas redes sociais. In: GOMES, Alessandro Teixeira; PASSEGGI, Luis; RODRIGUES, Maria das Graças Soares (org.). **Análise Textual dos Discursos**: perspectivas teóricas e metodológicas. Coimbra: Grácio Editor, 2018, p. 93-107.

CABRAL, Ana Lúcia Tinoco. O conceito de plano de texto: contribuições para o processo de planejamento da produção escrita. **Revista Linha d'Água**, v. 2, n. 26, p. 241-259, 2013. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/linhadagua/index>. Acesso em: 9 abr. 2021.

FÁVERO, Leonor Lopes; KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **Linguística textual**: introdução. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

FIORIN, José Luiz. **Argumentação**. São Paulo: Contexto, 2015.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **Introdução à linguística textual**: trajetória e grandes temas. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2015.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Escrever e argumentar**. São Paulo: Contexto, 2016.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Linguística de texto**: o que é e como se faz? São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

MARQUESI, Sueli Cristina. **A organização do texto descritivo em língua portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

MARQUESI, Sueli Cristina. Linguística Textual e Análise Textual dos Discursos: sequências descritivas em progressão textual em foco. In: CAPISTRANO JÚNIOR, Rivaldo; LINS, Maria da Penha Pereira; ELIAS, Vanda Maria (org.). **Linguística Textual**: diálogos interdisciplinares. São Paulo: Labrador, 2017. p. 279-298.

MARQUESI, Sueli Cristina; CABRAL, Ana Lúcia Tinoco. Linguística Textual e novas tecnologias. In: SOUZA, Edson Rosa Francisco de; PENHAVAL, Eduardo; CINTRA, Marcos Rogério. (Org.) **Linguística Textual**: interfaces e delimitações: homenagem a Ingedore Grünfeld Villaça Koch. São Paulo: Cortez, 2017. p. 476-506.

MARQUESI, Sueli Cristina; ELIAS, Vanda Maria; CABRAL, Ana Lúcia Tinoco. Planos de texto, sequências textuais e orientação argumentativa. In: MARQUESI, Sueli Cristina; PAULIUKONIS, Aparecida Lino; ELIAS, Vanda Maria (org.). **Linguística Textual e ensino**. São Paulo: Contexto, 2017. p. 13-32.

MARQUESI, Sueli Cristina; CABRAL, Ana Lúcia Tinoco; RODRIGUES, Maria das Graças Soares. Escrita acadêmica: argumentação e efeitos de sentido. In: OLIVEIRA, Esther Gomes de et al. (org.). **Discurso e argumentação**: tecendo os efeitos de sentido. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020. p. 159-182.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Trad., org., pref. Edmilson Costa. Bauru, SP: EDIPRO, 2011.

MEYER, Bernard. **A arte de argumentar**: com exercícios corrigidos. Trad. Ivone C. Benedetti. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2008.

PÊGO, Alison Leal. O manifesto como gênero textual. In: DELL'ISOLA, Regina Lúcia Péret (org.) **Nos domínios dos gêneros textuais**. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2009. v. 1. p. 57-61.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação**: a nova retórica. Trad. Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. 3. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014.

PLANTIN, Christian. **A argumentação**. Trad. Marcos Marciolino. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

SANTOS, Eli. Manifesto: um gênero para o exercício da cidadania. In: DELL'ISOLA, Regina Lúcia Péret. **Nos domínios dos gêneros textuais**. Belo Horizonte: ALE/UFMG, 2009. v. 1. p. 62-66.

REFERÊNCIAS – MANIFESTOS

AÇÃO BRASILEIRA DE COMBATE ÀS DESIGUALDADES. **A desigualdade mata: chamado à ação**. s.d. Disponível em: <https://www.abcdbr.org/manifesto>. Acesso em: 10 jul. 2020.

AÇÃO BRASILEIRA DE COMBATE ÀS DESIGUALDADES et al. **Intolerável e criminoso: o racismo mata e precisa ser punido e combatido**. s. d. Disponível em: <https://www.abcdbr.org/nota-dia-da-conscincia-negra>. Acesso em: 10 jul. 2020.

AÇÃO POPULAR SOCIALISTA et al. **Manifesto contra o retorno das aulas presenciais na pandemia**. s. d. Disponível em: <https://eshoje.com.br/wp-content/uploads/2020/07/Manifesto-contr-a-reabertura-das-escolas-ASSINADA.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2020.

AMIGOS DOS AÇORES. **Manifesto em defesa dos animais**. 4 out. 2010. Disponível em: <http://www.amigosdosacores.pt/noticias/manifesto-em-defesa-dos-animais>. Acesso em: 14 jul. 2021.

ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL et al. **Desvalorizar o meio ambiente é um risco para todo brasileiro**. s. d. Disponível em: https://www.wwf.org.br/informacoes/noticias_meio_ambiente_e_natureza/?67982/WWF-Brasil-e-outras-28-entidades-lancam-carta-sobre-debate-socioambiental-nas-eleicoes. Acesso em: 30 jul. 2020.

CENTRO DE ESTUDOS DA MÍDIA ALTERNATIVA BARÃO DE ITARARÉ et al. **Democracia se constrói com informação de qualidade, sem censura e sem fake News**. 25 maio 2020. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/jornalistas-veiculos-e-entidades-assinam-manifesto-contr-a-censura-e-fake-news-a508>. Acesso em: 24 ago. 2020.

COLÉGIO DINÂMICO. **Manifesto Violência contra as mulheres**. Disponível em: <https://docplayer.com.br/189228763-Colegio-dinamico-redacao-2o-a-b-c-profa-adriane-genero-textual-manifesto-livro-novo-capitulo-7-pag-572.html>. Acesso em: 14 jul. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Manifesto brasileiro de apoio ao acesso livre à informação científica**. s. d. Disponível em: <https://livroaberto.ibict.br/Manifesto.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2020.

NÚCLEO ESPECIALIZADO DE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO et al. **Manifesto em Defesa de moradia digna para pessoas em situação de rua**. 22. jun. 2017. Disponível em: <https://www.nossasaopaulo.org.br/2017/06/22/organizacoes-divulgam-manifesto-em-defesa-de-moradia-digna-para-pessoas-em-situacao-de-rua/>. Acesso em: 20 jul. 2020.

PROJETO REDAÇÃO NOTA 1000. **Manifesto em repúdio contra o bullying e cyberbullying**. 18. jun. 2020. Disponível em: <https://projetoredacaonota1000.com.br/manifesto-em-repudio-contra-o-bullying-e-cyberbullying-t16367.html>. Acesso em: 14 jul. 2020.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 - Questionário de Pesquisa 1



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM LÍNGUA PORTUGUESA

Este questionário tem objetivo estritamente acadêmico-científico, desta forma, as informações coletadas serão usadas para definição do corpus da pesquisa. Sendo assim, tais dados não serão utilizados para outros fins e/ou para outros meios, nem, tampouco, intenciona identificar os respondentes.

Agradeço a sua disposição em colaborar com a pesquisa em andamento.

1. Sobre o respondente:

1.1 Escolaridade: () 3º Grau completo () Especialista () Mestrado em andamento
(x) Mestrado completo () Doutorado em andamento () Doutorado completo

1.2 Série correspondente ao Ensino Médio com a qual você trabalha atualmente:

() 1ª () 2ª (x) 3ª () todas

2. Sabemos que o manifesto é uma forma comunicativa pela qual um grupo, de forma coletiva, expressa seus pensamentos sobre um determinado tema posto em pauta. Levando em consideração esse pressuposto, qual viés temático você, em consonância com a realidade da clientela do IFAP, considera importante para ser explorado em sala de aula:

Aquele(s) de ordem:

() social

() política

() cultural

() econômica

() artística

(x) todos são importantes, visto que contribuem para a formação da consciência política do(s) estudante(s).

3. Relativamente às orientações da BNCC para o ensino médio, observamos que este documento, no que se refere aos gêneros discursivos/textuais sugeridos, não faz menção explícita específica ao Manifesto, contudo, aponta caminhos que oferecem bases para a edificação do discurso argumentativo oral e escrito. Diante disso, para você, há contribuições relativas ao ensino da estrutura, do estilo e do tema do manifesto para o desenvolvimento da escrita argumentativa do aluno do ensino médio?

Sim (x) Não ()

4. Ao trabalhar com manifesto em sala de aula como instrumento-suporte para o ensino da escrita argumentativa, quais dos aspectos dispostos abaixo, você elege/considera relevantes:

() conceitos e conhecimentos voltados para a estrutura, temática e estilo peculiares a esse gênero.

() destacar a importância dos elementos estruturais de textualização e de textualidade para garantir que seja alcançado o efetivo propósito de dizer do produtor na materialização do texto.

(x) deixar claro ao estudante que ao planejar o texto, o produtor deve buscar maneiras/recursos que cooperem para que o suposto leitor faça inferências e deduções que estejam alinhadas às ideias e às propostas difundidas e, com efeito, possa aderir ou não a elas.

(x) o exercício da capacidade de expressão escrita fundada em posicionamentos convincentes, articulados não só uso da modalidade padrão como também a outros usos sociais situados da língua.

() formulação e escolha de argumentos firmados em bases científicas atinentes aos ideais comuns a determinado grupo social e que respeitem os direitos humanos.

(x) colocação de questões sociais problemáticas em pauta com vistas a alcançar alternativas e/ou possíveis soluções.

5. Tendo em vista que o manifesto é um gênero de natureza argumentativa, para você, além da sequência argumentativa, que outras sequências contribuem para a constituição do movimento argumentativo que o configura:

() narrativa

() descritiva

() explicativa

() dialogal

(x) todas, porquanto tanto a argumentativa como as outras, no que concerne às suas especificidades sintáticas e semânticas, podem subsidiar o processo que circunscreve o percurso e/ou contínuo que leva à configuração da argumentação peculiar a esse gênero.

APÊNDICE 2 - Questionário de Pesquisa 2



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM LÍNGUA PORTUGUESA

Este questionário tem objetivo estritamente acadêmico-científico, desta forma, as informações coletadas serão usadas para definição do corpus da pesquisa. Sendo assim, tais dados não serão utilizados para outros fins e/ou para outros meios, nem, tampouco, intenciona identificar os respondentes.

Agradeço a sua disposição em colaborar com a pesquisa em andamento.

1. Sobre o respondente:

1.1 Escolaridade: () 3º Grau completo () Especialista () Mestrado em andamento
(x) Mestrado completo () Doutorado em andamento () Doutorado completo

1.2 Série correspondente ao Ensino Médio com a qual você trabalha atualmente:

() 1ª () 2ª () 3ª (x) todas

2. Sabemos que o manifesto é uma forma comunicativa pela qual um grupo, de forma coletiva, expressa seus pensamentos sobre um determinado tema posto em pauta. Levando em consideração esse pressuposto, qual viés temático você, em consonância com a realidade da clientela do IFAP, considera importante para ser explorado em sala de aula:

Aquele(s) de ordem:

(x) social

() política

(x) cultural

() econômica

() artística

() todos são importantes, visto que contribuem para a formação da consciência política do(s) estudante(s).

3. Relativamente às orientações da BNCC para o ensino médio, observamos que este documento, no que se refere aos gêneros discursivos/textuais sugeridos, não faz menção explícita específica ao Manifesto, contudo, aponta caminhos que oferecem bases para a edificação do discurso argumentativo oral e escrito. Diante disso, para você, há contribuições relativas ao ensino da estrutura, do estilo e do tema do manifesto para o desenvolvimento da escrita argumentativa do aluno do ensino médio?

Sim (x) Não ()

4. Ao trabalhar com manifesto em sala de aula como instrumento-suporte para o ensino da escrita argumentativa, quais dos aspectos dispostos abaixo, você elege/considera relevantes:

() conceitos e conhecimentos voltados para a estrutura, temática e estilo peculiares a esse gênero.

() destacar a importância dos elementos estruturais de textualização e de textualidade para garantir que seja alcançado o efetivo propósito de dizer do produtor na materialização do texto.

(x) deixar claro ao estudante que ao planejar o texto, o produtor deve buscar maneiras/recursos que cooperem para que o suposto leitor faça inferências e deduções que estejam alinhadas às ideias e às propostas difundidas e, com efeito, possa aderir ou não a elas.

() o exercício da capacidade de expressão escrita fundada em posicionamentos convincentes, articulados não só uso da modalidade padrão como também a outros usos sociais situados da língua.

() formulação e escolha de argumentos firmados em bases científicas atinentes aos ideais comuns a determinado grupo social e que respeitem os direitos humanos.

(x) colocação de questões sociais problemáticas em pauta com vistas a alcançar alternativas e/ou possíveis soluções.

5. Tendo em vista que o manifesto é um gênero de natureza argumentativa, para você, além da sequência argumentativa, que outras sequências contribuem para a constituição do movimento argumentativo que o configura:

() narrativa

() descritiva

(x) explicativa

(x) dialogal

() todas, porquanto tanto a argumentativa como as outras, no que concerne às suas especificidades sintáticas e semânticas, podem subsidiar o processo que circunscreve o percurso e/ou contínuo que leva à configuração da argumentação peculiar a esse gênero.

APÊNDICE 3 - Questionário de Pesquisa 3



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM LÍNGUA PORTUGUESA

Este questionário tem objetivo estritamente acadêmico-científico, desta forma, as informações coletadas serão usadas para definição do corpus da pesquisa. Sendo assim, tais dados não serão utilizados para outros fins e/ou para outros meios, nem, tampouco, intenciona identificar os respondentes.

Agradeço a sua disposição em colaborar com a pesquisa em andamento.

1. Sobre o respondente:

1.1 Escolaridade: () 3º Grau completo (x) Especialista () Mestrado em andamento
() Mestrado completo () Doutorado em andamento () Doutorado completo

1.2 Série correspondente ao Ensino Médio com a qual você trabalha atualmente:

() 1ª () 2ª () 3ª (x) todas

2. Sabemos que o manifesto é uma forma comunicativa pela qual um grupo, de forma coletiva, expressa seus pensamentos sobre um determinado tema posto em pauta. Levando em consideração esse pressuposto, qual viés temático você, em consonância com a realidade da clientela do IFAP, considera importante para ser explorado em sala de aula:

Aquele(s) de ordem:

(x) social

(x) política

(x) cultural

() econômica

() artística

() todos são importantes, visto que contribuem para a formação da consciência política do(s) estudante(s).

3. Relativamente às orientações da BNCC para o ensino médio, observamos que este documento, no que se refere aos gêneros discursivos/textuais sugeridos, não faz menção explícita específica ao Manifesto, contudo, aponta caminhos que oferecem bases para a edificação do discurso argumentativo oral e escrito. Diante disso, para você, há contribuições relativas ao ensino da estrutura, do estilo e do tema do manifesto para o desenvolvimento da escrita argumentativa do aluno do ensino médio?

Sim () Não (x)

4. Ao trabalhar com manifesto em sala de aula como instrumento-suporte para o ensino da escrita argumentativa, quais dos aspectos dispostos abaixo, você eleger/considera relevantes:

(x) conceitos e conhecimentos voltados para a estrutura, temática e estilo peculiares a esse gênero.

(x) destacar a importância dos elementos estruturais de textualização e de textualidade para garantir que seja alcançado o efetivo propósito de dizer do produtor na materialização do texto.

() deixar claro ao estudante que ao planejar o texto, o produtor deve buscar maneiras/recursos que cooperem para que o suposto leitor faça inferências e deduções que estejam alinhadas às ideias e às propostas difundidas e, com efeito, possa aderir ou não a elas.

() o exercício da capacidade de expressão escrita fundada em posicionamentos convincentes, articulados não só uso da modalidade padrão como também a outros usos sociais situados da língua.

(x) formulação e escolha de argumentos firmados em bases científicas atinentes aos ideais comuns a determinado grupo social e que respeitem os direitos humanos.

(x) colocação de questões sociais problemáticas em pauta com vistas a alcançar alternativas e/ou possíveis soluções.

5. Tendo em vista que o manifesto é um gênero de natureza argumentativa, para você, além da sequência argumentativa, que outras sequências contribuem para a constituição do movimento argumentativo que o configura:

() narrativa

() descritiva

(x) explicativa

(x) dialogal

() todas, porquanto tanto a argumentativa como as outras, no que concerne às suas especificidades sintáticas e semânticas, podem subsidiar o processo que circunscreve o percurso e/ou contínuo que leva à configuração da argumentação peculiar a esse gênero.

APÊNDICE 4 - Questionário de Pesquisa 4

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM LÍNGUA PORTUGUESA

Este questionário tem objetivo estritamente acadêmico-científico, desta forma, as informações coletadas serão usadas para definição do corpus da pesquisa. Sendo assim, tais dados não serão utilizados para outros fins e/ou para outros meios, nem, tampouco, intenciona identificar os respondentes.

Agradeço a sua disposição em colaborar com a pesquisa em andamento.

1. Sobre o respondente:

1.1 Escolaridade: () 3º Grau completo () Especialista () Mestrado em andamento
(X) Mestrado completo () Doutorado em andamento () Doutorado completo

1.2 Série correspondente ao Ensino Médio com a qual você trabalha atualmente:

() 1ª (X) 2ª () 3ª () todas

2. Sabemos que o manifesto é uma forma comunicativa pela qual um grupo, de forma coletiva, expressa seus pensamentos sobre um determinado tema posto em pauta. Levando em consideração esse pressuposto, qual viés temático você, em consonância com a realidade da clientela do IFAP, considera importante para ser explorado em sala de aula:

Aquele(s) de ordem:

- () social
- () política
- () cultural
- () econômica

() artística

(X) todos são importantes, visto que contribuem para a formação da consciência política do(s) estudante(s).

3. Relativamente às orientações da BNCC para o ensino médio, observamos que este documento, no que se refere aos gêneros discursivos/textuais sugeridos, não faz menção explícita específica ao Manifesto, contudo, aponta caminhos que oferecem bases para a edificação do discurso argumentativo oral e escrito. Diante disso, para você, há contribuições relativas ao ensino da estrutura, do estilo e do tema do manifesto para o desenvolvimento da escrita argumentativa do aluno do ensino médio?

Sim (X) Não ()

4. Ao trabalhar com manifesto em sala de aula como instrumento-suporte para o ensino da escrita argumentativa, quais dos aspectos dispostos abaixo, você elege/considera relevantes:

(X) conceitos e conhecimentos voltados para a estrutura, temática e estilo peculiares a esse gênero.

(X) destacar a importância dos elementos estruturais de textualização e de textualidade para garantir que seja alcançado o efetivo propósito de dizer do produtor na materialização do texto.

(X) deixar claro ao estudante que ao planejar o texto, o produtor deve buscar maneiras/recursos que cooperem para que o suposto leitor faça inferências e deduções que estejam alinhadas às ideias e às propostas difundidas e, com efeito, possa aderir ou não a elas.

() o exercício da capacidade de expressão escrita fundada em posicionamentos convincentes, articulados não só uso da modalidade padrão como também a outros usos sociais situados da língua.

(X) formulação e escolha de argumentos firmados em bases científicas atinentes aos ideais comuns a determinado grupo social e que respeitem os direitos humanos.

() colocação de questões sociais problemáticas em pauta com vistas a alcançar alternativas e/ou possíveis soluções.

5. Tendo em vista que o manifesto é um gênero de natureza argumentativa, para você, além da sequência argumentativa, que outras sequências contribuem para a constituição do movimento argumentativo que o configura:

() narrativa

☒ (X) descritiva

☒ (X) explicativa

☐ () dialogal

☐ () todas, porquanto tanto a argumentativa como as outras, no que concerne às suas especificidades sintáticas e semânticas, podem subsidiar o processo que circunscreve o percurso e/ou contínuo que leva à configuração da argumentação peculiar a esse gênero.

APÊNDICE 5 - Questionário de Pesquisa 5

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM LÍNGUA PORTUGUESA

Este questionário tem objetivo estritamente acadêmico-científico, desta forma, as informações coletadas serão usadas para definição do corpus da pesquisa. Sendo assim, tais dados não serão utilizados para outros fins e/ou para outros meios, nem, tampouco, intenciona identificar os respondentes.

Agradeço a sua disposição em colaborar com a pesquisa em andamento.

1. Sobre o respondente:

1.1 Escolaridade: () 3º Grau completo () Especialista () Mestrado em andamento
(x) Mestrado completo () Doutorado em andamento () Doutorado completo

1.2 Série correspondente ao Ensino Médio com a qual você trabalha atualmente:

() 1ª () 2ª () 3ª (x) todas

2. Sabemos que o manifesto é uma forma comunicativa pela qual um grupo, de forma coletiva, expressa seus pensamentos sobre um determinado tema posto em pauta. Levando em consideração esse pressuposto, qual viés temático você, em consonância com a realidade da clientela do IFAP, considera importante para ser explorado em sala de aula:

Aquele(s) de ordem:

() social

() política

() cultural

() econômica

() artística

(x) todos são importantes, visto que contribuem para a formação da consciência política do(s) estudante(s).

3. Relativamente às orientações da BNCC para o ensino médio, observamos que este documento, no que se refere aos gêneros discursivos/textuais sugeridos, não faz menção explícita específica ao Manifesto, contudo, aponta caminhos que oferecem bases para a edificação do discurso argumentativo oral e escrito. Diante disso, para você, há contribuições relativas ao ensino da estrutura, do estilo e do tema do manifesto para o desenvolvimento da escrita argumentativa do aluno do ensino médio?

Sim () Não (x)

4. Ao trabalhar com manifesto em sala de aula como instrumento-suporte para o ensino da escrita argumentativa, quais dos aspectos dispostos abaixo, você elege/considera relevantes:

() conceitos e conhecimentos voltados para a estrutura, temática e estilo peculiares a esse gênero.

(x) destacar a importância dos elementos estruturais de textualização e de textualidade para garantir que seja alcançado o efetivo propósito de dizer do produtor na materialização do texto.

(x) deixar claro ao estudante que ao planejar o texto, o produtor deve buscar maneiras/recursos que cooperem para que o suposto leitor faça inferências e deduções que estejam alinhadas às ideias e às propostas difundidas e, com efeito, possa aderir ou não a elas.

(x) o exercício da capacidade de expressão escrita fundada em posicionamentos convincentes, articulados não só uso da modalidade padrão como também a outros usos sociais situados da língua.

() formulação e escolha de argumentos firmados em bases científicas atinentes aos ideais comuns a determinado grupo social e que respeitem os direitos humanos.

(x) colocação de questões sociais problemáticas em pauta com vistas a alcançar alternativas e/ou possíveis soluções.

5. Tendo em vista que o manifesto é um gênero de natureza argumentativa, para você, além da sequência argumentativa, que outras sequências contribuem para a constituição do movimento argumentativo que o configura:

() narrativa

- ☐ descritiva
- ☐ explicativa
- ☐ dialogal

(x) todas, porquanto tanto a argumentativa como as outras, no que concerne às suas especificidades sintáticas e semânticas, podem subsidiar o processo que circunscreve o percurso e/ou contínuo que leva à configuração da argumentação peculiar a esse gênero.

ANEXOS

ANEXO 1: Manifesto 1

Título: Intolerável e criminoso: O racismo mata e precisa ser punido e combatido
1º (§) No país da desigualdade e do racismo genocida, o Dia da Consciência Negra começa assim: abrindo os jornais, tomamos conhecimento de que João Alberto Silveira Freitas, um homem negro, morreu espancado por seguranças terceirizados de um supermercado multinacional – o Carrefour. No país da desigualdade e do racismo genocida, o Dia da Consciência Negra começa assim: abrindo os jornais, tomamos conhecimento de que João Alberto Silveira Freitas, um homem negro, morreu espancado por seguranças terceirizados de um supermercado multinacional – o Carrefour.
2º (§) Trata-se, sem dúvida, de um assassinato criminoso, que deixa um rastro de dor e trauma para quem fica e luta. Mas devemos ter a responsabilidade de olhar além. No caso em questão, o que grita é um padrão: o padrão racista de uma sociedade que dirige violência moral, física e simbólica contra a sua população negra cotidianamente. Não se trata de um “caso isolado”, há um histórico de violência racista – e, portanto, criminoso - dentro da mesma cadeia de supermercados Carrefour.
3º (§) As redes, organizações e movimentos abaixo assinados solidarizam-se com a família de João Alberto e com todas as pessoas negras de nosso país, sujeitas diariamente à violência ocasionada pelo racismo.
4º (§) O racismo, apesar de ser crime, é estrutural no Brasil, e precisamos agir estruturalmente para combatê-lo – por meio de ações afirmativas e de reparação, além da adoção de outras políticas públicas que combatam a desigualdade racial. Mas o racismo estrutural se manifesta também individualmente. Quem sofre essa violência são pessoas, e são pessoas que a cometem.
5º (§) Por isso, clamamos todas as cidadãs e cidadãos do Brasil a se unir ao movimento negro em sua luta de séculos pelo fim do racismo. Exigimos que providências jurídicas sejam tomadas contra os seguranças que mataram João Alberto e contra quem assistiu ao crime sem nada fazer. Exigimos que o Carrefour seja responsabilizado pelas ações de seus prepostos que estão matando pessoas negras. Exigimos que os acionistas do Carrefour se posicionem e exijam políticas afirmativas internas que promovam o antirracismo em todos os âmbitos da empresa.
6º (§) A adesão da sociedade civil a essa pauta é fundamental, pois, como salienta a Coalizão Negra Por Direitos, enquanto houver racismo não haverá democracia. <u>https://www.abcdbr.org/nota-dia-da-conscincia-negra</u>

ANEXO 2: Manifesto 2

Título: A desigualdade mata: chamado à ação
A desigualdade mata: chamado à ação
1º (§) A atual pandemia de Covid-19 tem não apenas colocado em evidência como também acirrado ainda mais as desigualdades extremas do Brasil. De acordo com dados da Prefeitura de São Paulo, por exemplo, a probabilidade de morrer de coronavírus é três a dez vezes maior nas periferias do que nas regiões centrais da capital. Seja por impossibilidade de seguir as medidas de isolamento social (já que precisam continuar trabalhando ou porque vivem em moradias mais densas ou precárias), seja por ter mais dificuldade de acessar serviços de saúde, os mais atingidos são justamente aqueles que já estavam em situação de maior vulnerabilidade social. E, quando adoecem de forma grave, são os mais vulneráveis que têm menos acesso aos tratamentos necessários para salvar suas vidas. Três quartos dos brasileiros não têm plano de saúde, dependendo inteiramente do SUS, mas apenas metade dos 55.101 leitos de UTI do país são do sistema público. Ou seja, a outra metade dos leitos está reservada ao quarto da população que tem acesso a hospitais privados.
2º (§) A dificuldade no acesso à saúde também atinge desproporcionalmente a população negra. Quase 70% dos que dependem exclusivamente do SUS se autodeclaram negros, e dados do Ministério da Saúde indicam que o Covid-19 tem sido significativamente mais letal entre essa população, seja pela dificuldade de acessar serviços de saúde ou pela presença anterior de comorbidades já resultantes de desigualdades. Em São Paulo, o risco de morrer de coronavírus é 62% maior entre negros, se comparado ao da população branca.
3º (§) Populações indígenas também estão sendo expostas ao vírus por causa do garimpo e outras atividades ilegais em suas terras. De acordo com estudo da Unicamp, 13 terras indígenas têm vulnerabilidade considerada crítica, e 85, vulnerabilidade intensa, sendo que cortes recentes no sistema de atendimento básico de saúde como o Programa Mais Médicos diminuíram drasticamente o número de profissionais de saúde atuantes nesses territórios.
4º (§) Ademais, segundo estudo do Instituto de Estudos para Políticas de Saúde, a distribuição desigual dos leitos públicos pelo território nacional significa que quase 15% da população brasileira dependente do SUS não conta com leitos de UTI na região em que reside. No Amazonas, por exemplo, só há unidades de tratamento intensivo na capital, Manaus, onde a ocupação de leitos de UTI para covid-19 já chegou a 100%. Situação semelhante ocorre em Belém.
5º (§) As desigualdades sublinhadas e intensificadas pela pandemia não se restringem ao terreno da saúde. Segundo estudo do Cebrap, as mulheres e a população negra são os mais atingidos pela crise do coronavírus por já estar em situação mais desfavorável, representando a maior parte dos trabalhadores informais ou trabalhando nas atividades econômicas mais afetadas pelas políticas de isolamento social. Desigualdades educacionais também estão sendo acirradas, já que crianças que habitam em moradias mais densas e com menos acesso a equipamentos eletrônicos e à internet são desproporcionalmente afetadas pelo fechamento das escolas. Além disso, seus pais têm menos disponibilidade para ajudá-las com as tarefas, já que grande parte deles precisa continuar trabalhando fora de casa.
6º (§) O fato é que a crise do coronavírus apenas torna mais evidente um quadro crônico de desigualdades extremas. Apesar de a Constituição determinar que um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil seja "erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais" e de termos conseguido atingir alguma redução em nossos índices de iniquidade nos anos 2000 e início dos anos 2010, nunca chegamos a abandonar o grupo dos países mais desiguais do planeta. A nossa estrutura econômica e tributária, assim como uma série de políticas públicas e de ações da sociedade resultaram numa extraordinária concentração de renda, riqueza e poder.
7º (§) As nossas desigualdades estão estruturadas a partir da intersecção do racismo e da opressão de gênero, além da exclusão de grupos vulneráveis, tais como idosos e pessoas em situação de pobreza e com deficiências. Elas geram conflitos, violência e exclusão social, eliminando a possibilidade de resgatar valores básicos e fundamentais de diversidade e equidade, e impossibilitam o crescimento econômico sustentável e a construção de uma sociedade inclusiva e igualitária. E, nos últimos anos, a tendência de queda da iniquidade não só estagnou como vem se revertendo.
8º (§) Mesmo antes da pandemia, o país já vivia um momento de retrocessos sociais, políticos, ambientais, econômicos e culturais em grande escala e intensidade. Ultimamente, mesmo os pequenos avanços conseguidos nas últimas décadas têm desaparecido de forma veloz. As perdas ocorrem em todas as direções, aumentando a pressão sobre a sociedade civil e os movimentos sociais e culturais das cidades e dos territórios rurais. Estão sob ataque: a população negra e LGBTQI+, as mulheres, as comunidades tradicionais e

quilombolas, os povos indígenas, as periferias urbanas, os sindicatos, a imprensa, as universidades, a ciência e até mesmo a diversidade de pensamento e de posições políticas.

9º (§) No que diz respeito à crise do coronavírus, medidas como o auxílio emergencial proposto pelo Congresso e aprovado pela Presidência em abril, apesar de bem-vindas, não são suficientes: dificuldades no cadastro por falta de acesso a internet ou irregularidades no CPF impossibilitam que justamente os mais necessitados acessem o benefício, cujo valor é ainda menor que o salário mínimo já defasado. Para enfrentar tamanhas desigualdades, é preciso ampliar o financiamento do Sistema Público de Saúde e rever a PEC do Teto de Gastos, entre outras medidas imediatas, mas também repensar qual será a economia que queremos na pós-pandemia, tal como têm feito um grupo de países e empresários europeus: revendo, por exemplo, a nossa política tributária e intensificando medidas redistributivas, e refletindo sobre quais devem ser os objetivos do nosso desenvolvimento econômico.

10º (§) Acreditamos que esta situação de desigualdades crônicas só poderá ser transformada por meio de ações e do engajamento de todas e todos nós. Conclamamos, portanto, as organizações da sociedade civil, os poderes públicos do Executivo, do Legislativo e do Judiciário, nos níveis federal, estadual e municipal, escolas e universidades, meios de comunicação, organizações sindicais, artistas e agentes culturais, atletas e organizações esportivas, empresas, instituições religiosas, lideranças e formadores de opinião, cidadãos e cidadãos brasileiros a colocar a redução das desigualdades como a grande prioridade das políticas públicas e ações da sociedade. Só assim, e insistimos, só assim poderemos ter um Brasil próspero e com qualidade de vida para todas e todos.

11º (§) As nossas desigualdades são anticonstitucionais, injustas e matam.

12º (§) Juntas e juntos, poderemos reduzir as desigualdades para que o Brasil deixe de ser eternamente o país do futuro e seja finalmente o país do presente.

<https://www.abcdbr.org/manifesto>

ANEXO 3: Manifesto 3

Título: DIREITO À MORADIA DIGNA DO POVO EM SITUAÇÃO DE RUA É urgente a moradia digna autônoma para a população em situação de rua
1º (§) Na cidade de São Paulo milhares de pessoas estão desabrigadas, vivendo ao relento e sem um teto para se proteger. Nesta situação as pessoas são vítimas de criminalizações, preconceitos e agressões físicas e ficam impossibilitadas de organizar a vida pessoal e familiar. Apesar deste grave problema de violação dos direitos humanos não há programas habitacionais para atendê-las e possibilitar oportunidade efetiva de saída da rua.
2º (§) A população em situação de rua, como todos/as cidadãos/ãs brasileiros/as, tem direito a uma moradia digna com cozinha, quarto e banheiro, localizada em áreas com infraestrutura, que assegure aos moradores e as moradoras privacidade e autonomia. A partir da moradia, deve ser assegurado o acesso aos serviços públicos de trabalho, saúde, assistência e educação para efetiva inserção social.
3º (§) Com o compromisso de buscar a efetivação deste direito, no dia 05 de maio de 2017, reuniram-se no seminário “Direito à Moradia do Povo da Rua” mais de 300 pessoas em situação de rua e representantes de entidades públicas e da sociedade que atuam na defesa da dignidade humana. A Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB) e a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMDAS) foram convidadas para participar nesta busca conjunta da saída da situação de rua, no entanto, não compareceram e nem justificaram a ausência.
4º (§) No Seminário, a população em situação de rua reafirmou que albergue não é a solução para o problema da moradia, reconhecendo a moradia digna como principal necessidade para garantir a sobrevivência humana.
5º (§) Queremos que a Prefeitura efetive as seguintes ações: Funcionamento contínuo e em escala para toda a população em situação de rua do Programa de Locação Social, assegurando o trabalho social intersetorial nas áreas da saúde, trabalho, assistência, educação e outras necessárias.
6º (§) Parte dos investimentos de recursos orçamentários em programas emergenciais deve ser destinado para Programa de Moradia Social que assegure a saída definitiva da rua.
7º (§) Aquisição e reforma de imóveis vazios que não cumprem a função social para o atendimento habitacional, podendo articular as necessidades do trabalho e moradia com a população em situação de rua trabalhando na reforma.
8º (§) Atendimento da demanda da população em situação de rua, por meio do Programa de Locação Social, no empreendimento da Rua Asdrúbal do Nascimento, conforme estabelecido no GT de Moradia que se reunia na SEHAB e no Comitê da População em Situação de Rua na Secretaria de Direitos Humanos, cuja discussão foi iniciada em 2013.
9º (§) Atendimento da população em situação de rua no imóvel da Rua Sete de Abril, adquirido com recursos da Operação Urbana Centro para o Programa de Locação Social, conforme definido anteriormente na SEHAB.
10º (§) Continuidade do estudo para utilização do terreno municipal localizado nas Rua Boracéia x Rua Dr. Ribeiro de Almeida x R. Norma Pieruccini Giannotti para construção de 500 unidades habitacionais destinados ao Programa de Locação Social para atendimento à população em situação de rua. Este estudo de viabilidade assegura nas áreas térreas a manutenção dos serviços sociais da SMDAS que já estão instaladas no local.
11º (§) Assegurar um percentual de atendimento da população em situação de rua nos programas habitacionais da Prefeitura de São Paulo ou realizadas em parcerias com outras instituições como o PMCMV.
12º (§) Continuidade do funcionamento do Grupo de Trabalho de Demanda de Moradia da População em Situação de Rua do Conselho Municipal de Habitação (CMH).
13º (§) A moradia digna é a base essencial para efetivação de todos os outros direitos humanos https://www.nossasaopaulo.org.br/tag/moradia-digna/

ANEXO 4: Manifesto 6

MANIFESTO EM DEFESA DOS ANIMAIS
1º (§) Desde 1930, em vários países do mundo, o dia 4 de Outubro é dedicado aos animais. Neste dia, são homenageados os nossos amigos animais que, infelizmente, continuam, ainda hoje, a ser desrespeitados por muitos humanos e nalguns casos por entidades públicas que deveriam dar o exemplo à restante sociedade.
2º (§) Hoje, 4 de Outubro de 2010, o grupo de pessoas individuais e colectivas manifesta a sua preocupação relativamente as seguintes problemas e situações de maus tratos aos animais ao seguinte:
3º (§) 1- Abate de animais domésticos. Todos os anos ultrapassa largamente um milhar o número de animais de companhia (cães e gatos) que são abandonados, acabando na sua maioria por serem abatidos nos canis municipais ou atropelados nas estradas. O esforço que é feito pelas associações de protecção dos animais, que se debatem com faltas de meios e de apoios públicos, acaba por ser inglório pois através dele só uma pequena parte dos animais abandonados consegue um novo lar.
4º (§) Não estando de acordo com a política seguida actualmente para combater o abandono que tem por principal pilar os abates, pois até hoje não tem resolvido nada, consideramos necessário que a nível regional seja lançada uma campanha de esterilização com vista a adequar o número de animais de companhia ao número efectivo de donos capazes de cuidar deles de forma responsável;
5º (§) 2- Promoção pública da tortura animal. Ao longo dos séculos da história dos Açores, a tauromaquia tem sofrido uma evolução no sentido da diminuição dos maus tratos aos touros, não constituindo qualquer tradição na maioria das nossas ilhas. Em 2009, contrariando a evolução que se assiste a nível internacional, onde aquela actividade é cada vez mais repudiada, e ao arrepio dos ensinamentos da própria história insular, um grupo de deputados pretendeu legalizar a sorte de varas. Gorada a sua intenção, a minoria de industriais que aposta no incremento da tortura animal, tenta ganhar adeptos sobretudo em São Miguel, tendo conseguido promover algumas touradas à corda com a colaboração sobretudo de autarquias e de comissões de festas de cariz religioso.
6º (§) Considerando que as touradas, qualquer que seja o seu tipo, em nada contribuem para educar os cidadãos e as cidadãs para o respeito aos animais, para além de causarem maus tratos aos mesmos e porem em risco a vida das pessoas, não podemos admitir a na sua realização sejam usados dinheiros públicos;
7º (§) 3- Mortalidade provocada na fauna selvagem. O cagarro é uma ave oceânica que vem a terra apenas durante a época de reprodução. Este período decorre entre Março e Outubro, altura em que as crias já suficientemente desenvolvidas partem com os seus progenitores em direcção ao mar, dispersando-se pelo Oceano Atlântico e regressando apenas no próximo ano. Realizando-se a sua partida de noite, muitas crias são atraídas pelas luzes das nossas vilas e cidades, acabando por cair em terra e ser frequentemente atropeladas se não forem ajudadas.
8º (§) Considerando a importância que o salvamento do maior número de cagarros tem para a conservação da natureza e o respeito pelos animais, apelamos à participação de todos nas campanhas que ainda este mês serão postas em marcha pelas mais diversas entidades, nomeadamente pelas organizações não governamentais de ambiente.
9º (§) 4- Cativeiro de animais não domésticos. A criação de parques zoológicos nos séculos passados respondia ao propósito de mostrar ao público uma colecção de animais exóticos que de outra maneira nunca seriam vistos nem conhecidos. Na actualidade isto deixou de fazer qualquer sentido. Agora as leis exigem obrigatoriamente aos parques a realização de programas de conservação, educação ambiental e bem-estar animal. Como consequência disto, nos Açores têm vindo a ser fechados núcleos zoológicos que incumpriam estas exigências. No entanto, ainda continua a existir um núcleo zoológico na Vila da Povoação (São Miguel).
10º (§) Apesar do referido parque encontrar-se já embargado pelas autoridades e apesar de ser de titularidade pública, o recinto continua ainda hoje aberto ao público. Pelo manifesto desrespeito às leis e aos animais, consideramos que o parque deve ser imediatamente fechado e os animais conduzidos a umas instalações apropriadas que garantam o seu bem-estar.
11º (§) 5- Modelos intensivos de produção animal. A exploração agrícola de animais constitui historicamente um importante sector económico nas nossas ilhas. Se bem que os relatos de maus tratos a estes animais têm vindo a diminuir nas últimas décadas, evidenciando uma notável evolução da sociedade, subsistem ainda bastantes situações penosas. Para além disso, a introdução de técnicas de produção intensiva tem vindo a piorar as condições de vida de muitos deles, limitando a sua vida ao reduzido espaço duma gaiola.
12º (§) Tendo em conta a imagem de proximidade à natureza que tanto caracteriza os Açores no exterior, consideramos que se deve reforçar o modelo tradicional de criação de animais, modelo que garante sempre a mais alta qualidade. Devem também ser criadas e publicitadas novas formas de certificação nas

explorações que valorizem devidamente ante o consumidor os seus níveis de qualidade ambiental, alimentar e de respeito pelo bem-estar animal.

13º (§) 6- **Falta de respeito com a vida animal.** Numa sociedade em que tudo se compra e se vende, os animais são tratados muitas vezes como simples mercadorias e rebaixados à categoria de simples objectos. Só uns poucos animais domésticos conseguem as vezes escapar a esta visão. Na realidade, como já foi demonstrado pela ciência há longos anos, os animais são os irmãos com os quais o homem comparte a natureza. O desrespeito para com os animais é também o desrespeito para com os homens, como partes integrantes da mesma natureza.

14º (§) Consideramos que o tratamento legal dado aos animais deve fugir da visão redutora que os converte em simples objectos. A nossa sociedade deve evoluir para padrões éticos nos quais os animais sejam respeitados em conformidade com a Declaração Universal dos Direitos dos Animais.

Açores, 4 de Outubro de 2010.

ANEXO 4: Manifesto 9

Título: DEMOCRACIA SE CONSTRÓI COM INFORMAÇÃO DE QUALIDADE, SEM CENSURA E SEM 'FAKE NEWS'
1º (§) A disseminação em massa de “fake news” é um fenômeno global que tem consequências devastadoras para a vida e para a democracia. O problema é real e exige respostas efetivas que preservem o direito fundamental à liberdade de expressão, que permitam o livre debate de ideias e de perspectivas sobre os acontecimentos.
2º (§) A sociedade precisa enfrentar essa pandemia de mentiras e desinformação, que são produzidas de forma coordenada por setores ideológicos, políticos e econômicos, que investem muito dinheiro e inteligência para distorcer propositadamente a realidade, com o objetivo de alcançar seus objetivos e defender seus interesses.
3º (§) A crise sanitária, que neste momento atinge o mundo, revelou de forma dramática o perigo que as “fake news” representam: líderes políticos ignorando a ciência para dizer que o Covid-19 é apenas uma “gripezinha”, estímulo ao uso de medicamentos sem comprovada eficácia científica, a disseminação de conteúdos afirmando que a doença não existe, ou foi fabricada para derrubar o presidente, etc. Em meio a essa crise, surge uma pressão para que o Congresso Nacional dê resposta legislativa para o combate às “fake news”.
4º (§) É fundamental que deputados e senadores tomem a iniciativa de realizar um amplo debate público sobre o melhor caminho a ser adotado para enfrentar a pandemia da mentira e desinformação.
5º (§) Nós, jornalistas e comunicadores sociais - que trabalhamos para oferecer informação de qualidade para a sociedade, que lutamos para dar expressão e visibilidade a fatos e opiniões que não têm espaço na mídia hegemônica, que temos contribuído para conferir mais pluralidade e diversidade ao debate público no Brasil - afirmamos que não se pode, sob o pretexto de combater as “fake News”, criar mecanismos privados de avaliação da veracidade de conteúdos jornalísticos.
6º (§) Alertamos para o perigo que representará para a democracia e para a liberdade de expressão conferir às plataformas privadas da internet a responsabilidade de definir que conteúdos são ou não verídicos, iniciativa que inclusive viola o Marco Civil da Internet.
7º (§) Tampouco podemos acreditar que agências privadas de checagem de notícias podem cumprir esse papel com isenção e neutralidade, ou que seja possível nomear grupos de jornalistas com o poder de classificar conteúdos jornalísticos produzidos por outros jornalistas.
8º (§) Não se combate “Fake News” criando um Ministério da Verdade. Sabemos como isso acaba: com a tentativa de legitimação da censura.
9º (§) O problema contemporâneo envolvendo a disseminação de mentiras e desinformação pode ser combatido de outra forma: criando instrumentos legais e usando os já existentes para desmontar os gabinetes de ódio e as fábricas de produção industrial de “fake news”. Isso pode ser feito cruzando as fontes de distribuição de desinformação — nas redes sociais, nos sítios web — com os esquemas criminosos de financiamento dessas estruturas.
10º (§) É preciso responsabilizar civil e criminalmente empresas que financiam essas estruturas para fabricar e disseminar de forma artificial esses conteúdos que podem trazer danos à vida e à democracia. Agentes públicos que financiem e produzam esse tipo de conteúdo também devem ser responsabilizados por isso.
11º (§) Também é fundamental exigir que as plataformas prestem informações transparentes sobre todos os mecanismos de mediação de conteúdos que elas já utilizam para definir o fluxo da circulação dos conteúdos.
12º (§) Só é possível enfrentar essas questões a partir de um amplo debate, o que pressupõe a construção de mecanismos que incluam os mais variados setores sociais na discussão de propostas concretas. Neste momento de isolamento social, em que a Câmara e o Senado debatem remotamente, sem a realização de audiências públicas e outras formas de participação social, não é viável garantir amplo debate sobre o tema.
13º (§) Neste sentido, alertamos para o perigo que pode representar para a democracia e para a liberdade de expressão a aprovação de qualquer projeto de lei sobre esse tema, de forma sumária e sem que estas formas de participação e diálogo amplo sejam produzidos.
https://www.cut.org.br/noticias/jornalistas-veiculos-e-entidades-assinam-manifesto-contr-a-censura-e-fake-news-a508
São Paulo, 25 de maio de 2020.

ANEXO 5: Plano de Ensino de Língua Portuguesa e Literatura - 3º ano – IFAP



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO,
CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CÂMPUS MACAPÁ**

DIREÇÃO DE ENSINO PLANO DE ENSINO

IDENTIFICAÇÃO	
CURSO: Edificações	ANO/SEMESTRE: 2019
SÉRIE/MÓDULO/SEMESTRE: 3º Ano	TURNOS: Integral
COMPONENTE CURRICULAR: Língua Portuguesa e Literatura	
PROFESSOR(A): Katsumi Letra Sanada	
CH/TOTAL: 120 h/a	CH/SEMANAL: 3 h/a

EMENTA
Sintaxe. Frase, Oração, Período. Termos Essenciais da Oração. Termos Integrantes da Oração. Termos Acessórios da Oração. Vocativo. Leitura/recepção e produção de textos relacionados à área do curso. O Artigo de Opinião. A Carta Argumentativa. O Manifesto. A Dissertação Escolar Expositiva. A Dissertação Escolar Argumentativa. O Pré-Modernismo. As Vanguardas Europeias. A Semana de Arte Moderna. O Primeiro, o Segundo e o Terceiro Momento Modernismo. Pós Modernismo. A literatura Africana: a cultura Afrodescendente e Indígena no panorama brasileiro. A relação da cultura Afrodescendente e Indígena nas literaturas: Amazônica e Amapaense.

COMPETÊNCIAS
- Atentar para o ato comunicativo e para as condições de realização de um texto, fundamentais a sua compreensão e a sua produção; - Demonstrar domínio básico da norma culta da língua portuguesa, reconhecendo e respeitando as variedades linguísticas; - Apreender e formular conceitos acerca de questões gramaticais relacionadas morfologia, aplicados a textos e/ou situações-problema, refletindo sobre sua aplicabilidade e pertinência, sabendo justificar se o seu emprego está ou não adequado; - Ler, interpretar e produzir gêneros textuais concernentes aos estudos literários e linguísticos; - Ler e compreender o contexto sócio-histórico-político-ideológico e cultural da literatura brasileira do Romantismo ao Simbolismo, ao longo do século XIX; - Reconhecer de que modo o trabalho literário contribui para configurar uma determinada visão de mundo, expressar opiniões, pontos de vista.

HABILIDADES
- Produzir textos nos diversos registros e níveis da língua, adequados linguisticamente à situação comunicativa, ao contexto e a cultura nos quais se inserem; - Utilizar, com destreza, em textos que a requisitem a variante padrão da língua portuguesa, sem minimizar a existência das variantes à norma, identificáveis em textos literários ou não, cuja situação comunicativa é informal, por exemplo; - Apreçar criticamente um texto ficcional ou não, posicionando-se frente ao mesmo, reconhecendo, por meio dos elementos textuais, o entrelaçamento destes com os contextuais, que o influenciaram; - Utilizar a língua com segurança e habilidade, empregando substantivos, adjetivos, pronomes e verbos adequadamente; - Produzir sentidos, na interação entre autor-texto-leitor, a partir de textos literários do Romantismo ao Simbolismo brasileiros; - Interpretar e analisar textos, literários ou não, justificando seu ponto de vista, com base nos elementos textuais, sem deixar de atentar também para os contextuais, cujos indícios podem ser perceptíveis na economia do texto (no plano interno); - Relacionar e comparar textos que "dialogam" entre si, produzindo sentidos coerentes a partir do reconhecimento desse "diálogo".

UNIDADE	BASES CIENTÍFICAS/TECNOLÓGICAS(contéúdos)	Nº DE AULAS
---------	---	-------------

1	1 Aspectos linguísticos - Introdução ao estudo da sintaxe; - Estruturas, relações e funções; - Frase, oração e período; - Termos essenciais da oração: sujeito e predicado. 2. Gêneros e tipos textuais - Artigo de opinião. 3. Literatura - O Pré-modernismo, Momento de transição: as Vanguardas Europeias e a Semana de Artes Modernas: - Momento histórico; - Principais representantes; - Projeto literário.	30
2	1. Aspectos linguísticos - Termos integrantes da oração; - Termos acessórios da oração. 2. Gêneros e tipos textuais - Carta argumentativa (sugestão: carta ao leitor e/ou a carta do leitor); - O manifesto.	30
3	1. Aspectos linguísticos: - Período Composto por Coordenação e por Subordinação; - Termos acessórios da oração. 2. Gêneros e tipos textuais: - A dissertação escolar expositiva. 3. Literatura brasileira: - Pós-Modernismo: Projeto literário, principais autores e obras. Leitura e transversalidade:	30
4	1. Aspectos linguísticos: - Aspectos gerais de Sintaxe de Concordância e de Regência e Crase. 2. Gêneros e tipos textuais: - A dissertação escolar argumentativa. 3. Literatura brasileira: - A Literatura Africana: A cultura Afrodescendente e Indígena no panorama brasileiro; - A relação da cultura Afrodescendente e Indígena: Amazônica e Amapaense;	30

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

- Pré-Diagnóstico das turmas com base em suas qualidades, dificuldades, inferindo diretamente nas ações a serem realizadas em cada planejamento semanal.
- Aulas expositivas;
- Aulas dirigidas;
- Roda de leituras e discussões;
- Resenhas e/ou resumos de obras literárias e não literárias;

- Dinâmicas em sala de aula;
- Leitura silenciosa ou em voz alta;
- Debates;
- Seminários;
- Atividades para casa e em sala;

RECURSOS DIDÁTICOS

- Livro didático;
- Slides com conteúdo de revisão;
- Fotocópias contendo textos e/ou exercícios;
- Quadro branco e pincéis coloridos;
- Notebook, Datashow, extensão, cabos de energia, hdmi e vga;
- Arquivos em multimídias, pen-drive;
- Livros paradidáticos, revistas, jornais, caderno, papel, cola lavável, tesoura, caneta, lápis, borracha, cartolina;

AVALIAÇÃO

Alguns instrumentos avaliativos são relevantes para a obtenção dos resultados, subdivididos em cada bimestre. São eles:

1ª AP – Caderno (5,0) + Atividade Avaliativa individual ou em grupo (5,0)

2ª AP – Atividade do livro (a cada bimestre é escolhida uma obra para leitura e posterior atividade avaliativa individual ou grupal) 10,0;

Avaliação Parcial (10,0);

AF – Todos os conteúdos do bimestre (10,0).

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CUNHA, C. e CINTRA, Lindley. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. 6ª ed. Rio de Janeiro, Lexicon, 2013.

FARACO, MOURA e MARUXO JR. **Língua Portuguesa: Linguagem e Interação**. Vol 2. São Paulo, Editora Ática, 2014.

ORMUNDO, WILTON E SINISCALCHI, CRISTIANE. **Se liga na língua: Literatura, Produção de texto e Linguagem**. Editora Moderna, 1ª edição, 2016.

POSSIBILIDADES INTERDISCIPLINARES

- Vislumbrando atender a proposta pedagógica interdisciplinar, será feita através de uma obra literária que abarque as disciplinas de história, geografia e língua portuguesa como forma de construção e formação do leitor literário.

Professor

Pedagogo

Coordenador de Curso

ANEXO CRONOGRAMA DE AULAS

 INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ- IFAP CAMPUS MACAPÁ	
IDENTIFICAÇÃO	
Curso: Edificações	Ano/ Semestre: 2019
Eixo Tecnológico ou Área: (x) Informação e Comunicação () Infraestrutura () Produção Alimentícia () Recursos Naturais () Ciências Exatas e da Terra () Produção Industrial () Outro _____	
Componente Curricular: Língua Portuguesa e Literatura	Série/módulo: 3º Ano
Turma: 3º ano Edificação	Carga horária total: 120 h/a
Turno: Integral	Nº. Aulas semanais: 3 h/a
Professor (a): Katsumi Letra Sanada	

1º BIMESTRE

Nº da Aula	Detalhamento dos Conteúdos	Ch/a
1	Introdução ao estudo da sintaxe;	1
2	Estruturas, relações e funções	2
3	Frase, oração e período;	1
4	Termos essenciais da oração: sujeito	2
5	Termos essenciais da oração: predicado	1
6	Artigo de opinião.	2
7	O Pré-modernismo	1
8	Momento de transição: as Vanguardas Europeias: Contexto histórico:	2
9	Surrealismo	1
10	Futurismo	2
11	Expressionismo	1
12	Cubismo	2

13	Dadaísmo	1
14	Semana de Artes Modernas	2
15	Momento histórico	1
16	Principais representantes	2
17	Projeto literário	1
18	Trabalho em grupo	2
19	Atividade Avaliativa	1
20	Avaliação Parcial	2
TOTAL 1º BIMESTRE		30

2º BIMESTRE

Nº da Aula	Detalhamento dos Conteúdos	Ch/a
1	Termos integrantes da oração: apresentação e introdução	1
2	Definição da leitura do bimestre	2
3	Complemento verbal	1
4	Complemento nominal	2
5	Agente da passiva	1
6	Termos acessórios da oração.	2
7	Adjunto adnominal	1
8	Adjunto adverbial	2
9	Aposto	1
10	Vocativo	2
11	Carta argumentativa: conceito e estrutura	1
12	Carta ao leitor	2
13	Carta do leitor	1
14	O manifesto	2
15	Atividade do livro (individual ou em grupo)	1
16	Atividade Avaliativa	2
17	Revisão dos conteúdos	1
18	Atividade de revisão	2
19	Atividade Avaliativa do caderno	1
20	Avaliação Parcial	2
TOTAL 2º BIMESTRE		30

3º BIMESTRE

Nº da Aula	Detalhamento dos Conteúdos	Ch/a
1	Período composto por subordinação	1

2	Período composto por coordenação	2
3	Gêneros Textuais: poesias e prosa	1
4	Memórias Literária Crônica	2
5	Crônicas, novelas	1
6	A dissertação escolar expositiva argumentativa	2
7	Literatura brasileira- Modernismo	1
8	- Pós-Modernismo: Projeto literário, principais autores e obras. Leitura e transversalidade:	2
9	Modernismo 1º fase	1
10	Modernismo 2º fase	2
11	Modernismo 3º fase	1
12	Projeto literário	2
13	Atividade avaliativa	1
14	Oração coordenada sindética e assindética	2
15	Oração Subordinada Substantiva Objetiva Direta	1
16	Oração Subordinada Substantiva Objetiva Indireta	2
17	Oração Coordenada Sindética Adversativa	1
18	Revisão dos conteúdos	2
19	Atividade Avaliativa do caderno	1
20	Avaliação Parcial	2
TOTAL 3º BIMESTRE		30

4º BIMESTRE

Nº da Aula	Detalhamento dos Conteúdos	Ch/a
1	Introdução a literatura Africana: a cultura Afrodescendente	1
2	Aspectos gerais de Sintaxe de Concordância..	2
3	Regência verbal e nominal	1
4	Atividade reflexão	2
5	Tipo de gêneros Textuais	1
6	A dissertação escolar argumentativa.	2
7	Atividade de Reflexão	1
8	A cultura Afrodescendente e Indígena no panorama brasileiro.	2
9	A relação da cultura Afrodescendente e Indígena nas literaturas: Amazônica e Amapaense	1
10	Revisão do estudo da sintaxe	2
11	Atividade avaliativa do livro	1
12	Uso adequado das pontuações ortográficas	2

13	Obras do Triste Fim de Policarpo Quaresma.	1
14	Educação da comunicação e expressão da linguagem.	2
15	Poesia diferenciada da prosa	1
16	Revisão dos conteúdos	2
17	Atividade de apresentação em grupo da obra o triste fim de Policarpo Quaresma.	1
18	Revisão dos conteúdos para Prova Final.	2
19	Atividade Avaliativa do Caderno.	1
20	Avaliação Final	2
TOTAL 4º BIMESTRE		30

Macapá 28 de Janeiro de 2019

Professor(a)

Pedagogo(a)

Coordenador(a) de Curso